



ANA ELIZA SILVA BARBOSA

**RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS
PROCESSOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO
NEGRO BRASILEIRO NO AMBIENTE ACADÊMICO**

LAVRAS - MG

2023

ANA ELIZA SILVA BARBOSA

**RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS PROCESSOS DE
(DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO NEGRO BRASILEIRO NO AMBIENTE
ACADÊMICO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para a obtenção do título de Mestre.

Professora Dra. Márcia Fonseca de Amorim

Orientadora

LAVRAS - MG

2023

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Barbosa, Ana Eliza Silva.

Racismo estrutural : uma análise discursiva dos processos de
(des)construção da identidade do negro brasileiro no ambiente
acadêmico / Ana Eliza Silva Barbosa. - 2023.

142 p.

Orientador(a): Márcia Fonseca de Amorim.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2023.

Bibliografia.

1. Análise de Discurso. 2. discurso racista. 3. ambiente
acadêmico. I. de Amorim, Márcia Fonseca. II. Título.

ANA ELIZA SILVA BARBOSA

**RACISMO ESTRUTURAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS PROCESSOS
DE (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO NEGRO BRASILEIRO NO
AMBIENTE ACADÊMICO**


**STRUCTURAL RACISM: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE PROCESSES OF
(DE)CONSTRUCTION OF THE IDENTITY OF BLACK BRAZILIANS IN THE
ACADEMIC ENVIRONMENT**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 12 de setembro de 2023.

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano (UFLA)

Prof. Dra. Maria Eugenia Batista (UNIFESP)

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA FONSECA DE AMORIM**
Data: 18/12/2023 08:07:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Márcia Fonseca de Amorim

Orientadora

LAVRAS - MG

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, com amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser o autor e consumidor da minha fé, por me permitir realizar sonhos e traçar projetos. Pelo Seu Amor e Graça infinitos.

Aos meus pais, Kátia Valéria Silva Barbosa e Dênis Barbosa Batista, e meu irmão Sávio Filipe Silva Barbosa pela paciência, apoio, amor, carinho e compreensão ao longo do desenvolvimento de todo esse processo.

A minha orientadora Márcia Fonseca de Amorim pelo empenho, compreensão e pela oportunidade de ser sua orientanda.

Ao programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras e a todos os professores da FAELCH pelas contribuições e pela oportunidade de qualificação.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”

(Neusa Santos Souza)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os processos de (des)construção da identidade do negro brasileiro no ambiente acadêmico a partir de um olhar para a materialidade discursiva que se reproduz nas interações empreendidas entre a comunidade acadêmica. O nosso objeto de análise se constrói a partir de recortes de dois relatos, colhidos em um blog virtual, de discentes negras narrando suas vivências no espaço acadêmico. Essas narrativas denunciam a reprodução do discurso racista. A partir dos movimentos de leitura que a Análise de Discurso pecheutiana nos permite realizar, das contribuições dos autores Amorim (2009) e (2016), Almeida (2018), Althusser (1998), Bourdieu (1989), Bujato e Souza (2020), Cano & Silva (2021), DiAngelo (2018), Fanon (2008), Fernandes (2008), Figueiredo e Grosfoguel (2009), Foucault (2009), França (2019), Gilroy (2012), Hall (2003), Mbembe (2014), Nascimento (2003), Nascimento (2021), Nascimento (2016), Orlandi (2007a), (2007b) e (2008), Pêcheux (2006), Sampaio, Miranda e Junho (2020), Souza (1983), Valério e col (2021) e Viana (2021) que desenvolvem olhares singulares para as relações complexas que se estabelecem desde a colonização no cenário brasileiro, apresentamos um estudo que trata da situação do negro brasileiro atual no que diz respeito a sua participação e desempenho no ambiente acadêmico. Conforme apontam as narrativas das discentes negras, o racismo estrutural atua de forma latente, embora silenciosa. Tendo em vista às constantes (re)produções do discurso racista e à materialização da estrutura social escravocrata de caráter silencioso, evidenciamos a necessidade de um olhar atento e investigador sobre os sentidos impulsionados historicamente que tecem a inferiorização e marginalização da população negra brasileira, ambas pautadas no processo de (des)construção da identidade negra. Após os movimentos de análise, evidenciamos a presença dos processos de silenciamento discursivo na reprodução do discurso racista no ambiente acadêmico, processos esses que promovem a (des)construção da identidade negra. Mostramos que os discursos racistas são responsáveis pela reprodução do discurso de ódio e da violência simbólica contra os negros. Mostramos também como a ideologia do supremacismo branco promove divisões de caráter social, ao passo que padroniza o branco como superior.

Palavras-chave: Análise de Discurso, discurso racista, silenciamento, negro brasileiro, ambiente acadêmico.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the processes of (de)construction of the Brazilian black identity in the academic environment from a look at the discursive materiality that is reproduced in the interactions undertaken among the academic community. Our object of analysis is built from clippings of two reports, taken from a virtual blog, by black students narrating their experiences in the academic space. These narratives denounce the reproduction of racist discourse. From the reading movements that the Pecheutian Discourse Analysis allows us to carry out, from the contributions of the authors Amorim (2009) e (2016), Almeida (2018), Althusser (1998), Bourdieu (1989), Bujato and Souza (2020), Cano & Silva (2021), DiAngelo (2018), Fanon (2008), Fernandes (2008), Figueiredo and Grosfoguel (2009), Foucault (2009), França (2019), Gilroy (2012), Hall (2003) , Mbembe (2014), Nascimento (2003), Nascimento (2021), Nascimento (2016), Orlandi (2007a), (2007b) and (2008), Pêcheux (2006), Sampaio, Miranda and Junho (2020), Souza (1983), Valério et al (2021) and Viana (2021) who develop unique perspectives on the complex relationships that have been established since colonization in the Brazilian scenario, we present a study that deals with the situation of current black Brazilians with regard to their participation and performance in the academic environment. As the narratives of black students point out, structural racism acts latently, although silently. In view of the constant (re)productions of racist discourse and the materialization of the silent slave social structure, we highlight the need for an attentive and investigative look at the historically driven meanings that weave the inferiorization and marginalization of the Brazilian black population, both guided by in the process of (de)construction of black identity. After the analysis movements, we highlighted the presence of discursive silencing processes in the reproduction of racist discourse in the academic environment, processes that promote the (de)construction of black identity. We show that racist speeches are responsible for the reproduction of hate speech and symbolic violence against black people. We also show how the ideology of white supremacism promotes social divisions, while standardizing white people as superior.

Keywords: Discourse Analysis, racist discourse, silencing, Brazilian blacks, academic environment.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ANÁLISE DE DISCURSO: DOS EFEITOS DE SENTIDOS À REPRODUÇÃO DISCURSIVA.....	14
2.1	Língua, Sujeito e Ideologia	18
2.2	Memória.....	21
2.3	Silêncio.....	24
2.4	Condições de produção do discurso.....	26
2.5	O discurso de ódio: sentidos reproduzidos a partir da presença do negro na sociedade brasileira.....	30
3	O DISCURSO DA DESCOBERTA: UM PERCURSO DE SENTIDOS AO DESCOBRIMENTO DO SER BRASILEIRO.....	36
4	O NEGRO NA SOCIEDADE ATUAL: SILÊNCIO, DIFERENÇA E EXCLUSÃO.....	40
4.1	Processos de (des)construção da identidade do negro brasileiro.....	54
4.2	O negro e a violência simbólica.....	64
5	RACISMO ESTRUTURAL: DO EMBATE SOCIAL À REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	80
5.1	Racismo no espaço acadêmico.....	91
6	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	98
7	O NEGRO NA UNIVERSIDADE: RELATOS QUE DENUNCIAM A REPRODUÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO.....	100
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140

INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre os efeitos que o racismo estrutural, em sua forma difusa e por muitas vezes silenciosa, provoca, percebemos a necessidade de compreender como os processos históricos-políticos-sociais se estruturam na sociedade brasileira. Em todo território nacional, o processo de construção da identidade do negro brasileiro sofreu e sofre com intervenções que a interrompem e a redefinem a fim de defender interesses da classe dominante. Por isso, a sociedade negra, maior parte da população brasileira, sofre um processo que a impede de acessar lugares e posições e, ainda, tem seus direitos constantemente negados.

Essa hegemonia do supremacismo branco materializa discursos racistas que visam a desconstrução da identidade do negro brasileiro. Funcionando como forma de controle social, o discurso racista é mascarado pelo levante da bandeira de democracia racial que, como discutiremos no desenvolvimento do trabalho, configura-se como estratégia de distribuição social que visa muito mais justificar as posições e cargos desempenhados socialmente do que garantir um acesso acadêmico e profissional de forma igualitária aos grupos raciais que compõem a sociedade brasileira.

A presença e permanência, bem como a atuação em atividades de protagonismo e liderança por parte do negro são/é marcadas por entraves sócio-históricos-políticos. Esses entraves são as dificuldades sofridas pelo povo negro desde a sua integração à sociedade brasileira. A história desses processos implica em uma memória discursiva. Por isso, o espaço discursivo nos possibilita a reflexão e análise das questões que se relacionam com o tratamento escolhido sobre o direcionamento que a população negra recebeu desde quando foi considerada parte da sociedade. A colonização “disparou” uma série de referentes que impulsionaram e ainda impulsionam efeitos de sentidos negativos acerca dos sujeitos negros. E, como reprodução das relações de força e poder, o discurso racista reproduz, cotidianamente, as imagens do dominador e do dominado em diversas, constantes, profundas e veladas formas. Como resultado, o sujeito negro brasileiro convive com o silenciamento discursivo, pois ainda são retomados sentidos de exclusão, limitação e subordinação entre as reproduções que circulam na sociedade atual.

O ambiente acadêmico compartilha, entre a sociedade brasileira, a representação de um espaço de destaque e prestígio devido as possibilidades de formação, qualificação e aprimoramento profissional que proporciona. Dessa maneira, em uma sociedade racista, o acesso a Universidade torna-se uma disputa acirrada, principalmente, a partir do quesito racial.

Mesmo com a política de cotas, o acesso da população negra ao ensino superior ainda é restrito, mas quando ocorre desperta uma série de reproduções discursivas de negação, limitação e repúdio. Essas reproduções discursivas se materializam na subordinação do negro no ambiente acadêmico às regras de conduta estabelecidas para que a sua permanência seja “aceita” e validada. Além disso, materializam também e, sobretudo, profundas, constantes e, por vezes, camufladas violências contra os discentes negros. O discurso racista se reproduz em grande escala no ambiente acadêmico. Como espaço de ascensão social, o ambiente acadêmico possibilita a reprodução de dizeres que visam a (des)construção da identidade negra. Esse movimento se constitui como forma de controle e distribuição social.

Mediante a essas questões e ao despertar das inquietações que se colocam sobre as violências simbólicas, físicas e psicológicas contra a população negra, este estudo tem objetivo geral de refletir e analisar relatos sobre a experiência de discentes negros abordando as dificuldades e empecilhos enfrentados durante todo o processo de formação acadêmica até o momento da escrita dos textos para a publicação, ou seja, analisar os processos de (des)construção da identidade do negro brasileiro no ambiente acadêmico que se relacionam com a ideologia de classes dominantes em um contexto de racismo e suas violências.

Por meio dos dispositivos de análises que a Análise do Discurso (de linha materialista) dispõe, propomos como objetivos específicos abordar questões relacionadas a raça, diáspora negra, identidade, desigualdade, silenciamento e memória, de maneira a refletir sobre o funcionamento de processos discursivos que se (re)produzem socialmente e sustentam estruturas latentes do discurso racista. E, ainda, compreender a reprodução dos efeitos de sentido de silenciamento, diferença e exclusão impostos discursivamente e cotidianamente aos sujeitos negros brasileiros e discorrer sobre o conceito de memória discursiva na constituição da significação e interpretação nessas relações de força e poder que o discurso racista está ancorado.

Os relatos apresentam uma denúncia latente contra o discurso racista, que é identificado pelos discentes negros como responsável pela reprodução da diferença, exclusão e do silenciamento do povo negro nesse espaço. O gênero relato foi escolhido pela abertura que proporciona ao sujeito de expor sua opinião, experiências e sentimentos de forma que tende a ser mais “despreocupada”/livre em relação às exigências que predominam em outros gêneros, ou seja, as regras que demandam em cada gênero e tipo de texto. O relato é a uma exposição pessoal que não precisa seguir uma ordem pré-estabelecida e é essa fluidez que forma o gênero relato a partir de um caráter singular e intrínseco. Nele, a escrita é pessoal e é também um espaço de reconhecimento para o sujeito que escreve, pois precisa reproduzir em enunciados

aquilo que vive ou viveu juntamente com os sentimentos que despertam nesse momento de escrita. Assim, os relatos de discentes negros se configuram como registros que propiciam constantes e necessárias reflexões acerca dos efeitos que o discurso racista impõe aos negros que decidem lutar contra esse sistema racista e acessam o espaço acadêmico como forma de formação e qualificação profissional.

Dessa forma, pretendemos tomar como escopo teórico os estudos de autores como Amorim (2009) e (2016), Almeida (2018), Althusser (1998), Bourdieu (1989), Cano & Silva (2021), DiAngelo (2018), Fanon (2008), Fernandes (2008), Foucault (2009), França (2019), Gilroy (2012), Hall (2003), Mbembe (2014), Nascimento (2003), Nascimento (2016), Orlandi (2007a), (2007b) e (2008), Pêcheux (2006) e Souza (1983). O corpus de análise se constitui por dois relatos publicados por discentes de Universidades brasileiras no site intitulado “Blogueiras Negras”.

O trabalho encontra-se dividido em dois capítulos dedicados à reflexão sobre o campo discursivo e as categorias que elegemos importantes para nossa discussão (capítulos 2 e 3); o quarto capítulo reúne as contribuições de autores referências no estudo acerca do tratamento que a população negra recebe desde a colonização do Brasil e os possíveis efeitos-resultados desses processos; o quinto capítulo apresenta uma discussão sobre o racismo estrutural, suas características e reproduções no espaço acadêmico; o sexto capítulo apresenta nossos instrumentos metodológicos; o sétimo capítulo compreende nossos gestos de leitura e análise do corpus selecionado e o oitavo capítulo aborda nossas considerações finais dos movimentos de análise propostos. Em seguida, por fim, estão as referências bibliográficas que registram os dados completos de cada obra e material estudado.

Cabe ressaltar, desse modo, que a escolha do tema advém da importância e da urgência de reflexões acerca dos processos de (re)produção do discurso racista e sua materialização na sociedade brasileira. Advém, ainda, da necessidade de discussão e aprofundamento em relação à reprodução discursiva que se estende/instaura a partir da situação vivenciada pelo negro brasileiro quando busca assumir posições de protagonismo na sociedade brasileira. Uma delas é a atividade acadêmica, que ainda é limitada e, até mesmo, é, veladamente, negada aos sujeitos negros. Partimos nossa discussão da percepção dos efeitos de um sistema racista que estrutura a sociedade brasileira: um racismo estrutural. Por isso, buscamos contribuições de vários autores que se debruçam na compreensão de como se estruturam as reproduções dos discursos que se reproduzem em relação à presença e inserção do negro na sociedade brasileira.

2 ANÁLISE DE DISCURSO: DOS EFEITOS DE SENTIDOS À MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA

A análise do discurso, ao tomar como objeto de investigação o discurso considerando toda a complexidade que o envolve, configura-se como uma área de estudo que permite movimentos de análises, de reflexões e aprofundamentos a partir da percepção da relação que a língua estabelece com o campo simbólico e a exterioridade, resultando em efeitos de sentidos diversos. Dessa maneira, como defende Orlandi (2007b), a significação não é um processo “livre” porque, de um lado, é regida por processos ideológicos e, por outro lado, são os elementos exteriores aos textos que completam o processo de significação em cada leitura de cada sujeito.

A construção do discurso, por sua vez, precisa ser percebida a partir da identificação do papel ativo que cada instituição social possui ao promover a estruturação dos dizeres conforme é reproduzido. Nesse sentido, Foucault (2009, p.8-9) defende que a produção do discurso ao mesmo tempo que é controlada, é organizada e redistribuída “por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Em continuidade à reflexão sobre esse controle imposto ao discurso, é importante atentarmos para a noção de “acontecimento”, também proposta por Foucault (2009) que entende o papel que a história tem sobre a forma como os discursos se estruturam cotidianamente. Por isso, precisamos compreender que o campo dos acontecimentos discursivos é limitado pelas sequências linguísticas, o que justifica a ocorrência de um determinado enunciado e não outro em seu lugar.

Assim, Foucault (2008) nos adverte para a necessidade de reflexão das intenções dos sujeitos, pois permeiam as atividades conscientes e também as atividades inconscientes que refletem diretamente nas escolhas de cada enunciado reproduzido nas interações empreendidas. Segundo autor, essa é uma reflexão necessária, mas, ao mesmo tempo configura-se como um desafio para o analista, pois, ao analisarmos um enunciado, precisamos considerar a forma como o sujeito que o reproduz é atravessado pelas formações ideológicas. Dessa forma, a análise do campo discursivo se orienta, de acordo com esse autor, de maneira a buscar “compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência [...] de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado” (FOUCAULT, 2008, p.25). Isso nos permite perceber a amplitude,

profundidade e complexidade que revestem o discurso enquanto materialidade reproduzida socialmente e enquanto material de análise no âmbito da pesquisa.

Um enunciado por mais simples e corriqueiro que se parece precisa ser observado com atenção, porque move relações que nem a língua nem o sentido conseguem esgotar totalmente. Cada enunciado liga-se a uma memória discursiva. Analisar os enunciados é considerar as lacunas, os emaranhados, os jogos de diferenças, os desvios e as transformações que ocorrem na língua por meio de sua inscrição na e pela história.

Nesse sentido, nos cabe discutir a respeito das formações discursivas que consistem em espaços discursivos em que se reúnem enunciados diferentes, situados em temporalidades dispersas, mas que se torna possível definir uma certa regularidade entre as correlações, posições, funcionamentos e transformações formadoras das enunciações, dos conceitos, escolhas temáticas e da referência aos objetos. As formações discursivas são um sistema de correspondências no espaço discursivo.

Os objetos do discurso obedecem às condições históricas, por isso “não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2008, p.38). As relações que se estabelecem entre as instituições, os processos econômicos-sociais, as normas e as formas de comportamento são os mecanismos que, ora permitem, ora impedem que os objetos do discurso emerjam/apareçam. Entretanto, as relações discursivas não são internas ao discurso, nem são externas a ele. Essas relações estão “no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, [...] outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos” (FOUCAULT, 2008, p.39). Assim, percebemos que as relações discursivas não determinam a língua, mas o próprio discurso enquanto prática.

A prática discursiva não pode ser entendida como uma capacidade do sujeito falante, não é uma atividade racional, mas

[...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2008, p.99)

Dessa maneira, entendemos que conforme esse conjunto de regras que incide sobre os dizeres, a análise dos enunciados precisa levar em conta que no discurso nem tudo é dito. A “partir da gramática e do tesouro vocabular de que se dispõe em dada época, relativamente poucas coisas são ditas em suma” (FOUCAULT, 2008, p.100). Por isso, os enunciados são analisados no limite que estabelece com aquilo que o não-dito. Foucault (2008) nos mostra que

é preciso consideramos os enunciados não apenas pelos movimentos de cópia e de tradução, mas sobretudo pelos movimentos de comentários que impulsionam a proliferação dos sentidos.

Sendo assim, nos cabe refletir sobre a língua e os processos que empreendidos a partir das relações que se estabelecem entre língua-sujeito-discurso-mundo. Conforme defende Foucault (2008, p.120) a homogeneidade enunciativa não implica em um processo de cristalização dos dizeres, mas:

As homogeneidades (e heterogeneidades) enunciativas se entrecruzam com continuidades (e mudanças) linguísticas, com identidades (e diferenças) lógicas, sem que umas e outras caminhem no mesmo ritmo ou se dominem necessariamente. Entretanto, deve existir entre elas um certo número de relações e interdependências cujo domínio, sem dúvida muito complexo, deverá ser inventariado.

Ao evidenciarmos tal complexidade que se reveste o processo de enunciação, dirigimos o nosso olhar ao que Pêcheux (2014) chama a atenção em relação à língua. O autor nos mostra que as estruturas que compõem a língua, fonológicas, morfológicas e sintáticas, possuem uma autonomia relativa, já que todo o processo discursivo envolve relações ideológicas de classes. Ao traçar suas críticas às teorias estruturalistas que estavam afastando do texto a responsabilidade por produzir sentidos, ao passo que consideravam a língua apenas como um sistema, Pêcheux (1997, p.72) defende que a língua “se define pelo conjunto das regras universalmente presentes na "comunidade" linguística”. E, assim, de maneira contrária ao que Saussure compreendia, Pêcheux (1997) nos mostra a necessidade de percebermos o nível intermediário que se coloca entre a singularidade individual e a universalidade. Por isso, o autor define que:

Isso significa que nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a uma norma universal inscrita na língua, mas sim que esta frase deve ser referida ao mecanismo discursivo específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado. (PÊCHEUX, 1997, p.73)

Pêcheux (1997), por meio do processo de produção discursiva, busca compreender o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso, que se relacionam diretamente com as circunstâncias dadas. Enquanto que para Saussure “a língua nada cria”¹, para

¹ (PÊCHEUX, 1997, p.72)

Pêcheux(1997) a língua detém de uma escala ascendente de liberdade. Para tanto, observamos esse movimento que cresce de acordo com a amplitude da materialidade discursiva:

Na combinação dos traços distintivos em fonemas, a liberdade do locutor individual é nula; o código já estabeleceu todas as possibilidades que podem ser utilizadas na língua em questão. A liberdade de combinar os fonemas em palavras é circunscrita, é limitada à situação marginal da criação de palavras. Na formação das frases a partir de palavras, a coerção que o locutor sofre é menor. Enfim, na combinação das frases em enunciados, a ação das regras coercitivas da sintaxe para e a liberdade de todo locutor particular aumenta substancialmente, ainda que seja preciso não subestimar o número dos enunciados estereotipados. (JAKOBSON, 1963, p.47 citado por PÊCHEUX, 1997, p.72).

Pêcheux (1997) defende que a língua possui papel singular na formação e na reprodução dos discursos na sociedade. E, é importante ressaltarmos que as condições de produção dadas promovem o movimento de relação entre língua e os enunciados que serão reproduzidos em cada interação social.

De acordo com o autor, o sujeito falante sabe que “quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado” (PÊCHEUX, 1997, p. 77). Isso implica uma certa antecipação do sujeito falante em relação ao que os sujeitos leitores-ouvintes iram pensar-entender da sua enunciação. Embora o autor trace tal afirmação se referindo ao discurso político em específico, acreditamos que esse movimento de resgate ocorra diante de situações comunicativas em que se tematize outros discursos.

Ainda, é necessário discutirmos sobre a ideologia, sua ação e incidência no e pelo discurso. Conforme explica Henry (1997, p.24), a ideologia é

[...] um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes [...] Neste caso, a ideologia tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção.

É importante salientarmos que as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção se revelam expressivamente no interior de uma sociedade. O enfoque para o processo de reprodução e de transformação do discurso se dá pela necessidade de refletirmos acerca do caráter contraditório que reveste o modo de reprodução baseado em uma divisão de classes. Por isso, Pêcheux (2014, p. 130) defende que “a luta de classes atravessa o

modo de produção em seu conjunto, o que, na área da ideologia, significa que a luta de classes ‘passa por’ aquilo que L. Althusser chamou os aparelhos ideológicos de Estado”. As relações que se estabelecem entre língua, sujeito e ideologia são diversas e são responsáveis pela reprodução dos efeitos de sentidos possíveis em cada situação comunicativa. A materialização discursiva resulta, dessa forma, dos processos que envolvem a formação das classes sociais. No tópico seguinte, aprofundaremos um pouco mais essa discussão.

2.1 Língua, sujeito e ideologia

Ao compreendermos a importância de discussões acerca das relações estabelecidas entre língua, sujeito e ideologia, nos propomos, a seguir, a traçar uma discussão que contemple as contribuições de autores que colaboram para a nossa reflexão.

Em primeiro lugar, observando o texto “Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado”, escrito por Althusser (1970), podemos entender que a ideologia está diretamente relacionada com o movimento de reprodução das condições de produção na sociedade. Pautado nos estudos de Marx (1885), Althusser (1970, p.10-11) defende que o processo de produção se reveste de “forças produtivas existentes em (dans et sous) relações de produção definidas”, ou seja, a reprodução de força de trabalho consiste em um movimento de submissão às regras. Tais regras, dessa forma, pertencem à ideologia dominante. O salário torna-se uma forma de manutenção dessa reprodução, pois, monitora, de certa forma, a distribuição das forças de trabalho. Nesse sistema, cada agente desempenha seu papel, seja de produção, de exploração ou de repressão de maneira a atender as expectativas impostas pela ideologia vigente. Então, cada tarefa desempenhada por cada agente fortalece a reprodução da ideologia.

Em segundo lugar, cabe refletirmos sobre os Aparelhos de Estado, também estudados por Althusser (1970). Os Aparelhos Repressivos de Estado, embora funcionem em partes pela ideologia, é pela violência que canalizam suas ações. Os Aparelhos Ideológicos de Estado, por sua vez, funcionam pela ideologia, o que nos permite entender que eles se constituem como controladores-exploradores da reprodução discursiva. A ideologia dominante é responsável por proporcionar uma “harmonia” entre os movimentos de repressão e exploração realizados pelo Aparelho repressivo de Estado e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. É importante ressaltarmos que Althusser (1970) evidencia a relação que se estabelece entre ideologia e sociedade. De acordo com esse autor, a ideologia não representa o sistema das relações reais que governam as interações que surgem na sociedade, mas sim a relação imaginária que cada

indivíduo possui a partir do que vive cotidianamente, ou seja, a ideologia age de maneira mais profunda no relacionamento entre língua-sujeito-mundo.

Por isso, entendemos que a ideologia tem existência material e histórica. As práticas sociais são atravessadas por posições ideológicas diferentes e, mesmo participando de um processo inconstante de diálogo e conflito entre elas, atingem os sujeitos a partir do processo de interpelação. Todavia, o processo de interpelação não é “visível” aos sujeitos em interação social, porque tal processo produz para os sujeitos um efeito de sentido que os faz pensar estar fora da ideologia. Isso ocorre pela denegação que a própria ideologia traz consigo: “a ideologia nunca diz «sou ideológica»” (ALTHUSSER, 1970, p. 101).

Em terceiro lugar, precisamos refletir acerca de que a ideologia não é uma ocultação, como defende Orlandi (1999), a ideologia tem a sua função como relação necessária entre língua e mundo. A materialidade discursiva evidencia a ação da ideologia, pois cada enunciado se filia a sua formação discursiva que, por sua vez, impulsiona a formação imaginária entre os sujeitos e objetos do discurso. Assim, entendermos que a ideologia tem a capacidade de interpelar o indivíduo em sujeito e que o trabalho ideológico consiste em um trabalho de memória e de esquecimento nos ajuda a entendermos uma das ideias principais da AD que defende que “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2007b, p.31). Isso nos permite afirmar que o sujeito, ao ser interpelado, torna-se um lugar de significação, uma vez que a história passa o constituir.

A ideologia resulta das relações estabelecidas por meio das materialidades discursivas inscritas na tríade sujeito/língua/história. E, a relação que o sujeito estabelece com o simbólico é uma relação com a interpretação, relação basilar para a constituição de sentidos. Dessa forma, o que ativa a produção de sentidos em cada sujeito é o imaginário que se forma, por sua vez, a partir das relações estabelecidas entre linguagem, pensamento e mundo. Tanto a ideologia, quanto a interpretação são necessárias para as relações estabelecidas por cada sujeito no cotidiano.

De acordo com Pêcheux (2014), a sociedade não “experencia” a ideologia de maneira homogênea, porque a ideologia se materializa em práticas e, com a instalação dos aparelhos Ideológicos de Estado, é que a ideologia dominante se manifesta por meio das práticas que se desenvolvem na sociedade. Nesse sentido, vale ressaltarmos que os aparelhos Ideológicos de Estado constituem-se como o lugar de expressão da ideologia dominante, já que eles também tornam-se “palco de uma dura e ininterrupta luta de classes”, conforme defende Althusser

(1985, p. 106)². Sendo assim, entendemos que, na sociedade, todas as práticas sociais que se desenrolam são atravessadas por posições ideológicas, uma vez que a “ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 2014, p.134), e esses sujeitos passam a ser ideológicos.

O discurso, dessa forma, é um espaço em que movimentos de retomadas discursivas impulsionam a reprodução da ideologia, ao passo que, torna-se cada vez mais latente para o sujeito interpelado as formas que ditam com ser e agir. Assim, Pêcheux (2014, p.146) afirma: “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*”. Os sentidos são ora evidenciados, ora mascarados nas interações empreendidas. Isso só é possível, conforme afirma Pêcheux (2014), ao compreendermos o caráter de não transparência da linguagem que permite todo o “jogo” de sentidos das palavras e dos enunciados. A partir dessa compreensão, fica evidente o fato de que o sentido depende de cada formação discursiva, pois são as posições ideológicas que moldam os processos sócio-históricos envolvidos nesse jogo. Sendo assim, vale recordarmos a definição de formação discursiva proposta por Pêcheux (2014, p.147): “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”.

Para além da complexidade que se instaura nesse jogo discursivo, entre o que pode e o que deve ser dito, por quem e para quem dizer, como e onde dizer, existe um processo denominado “esquecimento”. Entendemos que os esquecimentos se relacionam com o inconsciente e estão diretamente relacionados com o caráter simbólico que envolve a construção discursiva. Dessa forma, vale refletirmos sobre o quanto o processo de esquecimento afeta a forma-sujeito do discurso, pois deixa de retomar referentes e referências, modificando a reprodução discursiva em relação aos sentidos evocados por cada enunciação.

Como a formação discursiva, de acordo com Pêcheux (2014, p.147-148), é um espaço de reformulação-paráfrase, entendemos que a ideia de sentido único e verdadeiro não é válida, pois “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva”. Assim, vemos que a história tem um papel muito importante nesse movimento de constituição de sentidos e, como Orlandi (1999, p.36) defende, o discurso se constitui pela tensão existente “entre o mesmo e o diferente”. Por isso, no tópico a seguir, refletiremos sobre esse processo parafrástico, que representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. A paráfrase, portanto, remete a uma memória do dizer.

² citado por Pêcheux (1975, p.131)

2.2 Memória

De acordo com Pêcheux (2014), o interdiscurso caracteriza a complexidade das formações ideológicas, uma vez que ele também é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação. É por isso que o autor defende o caráter de dependência que toda formação discursiva desempenha em relação ao interdiscurso. Mas é próprio de toda formação discursiva dissimular

[...] na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (...) sempre antes, em outro lugar e independentemente. (2014, p.149)

Desse modo, é preciso admitir, de acordo com Orlandi (2007b, p. 30), que “todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária”. Assim, vemos que o conceito de memória discursiva torna-se mais presente na medida que um conjunto de condições de produção específicas trabalham a interpretação. E, conforme aponta autora, é por meio da ideologia que o já dito vai sendo sustentado e os sentidos vão sendo institucionalizados (na memória discursiva).

Nesse sentido, torna-se necessário entendermos o texto como um objeto histórico que, na interação, move sentidos que respeitam as regras do jogo imposto por cada formação discursiva. O texto é para nós não o objeto final de análise, mas uma espécie de “ponte” que nos dirige ao discurso que o gerou. Por isso que, quando Orlandi (2007b) reflete sobre o processo de interpretação – inevitável e além do controle de cada sujeito – a autora nos mostra que, no movimento de análise, conseguimos refletir sobre a forma como o objeto simbólico impulsiona os sentidos alcançados na reprodução do texto na sociedade.

Ao refletirmos sobre a ordem simbólica atuante no campo discursivo, entendemos que o trabalho simbólico é capaz de determinar que “tudo não possa ser dito e, por outro lado, haja em todo dizer uma parte inacessível ao próprio sujeito” (ORLANDI, 2007b, p.63). Tal aspecto reforça a relação que a ideologia tem com o inconsciente e, ainda, a relação que a história tem com a língua. Assim, é interessante ressaltarmos que o sujeito, no movimento de interpretação, o faz inconscientemente, pois o sujeito passa a se reconhecer nesse movimento. Orlandi (2007b) nos mostra que cada sentido que vai sendo alcançado pelo sujeito que interpreta o faz se reconhecer muito mais no contexto discursivo e a interpretação deixa de ser um movimento a ser ativado e passa a ser quase automático para o sujeito. Por isso, entendemos que a própria

forma de assujeitamento é histórica, fortalecendo a relação entre homem, linguagem e possibilidades de sentidos.

A memória coletiva, em funcionamento na sociedade, prevê a gestão de processos que ora permitem, ora interdita a reprodução discursiva por parte dos sujeitos. Segundo Orlandi (2007b, p.133), a memória coletiva seleciona os sujeitos que detêm a autorização para reproduzir os discursos “em seus nomes” e o restante “repetem incansavelmente gestos (de interpretação)”. É interessante ressaltarmos que a memória coletiva é responsável por essa cópia que os sujeitos acabam por fazer, que acarreta em um processo de apagamento de sentidos que são reproduzidos na e pela história e que são materializados discursivamente nos discursos cotidianos. E, a ideologia sendo o motor agente que apaga o percurso de interpretação realizado por cada sujeito, reforça a ilusão que o sujeito possui sobre si, que o leva a sustentar tal ilusão pensando ser o responsável por “dar” sentido aos textos.

Orlandi (2007b) enfoca sua reflexão no movimento de interpretação, pois acredita que a observação desse movimento contemple a relação que o sujeito estabelece com a história e com os sentidos. Como a interpretação é parte do processo de significação, é necessário nos atentarmos para os gestos de interpretação realizados pelos sujeitos para entendermos as construções e desconstruções realizadas nas relações empreendidas socialmente.

Ainda conforme Orlandi (1990), a memória discursiva corresponde ao que denominamos de interdiscurso, pois realiza movimentos de retomada aos já-ditos que, por sua vez, correspondem aos frutos da memória. Como frutos, no espaço discursivo, eles assumem papéis importantes: sustentam dizeres, afirmam e reafirmam o funcionamento dos discursos; e sustentam a relação dos sujeitos com a ideologia que os interpelam. Esses papéis são necessários, pois a ação do esquecimento é que estrutura o interdiscurso. Assim, a tensão entre o mesmo e o diferente é que rege o discurso. Entretanto, é por conta da falha e da ruptura que ocorrem na língua e no sujeito, respectivamente, que se torna possível a transformação de sujeitos e de sentidos.

Das relações que envolvem a constituição de nossa sociedade, sabemos que a hierarquização social que prioriza a classe dominante é o mecanismo que sustenta a estrutura do Brasil em seus sistemas econômico e político, ao passo que refletimos acerca de que as relações de força permeiam as formas de interação social. Paralelamente a isso, no discurso temos as condições de produção³ que são os mecanismos que impulsionam o funcionamento discursivo no encaminhamento dos sentidos entre língua e historicidade, formação social e

³ A categoria será discutida posteriormente (página 26)

mecanismo imaginário. Segundo Orlandi (1999, p.68), a historicidade consiste no “acontecimento do texto como discurso”, ou seja, todo o trabalho que os sentidos exercem sob o texto. Assim, podemos afirmar que o discurso é um percurso, não um ponto final, o texto é o nosso ponto de partida para as análises e reflexões. Tal fato se relaciona ao processo do esquecimento, discutido anteriormente, pois a análise discursiva busca, por meio da verificação dos já-ditos, observar a ação da memória discursiva. Por isso, consideramos que “há sempre no dizer um não-dizer necessário” (ORLANDI, 1999, p.68), e, com isso, ressaltamos a função da ideologia como estrutura que sustenta a significação.

Enquanto no imaginário tem-se a unidade, a completude e a coerência, no discurso tem-se a descontinuidade, a dispersão, a falta, o equívoco, a contradição e a incompletude. O discurso funciona nessa tensão, é atravessado por uma série de equívocos. Dessa forma, cabe ressaltarmos que a memória desempenha papel fundamental nas reproduções dos enunciados, refletindo nas relações empreendidas no plano discursivo entre sujeito e mundo.

A memória acontece entre a história e a língua. De acordo com Nunes (1999, p.11), os movimentos de retomadas e de paráfrases resultam em um jogo de força simbólico que opera na memória. Dessa forma, o autor nos mostra que “a estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social”, ou seja, os operadores languageiros só funcionam após sua imersão na situação discursiva.

Sendo assim, podemos refletir sobre a construção discursiva dos sentidos. Todo o movimento de retomada no campo discursivo baseia-se em um jogo de força e cada elemento discursivo, cada referente linguístico, que é selecionado para aparecer em determinada situação comunicativa irá impactar no social. Precisamos entender, então, que a enunciação é um espaço de reformulação, a enunciação reconstrói a memória.

Conforme nos mostra Pêcheux (1999, p.44), a análise de discurso compreende a memória resultante de um entrecruzamento “da memória mítica da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Por não ser resultado de um movimento individual, a memória discursiva é responsável por estabelecer os implícitos regidos por cada texto e por impulsionar os sentidos que serão reproduzidos e os que serão impedidos nas construções discursivas cotidianas.

Orlandi (1999), por sua vez, nos mostra o quanto a memória discursiva carrega consigo os esquecimentos e silêncios. O sujeito, após o processo de assujeitamento, encontra-se determinado historicamente pela memória – o interdiscurso. Dessa maneira, da relação que se estabelece entre língua, ideologia e memória, vale ressaltarmos que assim como a língua que

está sujeita a falhas, a memória se constitui pelo esquecimento e a ideologia está sujeita ao equívoco.

O tópico a seguir é dedicado à reflexão sobre a dimensão do silêncio, processo latente na reprodução dos discursos socialmente.

2.3 Silêncio

Os processos de silenciamento impactam na formação da memória discursiva, por isso, de acordo com Orlandi (2007a), precisamos entender que o silêncio é fundante. Sendo assim, a partir dessa percepção fica evidente a possibilidade de o silêncio atravessar as palavras e de conseguir impulsionar sentidos.

Ao observar que o silêncio possui uma materialidade que é simbólica, Orlandi (2007a) nos aponta para a relação de um jogo entre as palavras no campo discursivo. Assim, é interessante ressaltarmos que a autora traça a afirmação de que as próprias formações discursivas refletem as diferenças ideológicas entre os sujeitos, ou seja, as formações discursivas colaboram para entendimento do silêncio que existe no campo discursivo, causando a ilusão de existir apenas um sentido único.

Para Pêcheux [1975], o discurso é efeito de sentido entre locutores. Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas. (Orlandi, 2007a, p. 20)

Conforme postula Orlandi (2007a), o sentido emerge das relações estabelecidas pelos sujeitos em uma dada interação, mediada pela língua, em sua materialidade e em sua opacidade, e pela história. Como o discurso depende das formações ideológicas que se relacionam com as formações discursivas para trabalharem os sentidos, sendo assim, o silêncio ocorre por meio da linguagem, o que nos permite abandonar a concepção de silêncio como “o nada, o vazio” e afirmar que ele significa no interior da própria linguagem. Por isso, é importante atentarmos para o fato de que “o silêncio é garantia do movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio” (ORLANDI, 2007a, p.25).

Nosso trabalho, enquanto analistas, é observar os entremeios para só, então, acessarmos os efeitos do silêncio no discurso. É um trabalho nos entremeios porque o silêncio não pode ser

tratado como ausência, mas a sua presença é constante e precisa ser considerada nas análises. Dessa maneira, vale refletirmos que um dito sempre seleciona um não-dito que, por sua vez, não funciona como o implícito, no silêncio o não-dito se mantém silencioso, mas significando. É, por isso, que Orlandi (2007a, p.66-67) defende que o silêncio não pode ser excluído “das palavras assim como não se pode, por outro lado, recuperar o sentido do silêncio só pela verbalização”, ou seja, o silêncio não é falta de sentido.

Assim, precisamos compreender dois elementos destacados pela autora. O primeiro deles é compreendermos o silêncio como fundador, pois ele já existe na linguagem, é ele que faz o não-dito significar. O segundo elemento trata-se da política do silêncio, denominado de silenciamento. Orlandi (2007a) nos mostra que o fato de o sentido ser construído a partir de sua relação com o lugar e com a posição do sujeito que o reproduz, ocorre um movimento de recorte que seleciona o sentido que poderá emergir em determinada interação. Isso nos permite entender que o silenciamento é uma “forma não de calar mas de dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”” que projeta a dimensão política nessa significação, por conta do recorte de dizeres possíveis, mas indesejáveis”(ORLANDI, 2007a, p.73).

A dimensão política, por sua vez, promove espaço para refletirmos sobre os processos de dominação e de opressão que ocorrem na sociedade. Sabemos que, no discurso, sujeito e sentido constituem-se a partir das interações empreendidas sócio-historicamente, então, vão se formando lugares e posições que passam a ser proibidas de serem ocupados por determinados sujeitos. Essa é a relação de dominação e de opressão que premeia o discurso.

Resulta dessa relação a censura que, na maioria das vezes, não se inscreve na consciência do sujeito falante, mas encontra-se nos limites das formações discursivas. Dessa maneira, vale refletirmos, como aponta Orlandi (2007a), sobre a capacidade que a censura tem de afetar a identidade do sujeito, pois é percebida como um ato de interdição perpassando o poder da palavra que institui o lugar a ser ocupado pelo sujeito e os que lhe são proibidos. Entretanto, vale ressaltarmos o seguinte: o que é censurado toma a forma de algo que foi suspenso, mas ainda ficam vestígios na materialidade e na memória discursiva. Por isso, entendemos que a censura, por mais expressiva que se demonstra, não consegue apagar nem impedir o “resgate” dos sentidos.

Portanto, ao refletirmos sobre o papel da história, da memória e do silêncio na reprodução discursiva, precisamos também evidenciar a presença do poder dominante nas relações discursivas. Vemos que o poder se utiliza do processo do silêncio discursivo para se sustentar entre a sociedade. E isso ocorre a partir de uma relação de forças entre o sentido que é imposto e o sentido que é recusado. Sendo assim, vale atentarmos para o fato de que

O que não é linguagem, quando se trata dos sentidos, não é o nada, mas silêncio. Por exemplo, os sentidos da negritude (...) silenciados em sua expressividade social própria significam de outro modo (na umbanda, na capoeira ou na moda, numa forma de fazer literatura etc.). Essa migração resulta (e é marca) da necessidade histórica dos sentidos. Deriva também daí o modo como podemos conceber o político no que chamamos de silêncio. Se ao falar sempre afastamos sentidos não-desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala” (ORLANDI, 2007a, p.152).

É muito importante pensarmos, a partir do exemplo elencado pela autora, dos sentidos que se reproduzem socialmente acerca da negritude, já que os sentidos “não-desejados” acabam constituindo as representações negativas que circulam a respeito do negro na sociedade brasileira, como veremos nos capítulos seguintes. A construção de sentidos caminha consoante com a história. Assim, precisamos nos atentar para o fato de que existe a ilusão de que o sentido não tem história e que ele nasce no momento da produção dos enunciados e isso impacta na forma como os sujeitos encaram os textos a serem interpretados cotidianamente.

2.4 Condições de produção do discurso

Pêcheux (1997) defende que as condições de produção são formadas a partir de estímulos sofridos pelos sujeitos e que os impulsionam a realizar um comportamento.

As condições de produção constroem formações imaginárias de acordo com os estímulos que o sujeito sofre no meio social que interage. E, dessa forma, Pêcheux afirma que é a partir da interação que o sujeito estabelece com as formações imaginárias que ele se torna capaz de realizar as “tomadas de posição”. É assim que funciona o processo discurso, uma vez que o discurso perpassa o imaginário constantemente.

Além disso, precisamos ressaltar que as percepções que cada sujeito tem estão ancoradas nos já-ditos que ecoam nos dizeres cotidianos. Por isso, o autor aponta para a complexidade em que se revestem as relações imaginárias que sustentam o processo discursivo, nos mostrando que:

[...] em um estado dado das condições de produção de um discurso, os elementos que constituem este estado não são simplesmente justapostos mas mantêm entre si relações suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo: (...) todos os elementos (...) tem uma eficácia necessariamente igual, mas que, segundo um sistema de regras, a ser definido, um dos elementos pode se tornar dominante no interior das condições de um estado dado. (PÊCHEUX, 1997, p.86)

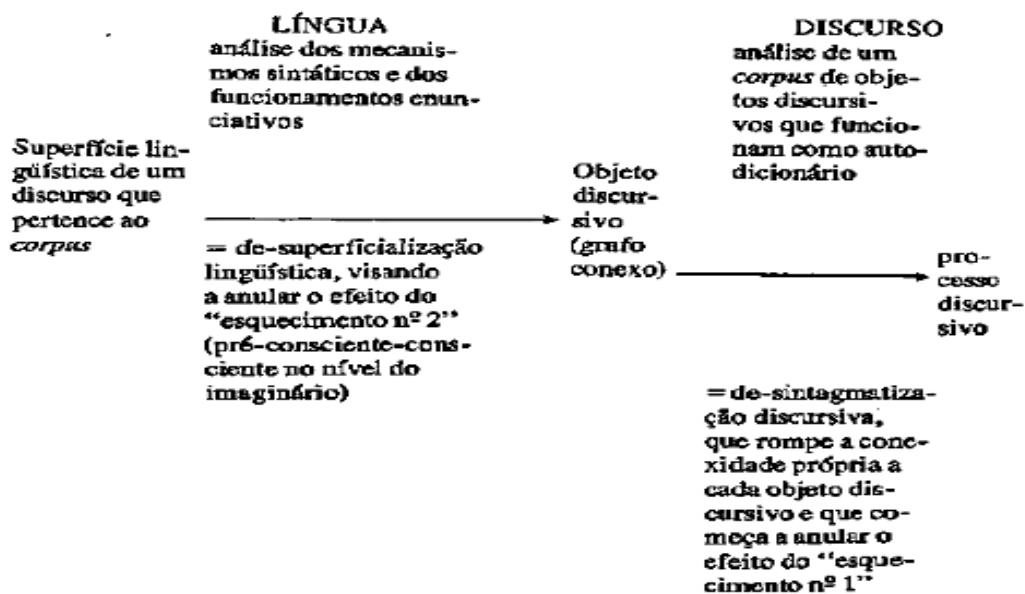
Dessa forma, podemos traçar a reflexão acerca de que cada objeto do discurso repercute relações singulares, uma vez que mantém uma relação esquemática, como de um jogo, cujo elementos constituintes da representação imaginária variam conforme o grau de dominância. Assim, entendemos que o objeto do discurso se forma a partir da “ligação entre as relações de força (exteriores à situação do discurso) e as relações de sentido que se manifestam” (PÊCHEUX, 1997, p.87) no momento das interações estabelecidas.

A partir dessa discussão a respeito das condições de produção de um discurso, Pêcheux (1997) nos mostra ser necessário diferenciarmos o conceito de superfície discursiva do conceito de objeto do discurso. A superfície discursiva consiste na sequência verbal oral ou escrita, ou seja, é concreta, já o objeto do discurso apoia-se na “operação linguística”, como o autor explica, e consiste essencialmente em um objeto teórico.

Portanto, nos cabe entender que o processo discursivo consiste no resultado obtido através da relação “regulada de objeto discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas” (PÊCHEUX, 1997, p.181).

Todo esse percurso pode ser observado no esquema abaixo, construído pelo próprio autor:

Figura 1 – Esquema construção de corpus



Fonte: A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (M. Pêcheux, C. Fuchs, 1975)

Assim, conseguimos entender que tanto o imaginário quanto os elementos exteriores são determinantes para refletirmos sobre o corpus que, por sua vez, se constitui de superfícies linguísticas e de objetos discursivos. Podemos afirmar que todo discurso concreto é “um complexo de processos que remetem a diferentes condições” (PÊCHEUX, 1997, p.182). O discurso é complexidade em movimento.

De acordo com Amorim (2016, p.474), em “todas as práticas discursivas, o sujeito constrói uma representação de si mesmo e uma representação do outro a partir dos posicionamentos discursivos que assume ao proferir seus dizeres”, por isso, na discussão acerca do discurso racista nos cabe observarmos essas representações, já que o posicionamento discursivo assumido por um sujeito racista é um posicionamento de superioridade em relação ao outro. É próprio da ideologia promover a interpelação do indivíduo em sujeito, dessa forma, no discurso racista é a ideologia do supremacismo branco que realiza a interpelação dos sujeitos que reproduzem a discriminação e o preconceito contra os sujeitos negros.

Assim, a partir da interpelação, ocorrem os movimentos de interpretação ao passo que o sujeito interage e se relaciona com o mundo. É importante ressaltarmos que “toda interpretação deve reconhecer a presença de um discurso outro, próprio das práticas discursivas, pois todas elas são determinadas por questões sociais, históricas e ideológicas organizadas na memória discursiva dos sujeitos” (AMORIM, 2016, p. 474). O discurso racista é ancorado por práticas discursivas que o sustenta na estrutura da sociedade brasileira. E, ainda, prega a ideia de “igualdade” entre as condições e oportunidades dispostas aos sujeitos, mas esse posicionamento é injusto com a população negra que foi impedida e limitada de acessar lugares e posições desde a sua integração à sociedade brasileira. Então, a diferença, a exclusão e o silêncio pautam a presença do negro na sociedade brasileira atual.

A posição ideológica que os sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco são permeados é a que remete à lógica escravocrata, que prevê a relação entre os sujeitos que exercem autoridade (os brancos) sobre outros (os negros). Nesse caso, as formações discursivas e as formações imaginárias são responsáveis por organizarem os lugares em que cada sujeito deve ficar para exercer e atender a lógica do discurso racista. Assim, “a imagem que o sujeito faz da posição que ocupa no discurso, bem como a imagem que ele faz do outro e da posição que esse outro ocupa, é oriunda das formações imaginárias e manifestam-se por meio da materialidade linguística” (AMORIM, 2009, p.51).

As violências reproduzidas pelo discurso racista podem ser percebidas após a compreensão da manifestação do poder simbólico. De acordo com Bourdieu (1989, p.7-8), o poder simbólico é invisível, visto que “só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que

não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Sendo assim, as relações que se empreendem socialmente são “relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que (...) podem permitir acumular poder simbólico” (BOURDIEU, 1989, p.11).

A estrutura do discurso racista é regida pelo poder simbólico, pois os dizeres que se filiam à essa ordem discursiva se constituem como “instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam” (BOURDIEU, 1989, p.11).

O poder simbólico fortalece a reprodução do discurso racista, principalmente, porque no Brasil a sociedade brasileira foi construída a partir de uma estrutura piramidal em que os negros ocupam as posições basilares e a classe média-alta, os brancos em sua maioria, desfrutam das maiores oportunidades de cargos e posições sociais. As diferentes classes estão “envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIEU, 1989, p.11).

As tomadas de posições ideológicas da classe dominante configuram-se em estratégias que visam a reprodução da crença na legitimidade da dominação que busca reproduzir. Conforme Bourdieu (1989, p.12), as posições sociais, por sua vez, conduzem essa luta promovida pelas classes visando “o monopólio da violência simbólica legítima [ou seja] (...) do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (...) da realidade social”.

A partir da imposição estabelecida pela classe dominante e das relações entre o campo da produção ideológica e o campo da luta de classe, dessa maneira, entendemos o poder simbólico

[...] como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, (...) poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) (...) só se exerce se for reconhecido (BOURDIEU, 1989, p.14)

O poder simbólico é a materialização das relações de força, exercendo um processo de transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico em que o trabalho de

dissimulação mascara a violência e é “capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1989, P.15).

Por isso, as reproduções do discurso racista precisam ser investigadas, tendo em vista as dimensões discursivas e simbólicas que afetam desde o físico até o psicológico dos sujeitos alvos dessas reproduções violentas, os negros.

Em seguida, de maneira complementar às discussões realizadas que visam entender as condições de produção e reprodução dos discursos que circulam atualmente, abordaremos sobre os sentidos e o funcionamento do discurso de ódio em relação à presença do negro na sociedade brasileira.

2.5 O discurso de ódio: sentidos reproduzidos a partir da presença do negro na sociedade brasileira

A partir das contribuições de Orlandi (2008) que permitem a percepção da tensão existente no movimento de constituição do brasileiro enquanto sujeito social e discursivo, é possível refletir sobre a prevalência cultural da classe dominante, branca e racista. A partir disso, surgem, ao longo da história da sociedade brasileira, a reprodução de dizeres que buscam a anulação da cultura e da sociedade negra. Esses dizeres se filiam ao conjunto discursivo que denominamos de discurso de ódio. Selecionamos essa categoria para a discussão, uma vez que identificamos ser o discurso de ódio um dos processos que visam a (des)construção da identidade negra brasileira.

De acordo com França (2019), existem aspectos da história do Brasil que colaboram para a ocorrência do discurso de ódio. Sendo assim, é possível pensarmos que o discurso de ódio, que se (re)produz atualmente, já vem se constituindo como parte da nossa história. Mesmo com tantos esforços, em sua maioria de cunho político, para que esses episódios fossem esquecidos, a AD nos ajuda a entender e refletir sobre as políticas de esquecimento, fruto de processos discursivos do silenciamento, o qual Orlandi (2007a) ⁴ discute.

França (2019), em sua tese, dedica-se à reflexão sobre os sentidos que a designação do discurso de ódio ganha nos espaços digitais, mais especificamente no Facebook. O autor ainda analisa o funcionamento do discurso de ódio que, segundo ele, é efeito de movimentos de um processo discursivo. Entretanto, gostaríamos de refletir sobre as contribuições do trabalho desse

⁴ As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Eni Puccinelli Orlandi (2007a)

autor pensando no contexto geral das reproduções discursivas, não apenas no espaço digital, pois, como França (2019) mesmo afirma, para refletirmos sobre o virtual, não podemos nos esquecer da existência de uma exterioridade que controla o funcionamento dos sentidos em geral. Assim, como entendemos que tanto o off-line quanto o online demarcam relações com o social, ambos se submetem a essa exterioridade que, com as contribuições da Análise do Discurso, ajuda-nos na reflexão acerca da ideologia, da história e da memória como determinantes/constituintes dessa exterioridade.

Nossa história é marcada por processos de formação que são caracteristicamente dolorosos e cruéis contra os povos originais. Além do massacre humano, o comércio de escravos negros e africanos se tornou um pilar que sustentou a edificação do território brasileiro, e o fez como um país. Nesse sentido, esse comércio marcou fisicamente e discursivamente os corpos dos escravizados e o corpo da sociedade como um todo. Com a agressividade do escravismo, criou-se um sistema extremamente predatório que tinha por exclusivo objetivo arrancar o último suspiro do negro, objetivando o lucro nesse movimento. Dessa forma, França (2019) recorda como o líder Zumbi de Palmares foi encontrado após sofrer o ataque que tirou a sua vida:

(...) com o corpo perfurado por balas e punhaladas, e levado a Porto Calvo. Teve a cabeça decepada e remetida a Recife, onde foi coberta por sal fino e espetada em um poste até ser consumida pelo tempo. O fato de Zumbi ter sido castrado e ter seu pênis costurado dentro da boca nos leva à reflexão de como o ódio floresceu e se aprofundou contra quem instituiu uma rebelião contra o sistema (CARNAL, 2018, p. 21 citado por FRANÇA, 2019, p.18)

Vemos, então, que o ódio é constituinte das relações que se estabeleceram desde os primórdios da civilização brasileira, ou seja, o ódio atravessa a história do Brasil. Conforme defende França (2019), merece destaque o aspecto político do ódio que ataca quem resiste, ou seja, o ódio que se posiciona contra quem se posiciona. Com isso, o autor destaca ainda que o que nos distingue enquanto brasileiros “é uma vontade quase sistemática de apagar a violência do nosso passado” (CARNAL, 2018, p.29 citado por FRANÇA, 2019, p.19), mas, mesmo assim, é importante atentarmos para a possibilidade de que as sociedades podem “repetir o que não foram capazes de elaborar”. Por conta, principalmente, da ação dos nossos esquecimentos, França (2019) defende que o discurso de ódio que se reproduz atualmente no Brasil vincula-se a essa nossa história. A história da construção de um país pautado no escravismo, no preconceito e no racismo.

Nesse sentido, Cano e Silva (2021) afirmam que o discurso racista “não é legitimado socialmente, mas se encontra nas marcas linguístico-discursivas nos discursos, de modo a revelar os conflitos”. Os autores apontam para a reflexão acerca dos efeitos de sentidos que se reproduzem a partir da discussão de raça na sociedade brasileira, ao passo que “a questão racial no Brasil é tida como uma questão do negro” (CANO; SILVA, 2021, p.72). Dessa forma, entendemos que “as características do branco não são usadas para discutir sua participação na sociedade” (CANO; SILVA, 2021, p.72), ou seja, o branco já desfruta da legitimidade para transitar entre as posições e papéis sociais e sua presença dispensa questionamentos. O negro, ao contrário, ainda enfrenta dificuldades de assumir posições de liderança e destaque, porque sua presença desperta a reprodução de discursos que instigam a dúvida, a desconfiança e o descrédito em relação ao que é produzido e ao que é intermediado pelos negros. Esses são os efeitos de sentidos reproduzidos pelo discurso racista. A presença do negro nessas posições retoma a estrutura hierárquica que forma a sociedade brasileira atualmente, em que os negros permanecem na base e ainda são desqualificados constantemente.

O racismo, conforme Cano e Silva (2021, p.73), “relaciona-se às relações hierárquicas estabelecidas entre grupos provenientes de uma construção sócio-histórica, em que se supõe a superioridade de um grupo racial ao outro”. Refletir e identificar o discurso racista é importante, pois o negro vive em constante conflito, pois, os discursos que se reproduzem afastam os negros do convívio integral na sociedade, impedindo-os de alcançarem e de chegarem nas posições que compartilham maior prestígio social. Ser branco é “ser aceito” assim como ser negro é “ser questionado”.

Os autores defendem que o silenciamento, por parte dos sujeitos brancos, em relação as questões raciais, ocorre porque essas questões não afetam a constituição da legitimidade e da autonomia que os sujeitos brancos exercem na sociedade. Então, o posicionamento de negação e de afastamento torna-se frequente reforçando, a partir das formações ideológicas, a posição de superioridade do branco em detrimento do negro. O “discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, a partir de relações interdiscursivas” (CANO; SILVA, 2021, p.80), portanto, entendemos que o discurso racista é estrutural, já que promove a sustentação discursiva dos dizeres que se filiam a esse processo de separação e inferiorização do sujeito negro na sociedade brasileira.

Em suas análises, França (2019) se propõe a refletir sobre o discurso de ódio a partir de um questionamento sobre as Condições de Produção que o envolve, e que, na Análise do Discurso, Pêcheux (1969) as relacionam com as formações imaginárias, responsáveis por

funcionar e condicionar ‘toda a movimentação dos processos discursivos’. É por isso que vale recordarmos a definição de formação imaginária proposta por Pêcheux (1990, p.82):

O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).

Assim, as condições de produção contribuem para esse processo de construção de imagens do eu e do outro. A imagem “que um indivíduo em tal lugar tem de um outro em um outro lugar, a imagem que eles têm de si, a imagem que têm do assunto tratado, a imagem que supõem (a antecipação) que o outro tenha dele mesmo e do referente” (FRANÇA, 2019, p.22). O autor chama a atenção para a compreensão de que “produção” aí se refere à produção de um efeito, que é discursivo. E também que não podemos confundir os lugares A e B com propriedades individuais, pois trata-se de uma posição atribuída e construída no interior de uma estrutura social dada.

Essa discussão nos permite pensar também sobre a formação discursiva que determina aquilo que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, [1975] 2014), pois cada formação discursiva vai condicionando os dizeres e encontra-se articulada às condições de produção dos discursos. Como França (2019) recorda, Orlandi (2007) nos ajuda nessa reflexão sobre o imaginário em relação às condições de produção que “implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (ORLANDI, 2007, p. 40).

Por isso, concordamos com França (2019, p.25) quando o autor ressalta que o olhar da Análise do Discurso para o sujeito é lançado em busca de ver as ‘regras de projeção, isto é, as formações imaginárias, e como elas funcionam na produção de efeitos de sentido’, o que nos permite afirmar que, em uma análise, não estamos nos referindo ao indivíduo em si, mas sim as representações e posições dele no discurso.

Se, para AD, o efeito de sentido é condicionado às imagens que se tem de si, do outro, do referente etc., deve-se concluir que é resultado também de determinada relação imaginária (e não outra) com o espaço; ou seja, o espaço não é apenas o ambiente em que determinados acontecimentos se dão; ele é parte do “acontecimento”, uma vez que se considera que aquele condiciona este. É nesse sentido que se diz que o espaço influencia o discurso, ou, em outros termos, que o espaço funciona como CP. (FRANÇA, 2019, p.25)

É preciso, dessa forma, considerarmos as relações que se estabelecem entre o sujeito, a memória e o confronto entre o simbólico e o político como Orlandi (2005) apresenta em suas reflexões sobre as condições de produção, mecanismos de funcionamento do discurso. Dessa forma, podemos afirmar que a discussão sobre o imaginário é também uma discussão sobre as imagens que estão em movimento em todo processo discursivo, já que conforme nos mostra Pêcheux (1997, p.168) a formação discursiva “designa o efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a prática etc.) numa determinada formação discursiva”. Sendo assim, a formação discursiva é responsável por fornecer uma espécie de reflexo à exterioridade.

Para além dessas reflexões, podemos reforçar aqui que refletir sobre o discurso de ódio a partir da Análise do Discurso, conforme afirma França (2019, p.51), implica “entender que se trata de uma produção que depende de condições específicas para acontecer. Portanto, afirmamos que “uma coisa é o ódio, outra, o discurso de ódio”, mesmo que saibamos que o discurso de ódio se encontra com o ódio e significa nessa associação. O discurso de ódio, então:

(...) se trata de algo que irrompe engendrado por um determinado processo com movimentos característicos, isto é, por uma FD⁵ que, de algum modo, pode ser descrita, um processo discursivo que (re)produz, na relação com outros, um determinado efeito. (...) [o ódio] pode ser pensado como resultante de uma operação, de um processo imaginário, de um processo discursivo. (FRANÇA, 2019, p.51)

Conforme afirma Brugger (2007, p.118)⁶, o discurso de ódio se refere a “palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar a violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Podemos concordar com França (2019) quando diz que é possível entender o que Brugger (2007) refere-se por “palavras” como construções linguísticas mais complexas e assim, a partir da Análise do discurso, refletir acerca da perspectiva discursiva, em que o discurso não se resume somente ao linguístico, mas pode se produzir em outras diferentes materialidades.

Com essa percepção do discurso, podemos entender o discurso de ódio como prática discursiva que não se prende ao linguístico e se relaciona com a historicidade, a memória e silêncio. Segundo França (2019, p.54), existe a tendência de liberar o discurso de ódio quando se entende que ele ocorreu em uma expressão (palavra) e a tendência de controle e

⁵ Formação discursiva

⁶ BRUGGER, 2007 citado por FRANÇA, 2019, p.53 (grifos do autor)

criminalização quando se entende que o discurso de ódio como conduta, atitude e prática. É, portanto, esses posicionamentos que merecem nossas reflexões e discussões, já que, como estamos apresentando, a análise do discurso nos permite ir além da visão superficial que se dispõem certas tendências (estruturalistas, pragmáticas) para acontecimentos como o discurso de ódio, por exemplo.

Com essa breve reflexão sobre as relações que permeiam a constituição do “ser brasileiro” que, como vemos, é cercada por uma tensão que tenta reforçar a existência única e plena do sujeito cultural, bancada pelo discurso científico e dominador, apagando traços e impondo silêncios na memória que faria o brasileiro também se relacionar como um sujeito histórico, podemos refletir sobre o quão perverso é o imaginário construído por essas práticas de linguagem que reforçam as relações de colonização e ainda revelam reflexos indiretos, pois se escondem em falas cristalizadas. Dessa forma, observamos que, desde a colonização, com a reprodução do discurso da descoberta, existe uma representação social de que o brasileiro precisa seguir. A violência simbólica já permeava as reproduções discursivas desde então. Todas essas questões somadas à política do esquecimento instauram um processo que envolve a ideologia, a história e a memória como determinantes/constituintes das reproduções do discurso de ódio em relação à presença do negro na sociedade brasileira.

A partir dessas discussões que o discurso nos permite realizar sobre a memória, os silêncios, os interditos, as condições de produção discursiva e as relações discursivas sujeito-mundo, no tópico a seguir, gostaríamos de propor uma reflexão sobre uma questão importante para o desenvolvimento deste trabalho: o discurso inaugural do Brasil, discurso esse que embala as reproduções discursivas que ecoam até os dias atuais que ditam o que é ser brasileiro, bem como as condições que validam e as que anulam os sujeitos. É o que buscaremos fazer no capítulo a seguir.

3 O DISCURSO DA DESCOBERTA: UM PERCURSO DE SENTIDOS AO DES-COBRIMENTO DO SER BRASILEIRO

Na reflexão sobre a relação que eclode entre o discurso das descobertas e os discursos da construção do “outro”, Orlandi (2008, p.11) nos aponta uma característica importante que é “o parentesco, sempre confuso, entre descobrir e conquistar”. O verbo conquistar marca a relação estabelecida entre Europa e América e transfigura-se em: “O discurso da colonização”. É necessário atentarmos, assim como a autora nos chama a atenção, para o fato de que a colonização tem muitas formas e entre elas estão “as que não são categorizadas sob a rubrica ‘colonização’”. Entre as áreas de estudo, tais como a história, a literatura e a linguística, que trabalham as formas colonizadoras do discurso do conhecimento, Orlandi (2008, p.12) propõe para o trabalho com a análise de discurso a reflexão de aspectos como:

O apagamento da história pela noção de cultura; A produção material do que, apagado, toma o nome de ideologia; A intervenção crítica na história da ciência através de um modo de observação que propõe um confronto entre o discurso da descoberta (de lá para cá) e o da origem (daqui para cá); [e] a viagem como descoberta, a viagem como posse, a viagem como administração, a viagem como missão, a viagem como diário íntimo, a viagem como possível, a viagem como turismo.

A partir desses recortes, a autora nos convida à busca dos sentidos que estariam nos levando a imaginar ser o que hoje chamamos Brasil. Em relação ao que Orlandi (2008, p.17) denomina como o discurso das descobertas, ressaltaremos alguns aspectos importantes para a nossa reflexão. Segundo a autora, “Terra à vista!” configura-se como o enunciado inaugural do Brasil e é, ainda, uma exclamação cristalizada e estereotipada, pois a expressão “à vista” do verbo “ver” agrega um sentido bem específico. Nesse contexto, “o que é visto ganha estatuto de existência” e “ver, tornar visível, é uma forma de apropriação”. Segundo a autora, esse enunciado dá início ao processo de apropriação e a descoberta, nesse caso, significa conquista.

É a partir desse discurso da descoberta que a nossa existência como brasileiros se forma, pois é esse discurso que impulsiona a produção e reprodução dos sentidos ao longo de nossa história. Desse modo, a autora recorre às contribuições de Paul Henry (1985) para afirmar que os discursos têm a capacidade de estabelecer uma história. Esta história, de acordo com a perspectiva discursiva, não é definida pelo movimento cronológico, mas sim pela produção de sentidos. A história pertence à ordem do discurso.

Entretanto, a autora faz uma ressalva importante: no estabelecimento e na existência de nossa história, o discurso científico toma o lugar do discurso histórico e isso reflete na percepção do “ser um brasileiro” como ser um sujeito-cultural, negando, dessa forma, o estatuto sujeito-histórico. É por meio desse processo de institucionalização desse discurso científico que ocorre o apagamento do fato de que “os acontecimentos históricos não são por si, mas porque reclamam sentido” (ORLANDI, 2008, p.19). Desta maneira, a autora mostra que, no movimento de constituição do discurso colonial, um princípio se sobressai: o de reconhecer apenas o cultural e “des-conhecer” o histórico e o político. Tal aspecto é o que explica o porquê de serem os mesmos efeitos de sentido que nos submetem o espírito de colônia, nos negando a historicidade e nos apontando como seres culturais, ou seja, a-históricos. A reflexão proposta pela autora, então, caminha no sentido de pensar a singularidade e a pluralidade no domínio da história.

A partir do fato de linguagem do apagamento de sentidos ocorrido pela sobreposição de um discurso outro, observado pela autora, refletimos sobre a importância e a necessidade de “des-cobrir” sentidos para pensarmos a nossa história. Entretanto, como Orlandi (2008) defende, não se trata de tentar recuperar a versão “verdadeira” de nossa história, já que partimos da distinção entre interpretação e compreensão. Isso nos permite a garantia de não nos engajarmos em uma corrida precipitada em busca de um único sentido para nossa história. A proposta que nos cabe enquanto analistas é buscar compreender os processos de significação que se formam ao longo da produção de linguagem sobre o Brasil. Conforme afirma Orlandi (2008, p.20), o que “visamos é observar como o discurso que define o brasileiro constitui processos de significação, produzindo o imaginário pelo qual se rege a nossa sociedade”. E, assim, buscar ver como os processos discursivos promovem uma definição do brasileiro que é própria do imaginário compartilhado pela sociedade brasileira, ou seja, a autora parte da afirmação de que existem enunciados que definem o brasileiro e que constituem o nosso imaginário social.

Resulta desse imaginário social efeitos de sentidos que nos remetem a uma “marca de nascença” muito latente e funcional até os dias de hoje: o discurso colonial. É por isso que ocorre a inversão da história para a cientificidade, já que a autora nos mostra que ter sido colonizado deixa de ser uma marca histórica e passa a significar uma essência do brasileiro. De acordo com Orlandi (2008, p.20):

A ideologia tem, pois, uma materialidade, e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Conhecer o seu funcionamento é saber

que o discurso colonial continua produzindo os seus sentidos, desde que se apresentem as condições.

Assim, um imaginário que se constrói a partir dessas práticas de linguagem, pautado nas relações de colonização que se demonstram indiretamente, impulsiona discursos que se “escondem” atrás de outros. Esse processo apaga o discurso histórico e produz um discurso sobre a cultura que, com efeito, resulta em exotismo. Nesse apagamento, as políticas de todo o movimento colonizador também são apagadas e em seu lugar surge um discurso moral, de apreciação às “qualidades” do brasileiro. Aparenta ser um jogo bem planejado de dizeres que encantam o sujeito brasileiro e o impede de reconhecer a perversidade que envolve as definições que conhece de si: alegre, folgazão, indolente e sensual. Tais definições nos apontam para um possível controle discursivo. Reflitamos um pouco mais sobre o percurso de chegada às terras brasileiras, que se constitui também como um percurso de sentidos.

Para tanto, Orlandi (2008, p. 23) nos mostra que é preciso buscar na discursividade para atingir a historicidade dos textos e, assim, “seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos para o encontro (...) do europeu com o Brasil das descobertas”. Isso nos permite questionar quais são as histórias contadas ao longo dos anos que traduzem as identidades dos brasileiros e, ainda, nos permite questionar o silêncio que constitui esse trajeto de identificação. Como a autora afirma, a configuração que ocorre na tentativa de apontar o que é a brasilidade é pautada na prática da violência simbólica, já que consideramos um confronto das relações de força no jogo de poder que sustenta efeitos de sentido que promovem o silenciamento. Por isso, é importante observarmos como o sentido trabalha as suas direções e analisarmos com atenção o discurso sobre o Brasil que surge desde a descoberta por parte do europeu. A princípio, podemos afirmar que

O nosso fato – o olhar europeu sobre o Brasil – tem a disparidade como constitutiva e o nosso método – o da análise de discurso – pensa o sentido (e o sujeito) como não-transparente, como movimento, como historicidade. Ou melhor, considera, tal como o dispõe e a teoria do discurso, a determinação histórica dos processos de significação. Determinação essa que, considerando a relação Europa/Brasil, coloca-nos de forma particular frente à questão dos simulacros. (ORLANDI, 2008, p. 26)

Estamos em forma particular frente à questão dos simulacros, pois, como a autora afirma, citando Deleuze (1974), enquanto brasileiros somos produzidos a partir de uma fala que não tem um só lugar, mas muitos lugares e isso forma uma mistura indefinida, ou seja, ser brasileiro não é ser uma cópia do europeu. Portanto, temos uma imagem sem semelhança. Com

isso, Orlandi (2008) defende que a margem do silêncio só tende a aumentar, visto que a relação entre dominador e dominado entra em um embate forte desde a descoberta, pois os europeus, de um lado, procuram absorver as diferenças projetando em seus imaginários os brasileiros como cópias, mas de outro lado, existe a condição do simulacro com as imagens rebeldes e avessas. É por isso que Orlandi (2008, p. 27) afirma que, “em um discurso que não nasce no interior da colonização, a relação entre diferentes pode ser vista só como uma relação entre diferentes e não como uma relação entre o diferente e o original”. É a partir dessa ideia que a análise de discurso se propõe no curso da memória a desatar os sentidos contidos.

Em nosso trabalho, essa reflexão é importante, pois não há como trabalhar análises de materialidades discursivas sem considerar suas relações com a história. Este trabalho de Orlandi (2008) nos mostra que o Brasil se constitui a partir de um longo percurso de silêncios, que sustentam, por sua vez, uma dominação que é cultural e porque não dizer uma dominação sócio-histórico-política.

No próximo capítulo, abordaremos uma discussão que reúne aspectos importantes para reflexão acerca dos desdobramentos que ocorrem desde a colonização brasileira, momento em que começou a consolidar-se a estrutura social que fundamentou a formação e reprodução de ideologias que atendem às expectativas da classe social dominante no Brasil, a classe média-alta de cor branca. O negro passou da condição de escravo para liberto, mas discursivamente ainda é limitado, ainda existem amarras que delimitam e padronizam o seu acesso à lugares e posições. Sendo assim, nos cabe essa reflexão-investigação.

4 O NEGRO NA SOCIEDADE ATUAL: SILÊNCIO, DIFERENÇA E EXCLUSÃO

Em continuidade à reflexão sobre a temática racial negra, buscamos refletir um pouco sobre alguns dos pontos elencados por Frantz Fanon em seu livro intitulado “Pele negra, máscaras brancas”, a fim de ampliarmos nosso olhar sobre um aspecto que observamos ser recorrente no posicionamento do negro que vive na sociedade brasileira: colocar-se em posição de espelho ao branco, ou seja, para além dos discursos racistas reproduzidos pela sociedade como um todo, existem processos que levam o negro a querer ser como o branco. Dessa forma, escolhemos esse livro como ponto de partida para nossas discussões posteriores, que serão realizadas no desenvolvimento da análise pretendida.

Em primeiro lugar, é importante destacarmos que esse livro se configura como uma obra clássica do pensamento sobre a Diáspora Africana. Fanon (2008) nos mostra, dentre outras coisas, como a ideologia que ignora a cor pode apoiar o racismo que nega. E, ainda, nos mostra como a indiferença à cor leva à implantação de um suporte a uma cor específica: o branco.

Fanon (2008, p.33) reconhece o papel da língua na constituição dos seres humanos, dos sujeitos e atribui uma importância muito grande ao fenômeno da linguagem, visto que fornece “elementos de compreensão da dimensão para-o-outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro”. A partir disso, o autor lança um olhar centrado para o processo da colonização e afirma que esta funciona mais do que uma subordinação material de um povo, ou seja, é a partir da colonização que os meios pelos quais as pessoas se expressam são modificados. A solução contra o sistema racista, conforme o autor, perpassa uma necessidade que é a de “transformar o negro em um ser de ação. Isto é importante por causa das barreiras à liberdade em ambientes racistas e coloniais.”⁷.

Mesmo sem ter sido solicitado para produção da obra, Fanon (2008, p.26-27) introduz seu texto reforçando a necessidade de reflexões acerca das situações que envolvem a presença do negro na sociedade, visto que o “negro é um homem negro; isto quer dizer que, devido a uma série de aberrações afetivas, ele se estabeleceu no seio de um universo de onde será preciso retirá-lo”. Assim, entendemos que a proposta do autor, a partir de suas reflexões é “liberar o homem de cor de si próprio”. Ao contemplar tanto os campos: branco e preto, o autor nos mostra que “o negro que quer embranquecer a raça é tão infeliz quanto aquele que prega o ódio ao branco”, pois não se trata da reprodução de um discurso de ódio, mas sim da construção de um discurso sobre si, “para encontrar um sentido para si”. De acordo com o autor, o problema surge

⁷ (SILVEIRA, Renato. 2008. In: Pele negra, máscaras brancas.)

ao passo que “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano”. É, pois, por isso, que o autor busca desenvolver uma “tentativa de compreensão da relação entre o negro e o branco”. Tal compressão presume a realização de um processo denominado pelo autor de “desalienação” do negro que consiste em uma tomada de consciência das realidades econômicas e sociais.

Em seguida, Fanon (2008, p.28) nos mostra ainda que, embora haja uma tendência de se considerar o individual nas análises empreendidas pela psicologia, “a alienação do negro não é apenas uma questão individual”. A afirmação do autor nos permite fortalecer a nossa proposta de refletir sobre os processos discursivos que se reproduzem socialmente, uma vez que a sociedade não escapa à influência humana. Dessa forma, Fanon (2008, p.33) afirma que o negro possui duas dimensões, uma “com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro”. Segundo o autor, essa é uma consequência direta do colonialismo. O autor ainda observa que “um branco, dirigindo-se a um negro, comporta-se exatamente como um adulto com um menino, usa a mímica, fala sussurrando, cheio de gentilezas e amabilidades artificiosas” (FANON, 2008, p.44). Assim, podemos refletir acerca dos conflitos que se desdobram a partir dos relacionamentos entre negros e entre negros e brancos. Nesse sentido, vale ressaltar que o autor identifica o processo do mito negro presente nessas relações. Tal processo, conforme afirma o autor, ocorre ao passo que:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p.34)

Enquanto do branco a exigência é que seja apenas branco e isso basta, do outro lado, do negro exige-se que seja um bom preto. Por isso, o autor nos mostra que o negro não consegue satisfazer-se por si só, a ele é estabelecida essa meta, desde a sua inserção inicial na sociedade como criança, já vão sendo trabalhadas as expectativas para que ele se esforce para ser poderoso com o branco. E, internamente, em sua estrutura psíquica, ocorre no negro uma retração, um processo de defesa, porque o negro passa a precisar da sanção do branco. “A partir do momento em que o preto aceita a clivagem imposta pelo europeu, não tem mais sossego” (FANON, 2008, 82).

O racismo existe em uma sociedade porque essa sociedade possui uma estrutura racista que a sustenta. Todas as formas de exploração, conforme explica Fanon (2008, p.87), “são

idênticas pois todas elas são aplicadas a um mesmo ‘objeto’: o homem” e isso leva o autor a concluir que a “inferiorização é o correlato nativo da superiorização européia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p.90). O autor traz um exemplo interessante de um paciente que sofre de um complexo de inferioridade. Segundo Fanon (2008, p.95), a estrutura psíquica desse paciente

[...] corre o risco de se desmantelar. (...) Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica.

Dessa maneira, a solução seria o negro não ser colocado mais diante desse dilema que é branquear ou desaparecer. Para isso, é necessária a tomada de consciência de uma nova possibilidade de existir, “agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais” (FANON, 2008, p.95). Sabemos que o negro encontra grandes dificuldades na elaboração de seu esquema corporal, visto que a sociedade impõe um padrão aceitável e louvável, o branco. Então, Fanon (2008, p.104) explica que o “conhecimento do corpo [do negro] é unicamente uma atividade de negação”.

Nesse sentido, o autor recorda aspectos de sua experiência afirmando que: “Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor” (FANON, 2008, p.109). Essa experiência revela os movimentos de tensão que se desdobram a partir da presença do negro na sociedade. Como “a cor é o sinal exterior mais visível da raça, ela tornou-se o critério através do qual os homens são julgados, sem se levar em conta as suas aquisições educativas e sociais” (FANON, 2008, p.110). A sociedade é um conjunto de famílias e, segundo autor, a família branca exerce a função de ser o lugar de preparação e de formação para a vida social. E o reflexo dessa estrutura recai no negro que se preocupa constantemente com a autovalorização, os negros vivem em comparação.

Entendemos, dessa forma, que o negro inferiorizado pode ser visto como “vítima de um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior” (FANON, 2008, p.185). A proposta estabelecida pelo autor perpassa, todavia, o comportamento humano em busca da liberdade do negro. E, assim, o autor encerra:

Eu, homem de cor, só quero uma coisa: Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre. (FANON, 2008, p.190-191)

Conforme aponta o autor, o processo de servidão é violento e ainda impede o negro de se identificar e de se descobrir como ser social. Assim, a partir das contribuições desse autor, gostaríamos de propor uma reflexão acerca de processos vividos pelos negros que buscaram delimitar e até mesmo apagar sua presença na sociedade atual.

Em seguida, ao observarmos os trabalhos realizados pelo pesquisador Stuart Hall, nos chama muita a atenção a forma como ele conduz as discussões a respeito da percepção da formação da cultura por meio das estruturas sociais de poder. Dessa forma, partindo de toda a complexidade que envolve essas discussões, buscamos aprofundar nossas reflexões considerando as contribuições desse autor.

Hall (2013) se dispõe a observar as políticas culturais negras e, para isso, lança o olhar sobre questões relacionadas à etnicidade, identidade racial, diáspora negra e processos de dominação e subordinação que, como identificamos, se entrelaçam nesse processo.

De acordo com esse autor, a Diáspora lança luz sob muitas complexidades já que, na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas. No movimento de retorno à nação, a natureza do pertencimento é desestruturada e os elos que se ligam à origem são interrompidos. Dessa forma, se estabelece a relação de estar em casa, mas não se sentir em casa, ou seja, passa a repercutir um não-reconhecimento. Conforme defende Hall (2013, p.29), é “a sensação familiar e profundamente moderna de deslocamento”. Após esse movimento de diáspora, as complexidades se apresentam, na medida em que se reflete sobre a identidade, a diferença e o pertencimento que são atravessados pelo movimento diaspórico. A cultura, como defende o autor, não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno, é uma produção, o que nos possibilita entender a formação cultural como um processo contínuo.

De acordo com Hall (2013), a globalização incide de maneira contundente promovendo a subversão dos modelos culturais. Existem dois processos que se opõem e que se contradizem nas formas contemporâneas da globalização. O primeiro processo refere-se ao que Hall (2013, p.50) denomina de forças dominantes de homogeneização cultural que se constituem a partir do movimento de ascendência no mercado cultural e do domínio capital “impondo uma mesmice cultural homogeneizante – o que tem sido chamado de ‘McDonald-ização’ ou ‘Nike-zação’ de tudo”. O segundo processo destacado pelo autor é o movimento da modernidade que antes era transmitida de um único centro e hoje vem de toda parte. Esse movimento resulta em

um assalto cultural sobre as culturas mais fracas. Dessa forma, surge a diferença cultural em que o preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao “Outro” sustentam e disseminam o racismo. Todos esses aspectos nos levam ao entendimento de que a diáspora incide fortemente na sociedade moderna. E, como destaca o autor, “Aquele povo que está na civilização ocidental, que cresceu nela, mas que foi obrigado a se sentir e de fato se sente fora dela, tem uma compreensão única sobre sua sociedade” (JAMES, citado por HALL, 2013, p.53).

Em sua reflexão sobre raça, esse autor afirma que essa categoria não é científica, mas se constitui como uma construção política e social. Nesse ponto, é importante uma contribuição de Hall (2013)⁸ que afirma que a raça é “a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria”.

Nascimento (2016), em suas discussões e reflexões acerca do genocídio do negro no Brasil, aborda questões que dialogam com os apontamentos realizados por Hall (2013). Observando mais detidamente o livro intitulado “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, escrito por esse autor, podemos entender que existe uma maliciosa ideia por trás do conceito de democracia racial. É por meio do levante dessa bandeira que se sustentam os discursos que reproduzem o ponto de vista de “que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidade de existência, sem nenhuma interferência”. Dessa forma, a democracia racial acaba por sustentar, ou seja, manter toda a estrutura social que promove a aceitação da soberania civil, econômica e política desfruta pelos brancos. É importante observarmos que Nascimento (2016, p. 52) traz uma citação de Frantz Fanon (1969, p.36) em que o autor reflete sobre o fato de que “o racismo não se atreve mais a aparecer sem disfarce. (...) o racista se esconde. [...] O propósito do racista já se tornou um propósito assombrado pela má consciência”. Nesse ponto já temos um indício que nos leva a pensar sobre o caráter do inconsciente, que atua nas sombras, mas de forma abrangente.

Nascimento (2016) nos chama a atenção para o fato de que existe uma espécie de etiqueta demarcando as relações de raça na sociedade brasileira. Essa demarcação potencializa o discurso que se reproduz desde a Abolição, quando o negro ainda precisou viver sob a tutela do branco. Isso impõe aos negros a necessidade de se curvarem aos brancos pela “generosidade que lhes foram concedidas, (...) que os negros continuem aceitando os brancos como portavozes oficiais da nação” (DZIDZIENYO, 1971, p.5, citado por NASCIMENTO, 2016, p.53).

⁸ (HALL, 1994 citado por HALL, 2013, p.76-77).

É justamente a partir dessa imposição que podemos começar a refletir sobre o caráter ideológico que reveste a bandeira da democracia racial. Então, Nascimento (2016, p.54) compreende que todo o exclusivismo no qual o branco se deleita resulta em efeitos muito negativos que “se expressam de formas várias, inclusive no veículo condutor básico de uma cultura e sua cosmovisão: a língua”. A própria palavra “negro” já é exemplar dessa verificação.

Dessa maneira, podemos refletir que o racismo tenta explicar, a partir de distinções genéticas e biológicas, as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial. Conforme explica Hall (2013), o foco no caráter genético e biológico funciona como uma desculpa para tratar a diferença racial como um fato fixo e apenas científico. Os significantes corporais visíveis como a cor da pele e as características físicas do cabelo e do rosto tornam-se a materialização e o enfoque do tema da diferença.

Paul Gilroy (2012), em seu livro intitulado “O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência”, nos permite compreender que esse foco para as questões físicas no aspecto de diferença racial acarreta a dificuldade de se levar a raça a sério nas discussões empreendidas socialmente. Além disso, tudo isso resulta também em uma grande indisposição de reconhecimento da igualdade entre as raças, ou seja, igualdade de valor humano, de dignidade.

De acordo com Gilroy (2012, p.34), onde discursos racistas “orquestram” as relações políticas, acabam por instaurar um processo pelo qual se pareça que as identidades sejam exclusivas, mas com advento moderno, o autor defende que o grupo negro se manteve fechado “em uma relação antagônica demarcada pelo simbolismo de cores que se soma ao poder cultural explícito de sua dinâmica maniqueísta central – preto e branco”.

Por isso, a reflexão sobre identidade é importante, pois, quando identificamos que existem processos que a controlam, identificamos uma materialização da dominação. Gilroy (2012, p.40) considera a “luta para tornar os negros percebidos como agentes, como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual – atributos negados pelo racismo moderno”, a razão primordial que move esse seu trabalho. E, assim, reiteramos essa necessidade evidenciada pelo autor, nas discussões que propomos desenvolver posteriormente.

Dessa forma, cabe ressaltar uma contribuição importante do autor quando afirma que nas

[...] tentativas de diferenciar o verdadeiro, o bom e o belo que caracterizam o ponto de junção entre capitalismo, industrialização e democracia política e dão substância ao discurso da modernidade ocidental, é importante considerar que os cientistas não monopolizaram a imagem do negro ou o conceito emergente de diferença racial biologicamente fundada. (GILROY, 2012, p.43)

Isso nos permite retomar e concordar com as afirmações traçadas por Hall (2013) sobre a fusão dos termos “raça” e “cultura”, embora saibamos que, nas referências de protagonismo e destaque, fica explícito qual é a raça e cultura dominante. Gilroy (2012, p.46) ainda nos faz refletir sobre outro aspecto importante, que consiste no caráter atribuído ao conceito de modos de produção cultural, uma vez que “demonstra a especificidade etno-histórica das abordagens dominantes sobre política cultural”. Por isso, é importante refletirmos sobre o movimento diaspórico vivenciado pela população negra.

Enquanto a raça desmonta os aspectos que dificultam o reconhecimento do discurso racista na sociedade, Hall (2013) também nos mostra que a etnicidade consiste nos movimentos de diferença que se estabelecem a partir do campo cultural e religioso. Segundo o autor, a etnicidade vem frequentemente se contrapondo ao conceito de raça, pois, assim como o racismo biológico privilegia marcadores como a cor da pele, são justamente esses significantes que acabam sendo utilizados para conotar diferenças sociais e culturais. Por isso, refletimos sobre o caráter forte e extenso do discurso racista na sociedade, já que os negros são considerados diferentes tanto por razões étnicas, quanto por características físicas, ambas diferenças que tendem à inferiorização.

O racismo biológico e a discriminação cultural são dois registros do racismo e não dois sistemas distintos, o que nos permite afirmar que o discurso de raça e de etnia estabelecem uma articulação discursiva. Articulação essa que promove a criação de um sistema de significados que trabalham a construção do negro como um referente de aspectos negativos. É, por isso, que Hall (2013) defende a necessidade de uma concepção mais ampla do racismo, por conta da complexidade que envolve a sua estrutura discursiva, evidenciando que o racismo biológico e a discriminação cultural combinam-se e articulam-se em suas reproduções.

O período pós-colonial é marcado por efeitos da colonização. E, por isso, o autor defende que o colonialismo é muito mais do que um momento histórico, pois constitui-se como uma estrutura narrativa que impulsiona sentidos na/pela história. Assim, a relação poder-saber fica explícita e a reflexão sobre o surgimento da sociedade capitalista com as suas formas de exploração da mão de obra negra, principalmente, demonstra-se ainda mais necessária.

Nesse sentido, cabe refletirmos sobre os desdobramentos da ideologia nesse processo. Conforme relembra Hall (2013, p.188-189), Althusser já defendia que:

[...] cada vez mais nas formações sociais capitalistas, o trabalho não é reproduzido dentro das próprias relações sociais de produção, mas fora delas. Certamente, para ele não se trata apenas de uma reprodução biológica ou técnica, mas também de uma reprodução social e cultural. É produzido no

domínio da superestrutura: em instituições como a família e a Igreja. Requer instituições culturais como a mídia, os sindicatos, os partidos políticos etc., que não estão diretamente ligados à produção em si, mas que exercem função crucial de “cultivar” um certo tipo de trabalho moral ou cultural – aquilo que o modo capitalista moderno de produção requer.

Hall (2013, p.192) nos alerta sobre os padrões de pensamento ideológicos que se inscrevem nas práticas sociais, já que o materialismo marxista “deve se apoiar sobre as formas materiais nas quais o pensamento se manifesta e sobre o fato de que ele surte efeitos reais e materiais”. E, com a supervisão do Estado sobre a sociedade, a reprodução da ideologia dominante se reforça e se expande.

Os sujeitos, por sua vez, a partir da interpelação, são convocados pela ideologia e se constituem como autores, conforme afirma Hall (2013). Como não existe prática social fora da ideologia, a própria materialização da cultura participa desse sistema de representação. Segundo o autor, nós experimentamos a ideologia como se ela agisse livre e espontaneamente de dentro de nós, como se fôssemos sujeitos livres, mas na verdade,

[...] somos falados ou falamos por nós, nos discursos ideológicos que nos aguardam desde o nosso nascimento, dentro dos quais nascemos e encontramos nosso lugar. Conforme a leitura que Althusser fez de Lacan, o recém-nascido que ainda deve adquirir os meios de se situar da Lei da Cultura já está sendo esperado, nomeado e posicionado antecipadamente “pelas formas de ideologia (paterna/materna/conjugal/fraterna)” (HALL, 2013, p.209).

Dessa maneira, a discussão sobre raça e etnicidade é urgente, pois as estruturas de dominação e exploração ainda estão muito presentes e sendo materializadas cotidianamente na sociedade brasileira. Hall (2013) nos mostra que a ideologia, além de reproduzir as relações sociais de produção, consegue delimitar as posições que garantem a dominância e supremacia da classe dominante.

Sendo assim, Nascimento (2016) nos mostra a necessidade de refletirmos sobre a posição da mulher africana na sociedade brasileira. Conforme o autor, a mulher negra recebeu como “herança” do processo colonizador a etiqueta que a demarca como objeto de prazer. A reprodução discursiva caminha no sentido de trabalhar a imagem da mulher negra como um produto a ser usado e nunca valorizado. É importante entendermos que

[...] o branco elimina os negros e mulatos do seu círculo de convivência mais íntimo: a família. É dessa forma que ele consegue dissimular as rígidas barreiras àqueles impostas. E assim temos, diante dos olhos, uma radiografia

a mais da famigerada “democracia racial”, em cujo contexto o homem negro e a mulher negra só podem penetrar de forma sub-reptícia, pela porta dos fundos. Como criminoso e como prostituta. (NASCIMENTO, 2016, p.76).

É o levante da bandeira de democracia racial que sustenta essa marginalização do negro na sociedade brasileira, impondo os papéis de criminoso e de prostituta. Assim, conseguimos entender a ação do mito “Africano Livre”, discutido por esse autor, que consiste no processo de “atirar” à sociedade o negro que já estava velho e mutilado. Só, então, nessas condições que o negro já não conseguia mais capacidade nenhuma para o trabalho, recebia o “passo da liberdade” e era considerado um africano livre.

Como essa “liberdade” não oportunizou aos negros de alcançarem melhores condições de vida, podemos observar que, para além de não deixar de viver em escravidão, o negro teve de aceitar toda a propaganda de sua liberdade divulgada e incentivada pela classe dominante como um troféu conquistado. Segundo Nascimento (2016), a sociedade tentou por diversas maneiras embranquecer-se, uma vez que a presença do negro na sociedade traduzia-se como uma “mancha negra”.

Dessa forma, instaurou-se o ideal do embranquecimento impondo que, quanto mais próximo do tom de pele branco, melhor e mais bem aceito o sujeito era entre as facetas sociais que iam se fortalecendo e se estruturando para ditar os lugares e posições em que cada classe social poderia acessar. É por isso que Nascimento (2016, p.92) traça a afirmação de que a raça se tornou para o negro como um arame farpado onde ele “sangra a sua humanidade”, ou seja, toda a estrutura social brasileira foi se formando de maneira muito incisiva nos discursos que ancoram a presença e a inserção dos negros na sociedade.

A partir da reflexão proposta, de atentarmos para o fato de que o processo de abolição da escravatura não foi um “ponto final” nas relações de preconceito e de racismo, compreendemos que as ações escravocratas ganham ainda mais força na medida em que começam a agir de maneira velada e silenciosa. Dessa forma, à vista do caráter institucionalizado, sistemático e silencioso que o genocídio do negro brasileiro apresenta, Nascimento (2016) defende que, além dos órgãos de poder, o sistema educativo juntamente com as várias formas de comunicação serve a classe dominante no processo de controle e domínio sociocultural em função da delimitação e até mesmo extinção da população negra brasileira.

Hall (2013) ainda se dedica à discussão que se demonstra importante para nossa reflexão que consiste em entender como o “ser negro” se reproduz na cultura negra atual. Ao considerar as influências dos aspectos pós-modernos que defendem uma abertura para a valorização da

diferença, o autor mostra que esse movimento pós-moderno impulsiona reações políticas e culturais, ao passo que se evidencia:

[...] a resistência agressiva à diferença; a tentativa de restaurar o cânone da civilização ocidental; o ataque direto e indireto ao multiculturalismo; o retorno às grandes narrativas da história, da língua e da literatura (os três grandes pilares de sustentação da identidade e da cultura nacionais); a defesa do absolutismo étnico, de um racismo cultural (...) as novas xenofobias (HALL, 2013, p.377-378)

Dessa maneira, o autor nos chama a atenção para a cultura popular como o espaço de controle das narrativas e representações culturais, ao passo que a cultura está enraizada na experiência popular, também está vulnerável à expropriação. Sendo assim, as relações que se estabelecem na atualidade permitem a afirmação de que a cultura negra resulta em contradição, pois ao mesmo tempo que pertence ao espaço social cotidiano, é também controlada. Por isso que Hall (2013, p.381) destaca que a cultura negra impulsiona relações complexas, uma vez que o movimento diaspórico engendrou “dispersões irreversíveis”.

Entendemos, portanto, que as condições diaspóricas são determinantes na reflexão e na reprodução da cultura negra, pois ainda impõem posições dominantes e subalternas. Nesse sentido, Hall (2013, p.383-384) aponta que, por ser contraditória, o que acontece massivamente é que “o significante ‘negro’ é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir”.

A apreciação das diferenças sócio-históricas apenas não se constitui como o caminho a ser defendido em nossa pesquisa, pois, como Hall (2013) defende, é preciso atentarmos para os aspectos que investem na tentativa de impor à população negra um lugar, uma posição a ser ocupado. Essa imposição precisa ser percebida a partir do seu viés mais complexo que é o da manutenção das estruturas de subordinação na sociedade atual que ditam a forma como negros e negras se inserem e se portam, ambas promovem a inferiorização e intentam para a eliminação desse povo.

Sendo assim, entendemos a necessidade de analisar os desdobramentos da estrutura e da cultura colonial dominantes desde a colonização no Brasil. Para tanto, cabe ressaltar algumas contribuições de Florestan Fernandes que nos ajudam a compreender melhor o tema.

Em análise ao movimento de desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Fernandes (2008) nos mostra que a população negra foi a mais prejudicada e mais explorada. Dessa forma, nos faz refletir como a

modernidade acaba promovendo o problema social do racismo, ao passo que, no capitalismo, a ordem social se desenvolve cada vez mais competitiva e individualista.

Por isso, o autor se dedica a analisar a formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil, enfocando nas relações raciais que se desdobram a partir desses processos. Logo após a abolição, o negro desfrutou de uma liberdade que o retirava do trabalho escravo, mas não o retirava da escravidão social, uma vez que os senhores foram exonerados de toda a responsabilidade pela manutenção e segurança dos escravos. Como o negro não dispunha de meios materiais para se manter e para manter sua família, acabou por ficar às margens da sociedade dependendo de permissões e aberturas para acessar lugares entre a sociedade. Frente a isso, podemos refletir sobre a dificuldade que a sociedade foi compartilhando em relação à inserção do negro nos espaços já predestinados pelo sistema capitalista para a classe superior, a branca.

Nesse sentido, Mbembe (2014, p. 84) afirma que o branco é, a partir das representações que movimenta, “uma fantasia da imaginação europeia que o Ocidente se esforçou por naturalizar e universalizar”. Dessa forma, o autor explica que o branco ganhou “força” e representatividade de poder, ao passo que nos movimentos coloniais era representado como aquele que praticava “a extorsão da força de trabalho” (MBEMBE, 2014, p. 85), ou seja, a figura do escravo foi, em contraponto com a imagem de força compartilhada pelo branco, cada vez mais racializada.

O privilégio branco aponta para o período da colonização e da escravidão. O corpo, a linguagem e a cultura branca passam a ser representadas como superiores. Por isso, de acordo com Mbembe (2014, p.87):

A fantasia do Branco teve sucesso, porque, por fim, tornou-se o cunho de um modo ocidental de estar no mundo, de uma determinada figura de brutalidade e crueldade, de uma forma singular de predação e de uma capacidade desigual de submissão e de exploração de povos estrangeiros.

Ao mesmo tempo que se fortalece o poder que o sujeito branco compartilha, Mbembe (2014) defende que o substantivo “negro” assume três funções na sociedade: atribuição, interiorização e subversão, todas trabalhando na (des)construção da identidade negra. O substantivo “negro” “serviu para designar não seres humanos (...) pessoas que, pela sua aparência física, os seus usos e costumes e maneiras de ser no mundo, pareciam ser o testemunho da diferença” (MBEMBE, 2014, p.88). Nesse processo de o negro ser colocado à parte, como um diferente, o autor nos ajuda a perceber que o substantivo “negro” “significaria,

assim, essencialmente, e antes de qualquer palavra, a ordem expressa da segregação” (MBEMBE, 2014, p.89).

É herança histórico-política e discursiva a dificuldade de o negro assumir posições de liderança, já que enquanto escravizado foi coisificado e impedido de tomar as suas próprias decisões. Todo esse processo resulta na percepção de que:

Situados à força num mundo à parte, reservando as suas qualidades de seres humanos para lá da submissão, aqueles que tinham sido adornados com o nome de >negro< produziram historicamente pensamentos muito seus e línguas específicas. Inventaram as suas próprias literaturas, músicas, maneiras de celebrar o culto divino. Foram obrigados a fundar as suas próprias instituições (...) Em larga medida, o termo >Negro< assinala este estado de diminuição e de enclausuramento (MBEMBE, 2014, p.92)

Por isso, a reprodução da submissão do sujeito negro ainda é constante, visto que a memória discursiva dos discursos sobre esse estado de diminuição e de enclausuramento ainda é retomada e reproduzida nos discursos racistas na sociedade atual.

A Abolição, dessa forma, não pode ser vista como o ponto final dos problemas sofridos pelos negros, porque, após a sua sanção, decreta-se um estado de espoliação extrema e cruel. Com a diminuição expressiva da mão de obra nas lavouras, a pauta política voltou-se exatamente a atenção para a manutenção do poderio econômico e social dos grandes senhores e, conforme defende Fernandes (2008), não houve movimento para pensar possibilidades de inserção do negro no sistema de trabalho e na sua integração à ordem social.

A legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade se mantiveram indiferentes e inerentes diante de um drama material e moral que sempre foi claramente reconhecido e previsto, largando-se o negro ao penoso destino que estava em condições de criar por ele e para ele mesmo. (FERNANDES, 2008, p.32)

Então, considerando todos esses aspectos sócio-históricos, tais como a dificuldade de inserção social e no âmbito do trabalho, bem como a rápida assimilação do negro à ordem social competitiva, podemos perceber que a presença do negro na sociedade brasileira é marcada pela negação, pela impossibilidade, pela constante tentativa de anulação.

Ao analisar a competição pela oferta de mão de obra enfrentada pelos negros libertos, Fernandes (2008) nos mostra que as melhores oportunidades de trabalho foram adquiridas pelos imigrantes europeus que se espalhavam nas terras brasileiras a partir desse período histórico vigente após a Abolição. Dessa forma, percebemos que o negro não conseguiu se manter

economicamente, tornou-se, desde então, um eliminado pelo sistema, tornou-se um residente da margem social de todo o processo capitalista. Isso ocorreu, pois, ao assumir a posição de “liberto”, o negro foi forçado a reproduzir a função de “dependente” e de “cria da família” para pode sobreviver em meio ao cenário competitivo e excludente. Foram justamente as relações paternalistas entre as famílias tradicionais que reforçaram essa função que o negro se viu obrigado a ocupar, pois a posição social e econômica dessas famílias as permitiam esse poder de posse e de ordem.

É interessante percebermos que a cidade de São Paulo tem uma forte influência nesse processo, pois, segundo o autor, é uma cidade que não tinha preparação para receber os libertos, então

[...] as próprias condições psicossociais e econômicas, que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-na imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam. (FERNANDES, 2008, p.35)

Assim, vemos que não foi possível que as oportunidades chegassem até os negros, porque a estrutura da própria cidade os impedia esse acesso. Como aponta Fernandes (2008), não houve nenhuma manifestação coletiva que conscientizasse e alertasse a população branca da necessidade e até mesmo da legitimidade de um movimento, denominado pelo autor, de reparação social, ou seja, iniciativas que visassem a proteção do negro como pessoa e como grupo. Percebemos que essa fase de transição vivida pelo negro saindo da servidão nas lavouras para viver na cidade foi marcada pela negação, pela opressão, que ocasionou em uma inserção bastante ambígua, pois foi pautada na libertação, mas não houve abertura nos espaços sociais, não houve acolhimento.

Assim, podemos refletir que para o negro tanto o fazendeiro, quanto o imigrante ocupavam posição de dominação, representavam as figuras dominantes. E, perante às relações de produção que se estabeleciam, devido ao estilo de vida individualista e competitivo, cabe ressaltar a dificuldade que o negro obteve nas tentativas que empreendeu ascender socialmente.

Em análise ao percentual de ocupação da cidade de São Paulo, Fernandes (2008) nos mostra que a estrutura ocupacional dessa cidade revela a competição assídua na luta pela sobrevivência dentro do mercado de trabalho entre negros e estrangeiros. Assim, conseguimos entender que o negro e o mulato

[...] foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confina-los a tarefas ou ocupações brutas, mal distribuídas e degradantes. (FERNANDES, 2008, p.41)

Mesmo que a competição que os estrangeiros faziam atingisse os brancos também, para os negros o processo tornava-se aniquilador, pois eles não possuíam nenhuma vantagem no sistema de redistribuição econômica, como era o caso dos brancos que já pertenciam a um grupo que tinha maior acessibilidade e que, portanto, participava da classe dominante.

Mediante a todas essas ocorrências, Fernandes (2008) defende que para o negro se abriram apenas duas escolhas que seriam irremediáveis. Visto que havia sido vedado o caminho à ascensão social e econômica por meio da proletarização, restava ao negro aceitar a incorporação, de maneira gradual, à posição da base do capitalismo, ou seja, do operariado urbano, ou a outra escolha consistia na criminalidade fortuita. Essas são as posições que o negro teve para “driblar” a penosa posição ocupada, a posição de “homem livre”.

Fernandes (2008) explica ainda que o trabalho livre foi para o negro uma forma de exercer sua condição moral como pessoa apta a decidir os aspectos que envolvem o trabalho, tais como: onde, como e quando trabalhar. Dessa maneira, o trabalho era para o negro a forma que encontrou de comprovar a sua dignidade e liberdade. Isso fez com que o negro tivesse certa dificuldade, pois enfrentava “o mercado de trabalho como se nele ainda imperasse o ‘tráfico negreiro’.” (FERNANDES, 2008, p.47). Entendemos que o negro passou a ter dificuldades de cumprir horários e as demandas exigidas pelos empregadores.

Devido à rapidez com que a ordem social se expandiu, aumentaram-se as exigências, tanto pela experiência, quanto pelos comportamentos requeridos no estilo de vida capitalista. E, como o posicionamento do negro ainda era imaturo em relações às obrigações que o trabalho exigia, eclodiu, então, a falta de tolerância e de solidariedade para com os negros. Nesse sentido, Fernandes (2008, p.51) nos faz refletir sobre a postura de empenho do negro escravizado em não ser posto à margem da vida, pois lutava “para se manter nas ocupações que foram mais degradadas pela escravidão”.

Diante disso, percebemos que houve, por algum tempo, uma desorganização da produção agrícola, por conta de desencontros e insatisfação dos negros libertos. As evidências históricas estudadas por Fernandes (2008) apontam para a necessidade de transformação das condições de organização do trabalho. Porém, conforme as observações desse autor, tanto a ideologia abolicionista, quanto o posicionamento forte e resistente dos escravos

[...] foram contidos ou manipulados estrategicamente em função dos interesses e dos valores econômicos, sociais e políticos dos grandes proprietários que possuíam fazendas nas regiões prósperas e concentravam em suas mãos as complicadas ramificações mercantis, bancárias e especulativas da exportação do café. (FERNANDES, 2008, p.55)

Foi justamente esse grupo de grandes proprietários, pertencentes a classe dominante, que reverteram a direção política dos institutos que se engajavam nos movimentos abolicionistas. Isso fez com que o negro, por fim, acabasse entregando mediante a tantos esforços contrários à sua atuação ativa na sociedade.

Dessa forma, o autor revela que o negro, ao sair da escravidão e se deparar com toda a desorganização da vida social que se dispôs a partir da sua inserção, a população cresceu ajustando-se de modo marginal. Nesse ponto, na sociedade só existiam “influências favoráveis à perpetuação indefinida e ao agravamento intermitente dos fatores de desorganização da vida pessoal e social do ‘negro’” (FERNANDES, 2008, p. 83). Esse período de integração social do negro à sociedade brasileira é considerado pelo autor como os

[...] anos do desengano, em que o sofrimento e a humilhação se transformam em fel, mas também incitam o ‘negro’ a se vencer e a se sobrepujar, pondo-se à altura de suas ilusões igualitárias. Enfim, os anos em que o ‘negro’ descobre, por sua conta e risco, que tudo lhe fora negado e que o homem só conquista aquilo que ele for capaz de construir, socialmente, como agente de sua própria história. (FERNANDES, 2008, p.117)

Assim, o autor nos aponta para a reflexão da situação do negro na ordem social competitiva que só se atenuou a partir da Abolição. Percebemos que o negro precisou conviver com a repulsa que se instaurou com a sua integração à sociedade e, ainda, com os resultados do desajustamento estrutural, exigindo o aperfeiçoamento de aptidões cada vez mais complexas. No tópico a seguir, discutiremos um pouco mais acerca dos processos que envolvem esse movimento de integração social e que (des)constróem a identidade do negro brasileiro.

4.1 Processos de (des)construção da identidade do negro brasileiro

Elisa Larkin Nascimento, em seu livro intitulado “O Sortilégio da Cor: Identidade, raça e gênero no Brasil”, apresenta uma discussão muito expressiva que reúne questões que se relacionam ao passado e também ao presente, questões relacionadas ao processo de construção da identidade. Do ponto de vista da população negra brasileira, esse processo acabou

condicionando a conquista plena da cidadania, bem como o exercício da liberdade e dos direitos humanos por parte dessa população que foi inferiorizada pela classe dominante.

Para a elite detentora do poder político e intelectual ideológico, o controle do processo de construção da identidade dos negros e afrodescendentes significa dominação. Nascimento (2003) chama a atenção para a dificuldade enfrentada na implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e aos défices que se multiplicam desde a colonização. A noção de identidade nacional que a classe dominante promove é pautada nos conceitos de miscigenação e mestiçagem, pois para além de desenhar uma imagem terna de convivência entre os povos no território nacional, torna-se muito proveitosa essa articulação, na medida em que colabora para o reforço da ideia de democracia racial. De acordo com a autora, essa ideia de democracia racial não combate ao racismo e à discriminação e consegue, veladamente, sustentar a ideologia de embranquecimento e ainda promover, difusa e silenciosamente, a aniquilação do processo de construção da identidade negra.

Ao observar a grande comoção ocorrida pelo episódio do holocausto contra os judeus na Europa, Nascimento (2003) afirma que os genocídios dos povos africanos e indígenas americanos durante o processo do escravismo mercantil e de ocupação do Novo Mundo, envolvendo um número muito maior de vítimas ao longo de vários séculos, não despertou os mesmos olhares nem a mesma reação. De acordo com Nascimento (2003, p.46):

Por uma espécie de feitiço branco travestido de método científico, a hierarquia racial da escala gradativa de cor e prestígio, uma verdadeira pigmentocracia, foi transformada numa estrutura tida como neutra no sentido racial. Segundo essa tese, a categoria “raça” não existia como classificador social nas sociedades “latinas”

Eis o sortilégio da cor! É essa magia que, segundo a autora, reduz os grupos de cor escura na condição de permanência na base da pirâmide social, mesmo após a colonização. Enquanto os europeus e alguns asiáticos ascendiam velozmente os afrodescendentes não tinham condições de sair dos baixos degraus que ocupavam. A discriminação social foi responsável por essa reprodução da herança colonial. Assim, Nascimento (2003, p.47) afirma que: “A esse processo de desracialização ideológica, que comparece travestida de análise científica para esvaziar de conteúdo racial hierarquias baseadas no supremacismo branco, denomino *sortilégio da cor*.”

É importante ressaltarmos que Nascimento (2003, p.47) entende o sortilégio da cor como uma ideologia capaz de ocultar a evidência da discriminação racial, “exaltando o critério

da cor e da etnia, que teria prevalecido sobre o de raça e assim evitando os efeitos perniciosos do racismo”. A noção de “raça”, então, encontra-se fortemente “embutida na hierarquia social da cor, carece de realidade biológica, mas exerce uma função social de forte impacto concreto sobre a vida real. Trata-se de um fenômeno de raça *socialmente construída*”(NASCIMENTO, 2003, p.47).

De acordo com Nascimento (2003), o logro do sortilégio da cor no Brasil foi a ideia de “racismo simbólico”, pois com a substituição de “raça” para “cor” abriu-se uma brecha para a construção de um “antirracismo” pretencioso em esconder a realidade de um sistema de dominação racial. Assim, “no processo de resistência à discriminação, constata-se a necessidade de reconhecer as realidades sociais criadas a partir dos critérios discriminatórios. Como lutar contra o racismo se negamos a existência das “raças” e, portanto, da discriminação racial?” (NASCIMENTO, E., 2003, p.50).

Além de operar as desigualdades sociais, Nascimento (2003) vai definir que o racismo consegue atingir funções mais amplas de dominação, que tanto reproduz os processos de desumanização dos povos dominados. A autora defende que a ideologia de hegemonia ocidental atua tanto por meio de representações sociais no subconsciente quanto no imaginário social, tornando-se “invisível e emudecida, impera nos padrões de cultura e infiltra-se na constituição dos sujeitos” (NASCIMENTO, E., 2003, p.58).

Dessa forma, as dimensões simbólicas na cultura e na educação, atuando sobre negros e brancos, através dos efeitos psicológicos, são parte integrante dos mecanismos de discriminação nas relações sociais. São inseparáveis e constitutivos do racismo, conforme aponta autora. O supremacismo branco seria “essa imposição sobre os povos dominados de um universalismo hegemônico que define o mundo do ponto de vista do dominador” (NASCIMENTO, E., 2003, p.59). A autora não concorda em falar sobre etnocentrismo, porque fazer

[...] equivaler a hegemonia ocidental a mais um etnocentrismo torna invisível o aparato bélico e policial repressivo do sistema colonialista mobilizado contra os povos dominados, que garantiu essa imposição por séculos – e ai se incluem o domínio político, territorial e econômico, bem como o cultural e o psicológico, por meio de instrumentos e instituições como os sistemas de ensino e evangelização. (NASCIMENTO, E., 2003, p.59).

A ideia de etnocentrismo encobre, então, as formas de dominação tanto colonial quanto pós-colonial. Em contraposição dessa ideia, a autora investe no reforço das ações de mobilização das identidades como afirmação de resistência, pois, segundo Nascimento (2003,

p.77), a questão racial diz respeito “à vivência real dos direitos humanos e da cidadania, e é nesse contexto que a abordagem teórica da identidade ganha sentido”. Com essa reflexão, a autora faz uma afirmação muito importante revelando que

[...] talvez a mais destacada característica do racismo no Brasil seja sua natureza inconsciente. As atitudes racistas e o privilégio atribuído ao ser branco imperam como *subtexto de raça* no consenso intersubjetivo da cultura. Na maioria das vezes passam simplesmente despercebidos. (NASCIMENTO, E., 2003, p.94).

O subtexto, para a autora, é aquilo que se encontra marcado no intersubjetivo tanto implícito quanto explícito, que é representado pelas normas e valores afirmados na interpretação e no discurso linguísticos. Para Nascimento (2003, p.84), o subtexto de raça estaria “baseado nas representações de grupos humanos consolidadas pelo eurocentrismo, que o informa implicitamente”. Então, pensando no contexto brasileiro, o supremacismo branco não incide apenas sobre o negro, mas através do subtexto de raça, o branco passa a ser considerado o ideal, a norma, a excelência. E o negro, nesse cenário, acaba por adotar, segundo a autora, esses padrões da brancura numa reprodução interna da dinâmica geral de colonização.

Sendo assim, a autora afirma ainda que foi o Ocidente responsável pela origem da atribuição negativa aos povos não ocidentais. Atualmente, um dos meios de preservação da cultura ocidental tem sido o cânone acadêmico, que permanece fechado no que a autora denomina de “processo de autocontemplação”, que é perpetuado por mecanismos de poder. Conforme a autora, a afirmação da diversidade apenas não basta, pois ela mesma acaba instituindo desigualdades.

O Brasil, em relação à questão racial, estampa um quadro de severas desigualdades. Por meio da operação do sortilégio da cor, transforma-se a dominação em democracia e a identidade nacional é o investimento contínuo no simulacro da brancura, que a autora denomina como o branco virtual. E, observando essa expressão, percebe-se um aspecto muito interessante sublinhado pela autora, que é pensar “tanto o virtual na acepção da faculdade não-realizada, como a realidade virtual da era da informática: a imagem ou o pulso eletrônico que, apesar de não se conformar num real concreto, torna-se real ao gerar efeitos” (NASCIMENTO, E., 2003, p.113).

Para tanto, a reflexão sobre o desenvolvimento desse desejo pela brancura identificado no Brasil precisa ser pautada no questionamento da miscigenação. O *sortilégio da cor*, como identifica Nascimento (2003), provoca forte intervenção, já que opera uma transformação de

identidade em que o mestiço passa a ser considerado quase branco. Assim, a autora propõe reflexões que apontam para a investigação dessa equivalência com o aspecto da brancura como evidência do ideário eugenista que, segundo a autora, nos fatos cotidianos que permeiam a tessitura social do país.

Outro aspecto que incide sobre as causas das desigualdades no Brasil é uma percepção que surgiu, entendendo que a questão social se opunha a racial, considerando nula ou insignificante a operação da discriminação racial como fator operante na propagação das desigualdades. A autora refuta essa percepção defendendo que “dois fatores de disparidade atravessam diferentes níveis de reprodução da desigualdade social e têm profundas raízes na cultura brasileira: gênero e raça” (ROQUE; CORRÊA, 1998, p.2 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.117) e que, na hierarquia de renda, o primeiro fator determinante é a raça, depois gênero.

Em pesquisas e consultas a dados do IBGE (1997), a autora constata que as

[...] mulheres brancas mantêm uma posição nitidamente privilegiada em relação aos homens negros, e as afro-brasileiras estão no mais baixo degrau da escala de renda e emprego. Os homens brancos recebem mais de três vezes o que ganham as mulheres afro-brasileiras, que por sua vez ganham menos da metade do valor da renda mediana da mulher branca (NASCIMENTO, 2003, p.117)

Isso provoca a constatação de que as taxas de desemprego são mais altas entre os negros, alterando todo o processo de ingresso do negro no mercado de trabalho e, conseqüentemente, em posições de administração e liderança, já que, nas famílias negras, as crianças precisam deixar de estudar para trabalhar, o que resulta na maior taxa de analfabetismo entre os afro-brasileiros do que entre os brancos. O prolongamento dessa situação para a população negra foi, segundo aponta Nascimento (2003, p.122), ação do sortilégio da cor, que “com sua ideologia de pretenso antirracismo, conseguiu encobrir por um longo tempo a realidade da discriminação racial, que apenas muito recentemente passou a ser comprovada e documentada”.

Assim, percebemos que a falta de implementações de medidas para a integração dos negros na sociedade, após a abolição, foi o componente principal da diferença econômica e social vivenciada pela população negra até os dias de hoje, pois esse déficit de administração social acarretou uma relação em cadeia que fez emergir a exclusão histórica dos afro-brasileiros. Por isso, os autores Elisa Nascimento (2003) e Abdias Nascimento (1968) concordam que a Lei Áurea pode ser denominada como a “Lei de Magia Branca”, porque como mostram os autores,

[...] nenhuma imposição jurídica ou legal, por si só, tem força para mudar trezentos anos da cultura de privilégios do branco e de espoliação e submissão do negro (NASCIMENTO, A., 1968, p.46 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.125).

Dessa forma, ressaltamos a necessidade de refletirmos sobre o impacto que a “Lei de Magia Branca” provoca nas reproduções discursivas que se materializam a respeito da inserção do negro pelos diversos setores da sociedade brasileira. Todos esses processos ficam ainda mais latentes, ao passo que percebemos e encontramos marcas discursivas que apontam para a meta eugenista que vigorou no Brasil no século XX, e que consistia em eliminar todos os vestígios dos descendentes de africanos, pois essa meta pregava que a ausência do negro significava o progresso e a “limpeza” da população.

Dessa forma, é interessante percebermos como coexistiram o ideal fundado em critérios de racismo biológico com o discurso antirracista do elogio à miscigenação. Segundo Nascimento (2003, p.128), o que se parece com um paradoxo, se explica, “entretanto, pelo fato maior capaz de unir os dois: a ideologia do supremacismo branco, silenciosa na sua operação, mutável e flexível na sua continuidade, que tece novas formas de perpetuar a dominação”.

Para além desse círculo vicioso de exclusão que imperava, esse processo histórico se revela ainda de outra natureza, conforme aponta Nascimento (1968):

[...] não foi resultado de utopia romântica esperar que os egressos do regime servil ingressassem direta e facilmente na sociedade competitiva de após abolição. (...) E, na aparente omissão que se verificou, as classes dirigentes executavam um consciente e estratégico plano de liquidar o negro, exterminando-o não só através do cerco da fome (...) criando-lhe um verdadeiro sistema de discriminação velada, tanto mais eficiente por subtrair ao negro suas verdadeiras intenções e objetivos. (NASCIMENTO, A., 1968, p.21 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.128).

É sobre esse sistema de discriminação velado que Nascimento (2003, p.130) investiga em suas reflexões e estudos sobre o supremacismo branco que salta na “cama da democracia racial”, já que ele permaneceu vigente em novas roupagens. “O ideal da brancura inseriu-se, às vezes camuflado, no elogio da mestiçagem e no discurso pretensamente antirracista do critério cultural da etnia”. Esse esforço em propagar a ideia de mestiçagem, que é o próprio processo de embranquecimento, implica a desafricanização da cor, pois a africanidade passa a ser vista como elemento exótico.

Somente em algumas instâncias, como a culinária e os esportes, que a cultura africana é reconhecida, mesmo assim, é definida pelos brancos. No Brasil, o negro não tem esse espaço

e essa autonomia nem para falar da sua cultura origem, já que é interessante para a classe dominante usar desses elementos para justificar a harmonia racial e a “tolerância” à diversidade. De acordo com a autora, se “o índio como nobre selvagem representa a pureza do Brasil-natureza, o negro, problemático, é um não-Brasil” (NASCIMENTO, E., 2003, p.136). É por isso que, seguindo esse raciocínio genocida, o mestiço quase equivale ao branco, mas nunca pode desfrutar de uma condição muito diferente daquela imposta aos negros. Mais uma vez, é a operação do sortilégio da cor que está em pauta.

O racismo está intimamente vinculado à ideologia de supremacismo branco que, por sua vez, é flexível e “capaz de incorporar o repúdio ao critério biológico e manter o seu legado, de forma inconsciente, operando nas relações sociais” (NASCIMENTO, E., 2003, p.143). Tão inconsciente, pois, além de fazer parte da ideologia da “democracia racial”, “as fortíssimas conotações morais e intelectuais que informam as categorias de cor ficaram entranhadas na consciência e no inconsciente social dos brasileiros de tal forma que sequer são percebidas; de tão ‘naturais’” (NASCIMENTO, E., 2003, p.145). Por consequência, a bandeira antirracista é levantada toda vez que se precisa abafar a voz do protesto afro-brasileiro e, ainda, conforme aponta Nascimento (2003, p.145), para fortalecer o ideal do embranquecimento: “Afinal, qual a necessidade de atentar para o protesto afro-brasileiro, se a sociedade branca já está comprometida com o ideal antirracista?”.

Ainda, é importante ressaltarmos que a autora destaca o peso que a tradição racista vem transpondo à vida cotidiana. São imagens, cenas e até mesmo a linguagem que assume um caráter de subordinação, de estereotípias e de subserviência do negro que são encontradas nas escolas, no comércio, no local de trabalho, nas relações sociais como também na repressão policial. Segundo Nascimento (2003, p.146): “Nessa vivência diária, os princípios racistas fundamentados na noção biológica de raça são perfeitamente compatíveis com a ideologia da “democracia racial”, que culpabiliza o próprio afrodescendente pelas desigualdades que o excluem”. Assim, a identidade nacional brasileira, baseada na rejeição do critério biológico, acredita na possibilidade de as categorias de cor serem divorciadas da origem racial. Essa percepção muito colabora para fundamentar o ideário do sortilégio da cor, que, conforme reforça a autora, transforma um sistema social de profundas desigualdades raciais em um suposto paraíso de harmonia racial.

Por meio da rejeição e do apagamento simbólico das matrizes demográfica e cultural africanas, o racismo persiste. Nesse contexto, “o caminho de construção de identidades afro-brasileiras está bastante comprometido, pois os possíveis referenciais são invisibilizados, apagados da memória histórica, ou desautorizados” (NASCIMENTO, E., 2003, p.152). Para a

autora, existe um movimento de recalque que é ainda mais reforçado pelo domínio das representações negativas do africano. É por meio do silêncio e da negação que são criados os padrões normativos que regem o trato do tema das relações raciais, entre pais e filhos, professores e alunos. Assim como o ser branco aponta para a normalidade, o ser negro aponta para a degradação, um “desvio doentio”, como a autora aponta. É uma realidade que ainda se perpetua.

Desse modo, a classe dominante, ou seja, dos brancos, vai se articulando de maneira a não admitir o impacto do racismo, pois caso isso aconteça, seus privilégios serão expostos arregaladamente, evidenciando que a autoimagem que o branco constrói de competência e de mérito nem sempre é uma conquista verdadeira. Segundo a autora, em um processo de seleção em que duas pessoas, uma branca e uma negra, são igualmente qualificadas, quando os critérios objetivos de seleção não determinam a escolha, o que decide é a subjetividade do patrão. Mas, “Imbuído dos estereótipos construídos ao longo de cinco séculos, sua reação “natural”, isto é, sem reflexão, é preferir o branco” (NASCIMENTO, E., 2003, p.214).

Em relação ao protagonismo afro-brasileiro, Nascimento (2003, p.221) identifica que um aspecto “constitutivo do sortilégio da cor é o processo de velamento que sofre o protagonismo histórico afro-brasileiro do século XX”. Mas é ainda nesse século que surge no Brasil o movimento negro resultado de lutas que se iniciaram desde a constituição do país. A autora mostra o quanto a imprensa negra foi importante e colaborou nesse processo de denúncias. Um dos objetivos era “contestar a pejorativa identificação do negro com a condição escrava, bem como a atribuição de inferioridade congênita que lhe era impingida pela adoção de políticas públicas fundamentadas na eugenia” (NASCIMENTO, E., 2003, p.224). Para isso, ainda se clamava por uma segunda abolição da escravatura, visto que a de 1888 não tinha alcançado sua eficácia, não promovendo uma vida de liberdade.

É interessante e relevante percebermos como essa imprensa se organizou como um órgão de educação, deixando em segundo lugar o lugar de protesto, pois seus membros, para o contexto que viviam, entendiam e sentiam a necessidade de se afirmar contra a imagem estereotipada cultivada pelo racismo. Então, nessa tentativa, a imprensa negra condenava o alcoolismo e fazia um apelo à moralidade e à dignidade nas relações sociais. Nesse período, viu-se que a postura foi “de projetar a igualdade em contraposição ao discurso racista, impor como incontestável a falsidade do estereótipo e assim recusar a inferioridade atribuída” (NASCIMENTO, E., 2003, p.228). A autora aponta um estudo feito por Bastide (1973) que identificou três fases da imprensa negra. A primeira como essa tentativa de se igualar a população negra com a branca. A segunda foi um movimento de resgate das memórias das lutas

dos antepassados. E a terceira ocorreu em um momento de abertura política, com o fim do Estado Novo, a Associação do Negro Brasileiro (ANB) reivindicava uma legislação penal contra a discriminação racial.

Em contrapartida, evidenciando esses momentos de tensão e de grande dificuldade para o negro, o período entre 1914 e 1937, segundo a autora, foi o auge da era de políticas de branqueamento baseadas nas teorias científicas da inferioridade inata da raça negra, a teoria da eugenia. Enquanto “as teses de Gilberto Freyre estavam apenas começando a sair do prelo. (...) O princípio da eugenia estava inscrito na Constituição da República de 1934; prevalecia a esperança de um futuro branco para o Brasil, ou seja, a eliminação da raça negra” (NASCIMENTO, E., 2003, p.240).

Mesmo assim, a autora entende o papel marcante e impulsionador que tiveram as aspirações e as ações da imprensa negra, pois

Ao enaltecerem as qualidades e os feitos dos heróis negros do passado; ao pleitearem o acesso ao ensino e demonstrarem que era a negação desse acesso, e não a falta de inteligência, a causa do “atraso” dos negros; ao insuflarem, enfim, uma consciência social de coesão e autodefesa à sua comunidade, essa imprensa e as entidades que representava diziam um redondo “não” à ideologia racista que imperava de forma tão difusa a sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 2003, p.224)

Por isso, a prioridade de luta, segundo a autora, refere-se à questão da dignidade humana, pois a exclusão vivida pelo povo afrodescendente tem como relação basilar a cor da pele, mas a contradição principal, mais marcante, é a racial, e não a de classe social.

A autora ainda discute, no desenvolvimento de seus estudos, a importância do Teatro Experimental do Negro (TEN) pelas discussões e reflexões realizadas em torno das noções de “povo”, “nacionalidade” e “identidade nacional”. Assim, percebemos que:

A menção pública do vocábulo “negro” provocava sussurros de indignação. Era previsível, aliás, esse destino polêmico do TEN, numa sociedade que há séculos tentava esconder o sol da verdadeira prática do racismo e da discriminação racial com a peneira furada do mito da “democracia racial” (NASCIMENTO, A., 1997, p.72 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.287).

Foi a partir de problemáticas como essa que as produções do teatro se basearam em busca de valorização, apontando para a construção da identidade afro-brasileira. Para o Teatro Experimental do Negro, a negritude é a “identificação com a origem africana e com a condição do negro no contexto brasileiro, articulada em termos próprios à realidade nacional”

(NASCIMENTO, E., 2003, p.311). Por isso, nos cabe lembrar uma contribuição de Guerreiro Ramos quando o autor afirma que:

Na cor negra [...], está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. Se se reduzisse a axiologia do mundo ocidental a uma escala cromática a cor negra representaria o polo negativo. São infinitas as sugestões, nas mais sutis modalidades, que trabalham a consciência e a inconsciência do homem, desde a infância, no sentido de considerar, negativamente, a cor negra. (RAMOS, 1996, p.128-129 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.311).

Analisar a definição léxica de negro, conforme defende Nascimento (2003, p.313), já evidencia essa carga negativa. Os elementos do subtexto de raça conseguem permear “a língua e as relações raciais da sociedade dominada pela vigência da brancura. Sem dúvida, a palavra apresenta em português um conteúdo capaz de consignar a agressividade”. Por isso, além de defender a existência do negro, bem como os seus valores de cidadão e de ser humano, o objetivo maior do trabalho cultural, pedagógico e teatral do TEN era promover um movimento de enriquecimento e preservação da personalidade cultural do negro. É importante ressaltarmos que essa proposta visava a consciência histórica, por isso entendemos que:

Insistir na identidade é não virar as costas para o mundo nem nos separar do mundo nem amuar sobre o futuro nem afundar num solipsismo e num ressentimento comunitários. Nosso compromisso não terá nenhum sentido se não significar, além de um reenraizamento, também um desabrochar, um superar e a conquista de uma fraternidade nova e mais ampla (CESAIRE, 1995, p.17 citado por NASCIMENTO, E., 2003, p.320)

A partir desse entendimento, percebemos que a Negritude precisa ser pensada em oposição à ideologia da brancura, levando em consideração o caráter estético que prioriza a identidade negra como beleza física na construção de identificações positivas afro-brasileiras. Dessa forma, vale ressaltarmos que, de maneira oposta, o processo do sortilégio de cor “constrói a figura do *branco virtual*, o mestiço desafricanizado identificado com os valores da sociedade ocidental” (NASCIMENTO, E., 2003, p.383). O branco virtual é, portanto, aquele que assume e também se engaja nos processos de racismo. É importante refletirmos que, mesmo com a possibilidade do caráter inconsciente que se desdobra a partir desse engajamento, a autora nos leva à percepção de que se trata de um movimento hegemônico de uma identidade étnica que se torna invisível e muito silenciosa.

Por isso, frente aos questionamentos do movimento social antirracista, dois aspectos fundamentais do racismo e do *sortilégio da cor*, conforme aponta a autora, têm sido a negação da agência histórica afro-brasileira e a invisibilidade ou distorção ideológica de sua ação e realizações, uma vez que podemos perceber que o silêncio implica uma determinada imunidade às acusações de discursos racistas. Em relação ao contexto escolar, a autora acredita que os avanços “são muito mais lentos e as resistências maiores no caso da questão racial, em virtude da operação singular do *sortilégio da cor*.” (NASCIMENTO, E., 2003, p.389). Nesse sentido, após as reflexões e estudos sobre o movimento negro no Brasil, Nascimento (2003, p.395) “situa a educação como prioridade de intervenção sobre o racismo (...) Somente a partir dos referenciais capazes de sustentar as identificações será possível construir identidade”.

Para darmos continuidade às discussões propostas, no próximo tópico trataremos a respeito dos movimentos que ocorrem na sociedade em relação à presença e atuação social do negro. Como já vimos até agora, existem processos que buscam barrar a construção de uma identidade negra que, por sua vez, acabam impulsionando a reprodução do discurso racista. Dessa forma, a população negra brasileira convive constantemente com as imposições da violência simbólica que atingem e ferem desde o corpo físico até a estrutura psicológica do sujeito negro. Diante das negações impostas, o negro precisa juntar esforços para “tornar-se negro” e se libertar das amarras culturais, sociais, biológicas e, portanto, discursivas, que o aprisionam na posição de submissão ao discurso racista. É essa discussão que nos propomos a seguir.

4.2 O negro e a violência simbólica: a necessidade de “tonar-se negro” em uma sociedade racista

Neusa Santos Souza, em seu livro intitulado “Tornar-se Negro”, se propõe a traçar uma reflexão importante com questões pertinentes em relação à presença do negro na sociedade brasileira no final do século XX. O prefácio de seu livro foi escrito por Jurandir Freire Costa que refere-se à obra como uma denúncia que se constitui de depoimentos que falam por si e que Souza (1983) empresta seu talento aos oprimidos.

A proposta de Souza (1983), refletir sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social, nos revela uma reflexão, sobretudo, sobre a violência. Uma violência que se estrutura em um sistema de dominação que incide sobre o corpo e, como Souza (1983) nos mostra, incide fortemente sobre a psique dos negros. Isso, pois, ser negro “é ser violentado de

forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais do Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”⁹.

Nesse sentido, na leitura desse livro, somos convidados a olhar com maior atenção e profundidade para a norma psico-sócio-somática que foi criada pela classe dominante branca a fim de excluir os negros até mesmo a partir do traço intrapsíquico. Essa exclusão visa, sobretudo, a destruição da identidade do sujeito negro. É através da internalização compulsória do ideal de Ego branco que o negro se vê obrigado a formular um projeto identificatório que é incompatível com as propriedades biológicas de seu corpo. Entre o seu Ego e o Ideal criado, instaura-se no intrapsíquico negro um fosso que o sujeito tenta transpor, “às custas de suas possibilidades de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico”¹⁰.

Diferentemente do que ocorre com o branco, o Ideal de Ego do negro é forjado na medida em que tem as regras de identificação normativa e estruturante desrespeitadas. Essas regras “permitem ao sujeito ultrapassar a fase inicial do desenvolvimento psíquico onde o perfil de sua identidade é desenhado a partir de uma dupla perspectiva”¹¹. A primeira delas é a perspectiva do olhar e do desejo do agente que ocupa a função materna. A segunda perspectiva se constitui pela imagem corporal produzida pelo imaturo aparelho perceptivo da criança.

De maneira geral, as regras de identificações normativas e estruturantes permitem ao sujeito infantil acessar a ordem da cultura através das palavras e do desejo em relação à presença do pai e dos pais, outros sujeitos externos à comunidade familiar. Nesse momento, o dueto exclusivo entre mãe e criança é interrompido e é a partir das regras de identificação que o sujeito acessa o que é permitido e o que é proibido sentir ou exprimir. São essas identificações normativo-estruturantes que fazem a intermediação entre sujeito e cultura, através das relações físico-emocionais que surgem “dentro da família e do estoque de significações linguísticas que a cultura põe à disposição dos sujeitos”¹².

O Ideal do Ego consiste, dessa forma, no produto da decantação dessas experiências que o sujeito vive em relação à sociedade e à cultura na qual está inserido. O Ideal do Ego se forma a partir de imagens, palavras, representações e afetos que circulam cotidianamente entre as relações que o sujeito estabelece. A exemplo de um caso ideal, a função do Ideal de Ego seria a de favorecer o surgimento de uma identidade do sujeito. Essa identidade, por sua vez, é

⁹ (COSTA, Jurandir Freire, 1982, p. 2 In: SOUZA, Neusa Santos, 1983)

¹⁰ (COSTA, Jurandir Freire, 1982, p. 2-3 In: SOUZA, Neusa Santos, 1983)

¹¹ (COSTA, Jurandir Freire, 1982, p. 3 In: SOUZA, Neusa Santos, 1983)

¹² (COSTA, Jurandir Freire, 1982, p. 3 In: SOUZA, Neusa Santos, 1983)

compatível com o corpo e com o pensamento do sujeito que a possui. Resulta disso, uma relação harmoniosa do sujeito com os outros e do sujeito com o mundo.

Entretanto, ao sujeito negro, muitas vezes, essa possibilidade é negada. O modelo de Ideal de Ego que é oferecido ao negro não é um modelo com referência histórica, não é concreto. A identificação normativo-estruturante que ocorre com os sujeitos negros advém de um fetiche, o fetiche do branco, da brancura. O discurso da brancura se materializa como uma essência que antecede a existência de sujeitos tidos como reais, ou seja, nessa ordem, para ser considerado como um ser “real”, um ser social, digno de experimentar da interação social, esse sujeito precisa necessariamente, essencialmente, compartilhar o ideal da brancura.

Conforme destaca Costa (1983), o fetichismo da brancura funciona como uma hipnose em que o negro passa a negar tudo o que contradiga o ideal que lhe é imposto. E embora o negro tenha o conhecimento de que a inquisição, o colonialismo, o imperialismo, a escravidão e tantas outras formas de opressão foram governadas pelo branco, o ideal da brancura ainda permanece. Podemos perceber que existe um processo que é discursivo e que se reproduz fortemente entre a população negra brasileira. As referências do belo, bom, justo e verdadeiro ainda são os brancos. É o branco que ainda simboliza o progresso e o desenvolvimento do ser humano. Os brancos ainda representam a cultura, a civilização e a humanidade. E os negros, em muitas materializações discursivas, concordam e reproduzem essa ordem. A brancura passa a ser uma espécie de filtro com que o negro olha o mundo.

Robin DiAngelo, analisando o contexto da América do Norte, trabalha em uma perspectiva que complementa à discussão acerca dos efeitos provocados pelo discurso racista à população negra. Essa autora elabora a definição do conceito de “Fragilidade Branca”, que se refere ao posicionamento assumido por sujeito brancos projetando uma postura de isolamento e de “proteção racial” capaz de criar expectativas brancas de conforto racial. De acordo com a autora, a Fragilidade Branca é um estado

[...] em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação criadora de estresse. Esses comportamentos, por sua vez, funcionam para restabelecer o equilíbrio racial branco. (DIANGELO, 2018, p. 35-36)

Dessa forma, DiAngelo (2018) associa esse posicionamento, o estado de Fragilidade Branca, à presença da branquitude, ou branquidade como ela conceitua, como principal ponto de interação entre essas expressões negativas que os sujeitos brancos expressam, em grande

parte das vezes, quando se deparam com discussões sobre raça e racismo. A branquitude é acumuladora de privilégio e status, cercada de “travesseiros protetores”¹³. Os sujeitos brancos, nessa perspectiva, estão totalmente acostumados com esses protetores, o que diminui a capacidade de lidarem com o debate racial, causando a fragilidade.

A autora também identifica que parte considerável dos sujeitos brancos reservam as discussões sobre multiculturalidade apenas para os espaços de formação profissional que é o caso das faculdades e de outros cursos. Porém, esses locais, como a autora destaca, são destituídos de um olhar criterioso e atencioso para a realidade social e racial, uma vez que evitam falar sobre o racismo e também sobre os privilégios do branco. A linguagem utilizada nesses espaços de discussões é racialmente codificada trocando o “branco” por “urbano” e o “favorecido” por “centro da cidade”. É justamente esse movimento de codificação que causa, constrói e reproduz imagens e perspectivas racistas que se confortam nos olhos e ouvidos da classe branca. Esses aspectos contribuem, como aponta DiAngelo (2018), para que se mantenha o conteúdo confortável e palatável para os brancos. O contrário, a abordagem do racismo e do privilégio dos brancos, se e quando ocorre, causa respostas carregadas de raiva, isolamento, dissonância cognitiva e até mesmo incapacidade emocional. Essas reações funcionam para parte dos sujeitos brancos como resistência, um posicionamento contrário à aceitação da necessidade de debate e discussão sobre as questões raciais, mas pode ser, nas palavras da autora: “útil também conceituá-las como resultado de uma reduzida resistência psicossocial que o isolamento racial inculca. Chamo essa falta de resistência racial de ‘Fragilidade Branca’” (DiANGELO, 2018, p.38).

Tal autora entende que existe, entre a sociedade americana, uma distribuição desigual que beneficia brancos e desfavorece não brancos e, assim como ocorre no Brasil, compreendemos que a “direção do poder entre brancos e pessoas não brancas é histórica, tradicional, normalizada e profundamente enraizada no tecido da sociedade” (MILLS, 1999; FEAGIN, 2006 citado por DiANGELO, 2018, p.38). A Branquitude consegue elevar os sujeitos brancos sobre os sujeitos não brancos, assumindo um aspecto multidimensional, pois

[...] é um local de vantagem estrutural, de privilégio racial. Além disso, é um "ponto de vista", um lugar do qual as pessoas brancas olham para nós mesmos, para os outros e para a sociedade. Ainda, ‘Branquitude’ refere-se a um conjunto de práticas culturais que são geralmente invisíveis e anônimas (FRANKENBERG, 1993, p.1 citado por DiANGELO, 2018, p.39).

¹³ (FINE, 1997, p.57 citado por DiANGELO, 2018, p.37).

Assim, entendemos que a Branquitude reúne aspectos históricos, sociais e políticos que se refletem nas dinâmicas de dominação. É a Fragilidade Branca que vai recuperar o equilíbrio racial do sujeito branco que se sente exposto às situações em que os seus privilégios foram ameaçados. DiAngelo (2018) explica que a expressão de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como discussão, silêncio e abandono da situação geradora de estresse são os movimentos “defensivos” da Fragilidade Branca. Nesse sentido, a autora descreve algumas atitudes exemplos desse estresse racial que nos ajudam a entender como o discurso da branquitude conduz a esses posicionamentos de repulsa e de desconforto diante de discussões raciais. As situações ilustradas pela autora são as seguintes:

Receber a devolutiva de que o comportamento de uma pessoa teve um impacto racista (desafio ao liberalismo branco);
 Um reconhecimento de que o acesso é desigual entre grupos raciais (desafio à meritocracia);
 Ser apresentado a uma pessoa não branca em posição de liderança (desafio à autoridade branca);
 Ser apresentado à informação sobre outros grupos raciais através, por exemplo, de filmes em que pessoas não brancas dirigem a ação, mas não estão em papéis estereotipados, ou educação multicultural (desafio à centralidade branca).
 (DiANGELO, 2018, p.40)

Esses são exemplos da dominância branca. E, quando um sujeito branco perde essa posição, quando um gatilho desse é acionado, é a raiva e a inquietação que se destacam em seu posicionamento e reprodução discursiva. Conforme, DiAngelo (2018, p.40-41) os “brancos não tiveram a necessidade de construir as habilidades cognitivas ou afetivas ou desenvolver a resistência que permitiria o engajamento construtivo sobre divisões raciais”.

Nessa discussão, a autora recorda a contribuição de Bourdieu (1993) sobre o conceito de habitus, que se refere a uma subjetividade socializada, sendo “um conjunto de disposições que geram práticas e percepções. Como tal, habitus só existe em, através de e devido a práticas dos atores e sua interação uns com os outros e com o resto do seu ambiente” (DiANGELO, 2018, p. 41). As estratégias de resposta ao “desequilíbrio” no habitus acabam não sendo baseadas na intencionalidade consciente, mas vão resultar do trabalho do inconsciente e ainda serem resultado também de qual posição de poder na estrutura social ocupa o sujeito que fala. Assim, a Fragilidade Branca “pode ser conceituada como um produto do habitus, uma resposta ou ‘condição’ produzida e reproduzida pelas contínuas vantagens sociais e materiais da posição estrutural branca” (DiANGELO, 2018, p. 41).

A autora reflete ainda sobre os fatores que inculcam Fragilidade Branca, um deles é a segregação. Mesmo que os sujeitos brancos vivam próximos fisicamente aos sujeitos não brancos, existem muitas formas de divisão que os separam. Como os brancos “vivem vidas predominantemente segregadas em uma sociedade dominada por brancos, eles recebem pouca ou nenhuma informação autêntica sobre racismo e estão, portanto, despreparados para pensar sobre isso criticamente ou com complexidade” (DiANGELO, 2018, p. 41-42). A escola, locais de trabalho, imagens da mídia e perspectivas históricas são, para a autora, os ambientes que reforçam o sujeito branco como figura central e importante, pois são

[...] ensinadas a não sentir nenhuma falta pela ausência de pessoas não brancas suas vidas e, de fato, é essa ausência que define suas escolas e vizinhanças como “boas”; brancos acabam por tomar uma “boa escola” ou “boa vizinhança” como uma forma disfarçada de dizer “branca” (JOHNSON & SHAPIRO, 2003 citado por DiANGELO, 2018, p.42).

É essa qualidade do espaço branco causada pela ausência de sujeitos não brancos que se configura como uma mensagem muito profunda, que é intensamente internalizada e reforçada diariamente através de discursos que foram normalizados. O espaço branco como um sinônimo de um espaço bom é uma codificação que “é explicitamente negada pelos brancos” (DiANGELO, 2018, p. 42). Essa é uma característica que não pode ser ignorada, pois é a reprodução da negação dos privilégios brancos.

O Universalismo/Individualismo é outro fator que leva os sujeitos brancos a verem suas perspectivas como objetivas e representativas da realidade¹⁴. Segundo a autora, esse fator cria um tipo de cegueira que impede que os sujeitos brancos pensem sobre os efeitos da Branquitude. O discurso do universalismo defende que “somos todos seres humanos” proclamando a ideia de “todos são iguais” e, nesse sentido, o universalismo acaba negando o significado de raça e as vantagens de ser branco, impossibilitando a discussão sobre racismo as diferentes realidades e oportunidades entre brancos e não brancos. É por isso que reconhecer “o racismo como um sistema de privilégio conferido aos brancos desafia as reivindicações ao universalismo” (DiANGELO, 2018, p. 43). O individualismo, no incentivo à valorização do indivíduo, apaga a história e esconde as maneiras através das quais a riqueza foi distribuída e acumulada ao longo de gerações. É por isso que os sujeitos brancos acreditam não fazerem parte de um grupo racial

¹⁴ (McINTOSH, 1998 citado por DiANGELO, 2018, p.42)

socializado. Um sujeito branco “reconhece a Branquidade como real, mas como um problema individual de outras pessoas brancas ‘ruins’ ”¹⁵.

Dessa maneira, DiAngelo (2018, p.44) defende que ser visto “como indivíduos fora da raça liberta os brancos do peso psíquico da raça numa sociedade totalmente racializada”. A reflexão e a discussão sobre raça e racismo são vistas como um desafio à essas estruturas, uma espécie de choque indesejado para o sistema, como aponta a autora.

A negação da raça como um fator organizador, tanto da consciência branca individual quanto das instituições da sociedade como um todo, é necessária para sustentar as estruturas atuais de capitalismo e dominação, pois sem ela, a correlação entre a distribuição de recursos sociais e o desmerecido privilégio branco seria evidente (FLAX, 1998 citado por DiANGELO, 2018, p.44).

A afirmação de que existem desigualdades que norteiam as estruturas sociais confronta a noção de que os privilégios do sujeito branco são conseguidos através de trabalho e virtude. Por isso, o individualismo busca esconder as desigualdades, justificando como falta de esforço dos sujeitos não brancos, para que o branco possa se elevar. “O individualismo realiza ambas as tarefas. Ao mesmo tempo, o indivíduo apresentado como fora dessas relações não pode existir sem o seu outro negado. (...) Brancos têm investimentos profundos em raça, pois o abstrato depende do particular”¹⁶.

O racismo ideológico constrói imagens fortemente positivas do sujeito branco enquanto os sujeitos não-brancos, em sua maioria os negros, são construídos a partir de imagens negativas. Essa supervalorização da “brancura”, cria uma ilusão que se perpetua através da ideologia da brancura, em que muitos sujeitos brancos passam a acreditar que seus sucessos financeiros e profissionais são resultados de seus próprios esforços. É uma ilusão, pois eles ignoram o fato do privilégio branco, efeito da ideologia da brancura.

O pertencimento racial é um dos aspectos que contribui para a propagação da ideologia da brancura, da classe dominante, já que nas representações de heróis, em livros didáticos, na mídia e o padrão de beleza refletem a imagem do sujeito branco. Para DiAngelo (2018, p.46), “qualquer situação ou imagem considerada valiosa na sociedade dominante, os brancos pertencem”. Através da ideologia da brancura, o pertencimento racial se internaliza no discurso assumido pelo sujeito branco, que se sente desconfortável com a presença e atuação do negro nos cargos e posições que ele interpreta, consciente e/ou inconscientemente, ser o único

¹⁵ (DiANGELO, 2010 citado por DiANGELO, 2018, p.43)

¹⁶ (FLAX, 1998 citado por DiANGELO, 2018, p.44).

merecedor ou autorizado. Conforme autora, os brancos escolhem e desfrutam da segregação racial.

Ao mesmo tempo em que é onipresente, a superioridade branca também permanece anônima e explicitamente negada pela maioria dos sujeitos brancos, mas é interessante percebermos que em um contexto de supremacia branca, a identidade branca, em grande parte, se repousa sobre uma base de tolerância e aceitação racial. Isso ocorre de maneira tão superficial que, conforme defende DiAngelo (2018, p. 49), “os brancos invocam o poder de escolher quando, como e quanto abordar ou desafiar o racismo”. Quando ocorre ao contrário, e os brancos são confrontados a falar sobre esses aspectos, os brancos se posicionam como vitimados e culpados. Esse movimento de vitimização aponta para o posicionamento assumido pelo sujeito branco na intenção de se reposicionar no local de superioridade no discurso. Tal posicionamento se desdobra em: “culpar os outros com menos poder social pelo desconforto; falsamente posicionar esse desconforto como perigoso; e reinscrever imagens racistas” (DIANGELO, 2018, p.50). Assim, os brancos são desresponsabilizados pelo poder e pelo privilégio racial que exercem.

Nesse sentido, a reflexão sobre o racismo torna-se mais complexa. O sujeito negro é levado pela repressão a desejar e a projetar um futuro identificatório antagônico à realidade de seu corpo e de sua história, por isso o discurso racista é muito violento, embora muito velado. O ideal identificatório do negro funciona de maneira a levar o negro ao passado e a implantar a ideia do arrependimento, já que ele poderia ter sido branco e ainda funciona como projeção de um futuro em que o negro reúne todas as forças na tentativa de desaparecer com seus traços biológicos e identitários.

O desejo de embranquecer pode ser visto, como afirma Costa (1983), como o desejo da própria extinção. E, ao repudiar a cor negra, o sujeito repudia seu próprio corpo, o que afeta diretamente a sua relação com a sua identidade. Por isso, esse autor explica que, para que o sujeito construa “enunciados sobre sua identidade de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer”¹⁷. Na falta da presença dessa estrutura harmoniosa, o sujeito negro, pautando-se no ideal do embranquecimento, vê-se forçado a querer destruir os sinais e traços que o distanciam da brancura, ou seja, os sinais de seu corpo. Por isso que o movimento psíquico do negro em ascensão é a busca incansável para alcançar o desejo que o branco deseja.

¹⁷ (COSTA, Jurandir Freire, 1982, p. 6 In: SOUZA, Neusa Santos, 1983)

Tudo isso resulta, dessa forma, em uma organização mental subvertida pela dor da pressão racista. Essa dor não pode ser vista como sinônimo de desprazer, mas ela é um ponto que se irradia a partir de um trauma produzido pela violência. O pensamento do negro se debate entre a dor e a violência. Vemos que a representação da imagem corporal do negro é, para ele, estar diante de uma ferida. Assim, o “tributo pago pelo negro à espoliação racista de seu direito à identidade é o de ter de conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer”¹⁸ sobre sua identidade. Corpo e pensamento feridos levam o sujeito negro a se relacionar cada vez menos com sua identidade e até mesmo a querer afastar-se dela.

De acordo com Souza (1983), a autonomia é uma das formas de possuir um discurso sobre si mesmo e é, por essa razão que este livro se configura como uma tentativa de construção de um discurso do negro sobre o negro, no que tange à sua emocionalidade. Percebemos que a autora direciona o seu olhar à experiência de ser negro na sociedade brasileira branca a partir do século XIX. É importante ressaltarmos que a autora considera a sociedade brasileira ser de classe e ideologia dominantes brancas, de estética, comportamentos, exigências e expectativas brancas. Tais percepções são substanciais para reconhecimento das condições de produção dos discursos que circulam no recorte estudado pela autora. O olhar atento da autora para a experiência emocional do negro evidencia que a sociedade brasileira, tendo a configuração social predominantemente branca como foi destacada, contribui para uma resposta positiva ao apelo da ascensão social pelo negro. Isso implica na conquista de valores, status e prerrogativas brancos, ou seja, o negro, vivendo nessa sociedade, precisa buscar no branco “apoio” para ascender socialmente.

É interessante ressaltarmos que Souza (1983) percebe a história da ascensão social do negro brasileiro de maneira atenciosa quando afirma ser a história da assimilação do negro aos padrões brancos de relações sociais. Como a autora mesmo garante, é uma história de submissão ideológica de um estoque racial em relação ao outro, uma história de identidade renunciada. Dessa forma, podemos dizer que essa renúncia e negação é pautada no processo de silenciamento de uma memória discursiva. Souza (1983) mostra também que além dos problemas no processo de identificação, o negro tem o direito da espontaneidade negado.

Nas palavras e na autonomia de Souza (1983, p. 17-18):

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.

¹⁸ (COSTA, Jurandir Freire, 1982, p.10 In: SOUZA, Neusa Santos, 1983)

Dessa forma, segundo a autora, o negro que se empenha em conquistar a ascensão social paga o preço do massacre de sua identidade. Nesse processo, o negro toma o branco como modelo de identificação e ainda como única possibilidade de ‘tornar-se gente’. Souza (1983) busca refletir, então, a respeito do custo emocional do sujeito, negação e massacre da identidade que o negro viveu durante os processos sócio-histórico-políticos que o permitiu subir socialmente a partir do século XIX no Brasil.

Primeiramente, a autora se dispõe a apresentar um apanhado de antecedentes históricos da ascensão social do negro brasileiro, movimento que coincide com a história da construção de sua emocionalidade. Segundo aponta Souza (1983, p.19), o negro, tendo que se livrar da concepção tradicionalista que o definia econômica, política e socialmente como inferior e submisso, “viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social”. Nesse processo, a sociedade escravista definiu o negro como raça e ainda demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e de ser tratado, estabelecendo sua posição social inferior.

É importante ressaltar que Souza (1983) compreende raça a partir da noção ideológica, engendrada como critério social afetando a distribuição de posição na estrutura de classes. Segundo a autora, no Brasil, raça sempre foi um critério compartilhado por grupos sociais. É dessa forma que a espoliação social do negro continuou após a Abolição (1888), pois a autora nos mostra que existe “todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros” (SOUZA, 1983, p. 20) que é elaborado visando à manutenção do espaço de participação social do negro, ou seja, delimitando os limites e até mesmo reproduzindo a antiga ordem social, escravocrata.

Conforme Souza (1983) afirma, em sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas, ou seja, cada sujeito se relaciona socialmente a partir da sua cor de pele. É a categoria racial que promove a distribuição dos sujeitos nas diferentes posições na estrutura de classe. Nessa estrutura social, os sujeitos são posicionados conforme a distância entre o padrão racial da classe dominante. Mesmo com a desagregação da sociedade escravocrata, conforme defende Souza (1983), a sociedade capitalista com seu sistema competitivo promove uma ótica deformada das relações sociais, em que o negro se enclausura paradoxalmente na posição de liberto. Isso ocorre de maneira a fazer com que o negro adote o papel do disciplinado, dócil, submisso e útil enquanto o branco se reveste do autoritarismo desempenhando seu papel na dominação.

Segundo nos mostra Souza (1983), o processo da ascensão social do negro brasileiro se inaugura justamente quando o Brasil vive o auge da sua aderência ao modelo capitalista industrial. Isso implica ressaltar, como a autora assim faz, que da mesma forma que a indústria brasileira se erguia em ânimo e potência, o negro escravizado era “arrastado” para os trabalhos no campo. Dessa forma, percebemos que, nesse contexto, para um negro estar na cidade já se constituía como uma teimosia e como um ato de resistência. A permanência do negro na cidade, ingressando no processo de urbanização e de industrialização, o fez vivenciar injunções e consequências.

Conforme Souza (1983, p. 69) defende, foi por meio das ideologias de mobilidade social ascendente e democracia racial que a vida da metrópole, regida pelo sistema competitivo impulsionou a criação de “um conjunto de necessidades, aspirações e insatisfações que incentivaram o negro a lutar, junto com outros setores da sociedade, pela conquista da ascensão social”. Palco deste processo foram as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta última foi escolhida pela autora como foco de suas pesquisas. E a questão que a autora trabalha com maior abrangência é em relação aos conflitos emocionais decorrentes do processo de ascensão social do negro brasileiro por meio de estudos de casos.

Na luta contra a dominação, o negro foi conquistando espaços que o integravam à ordem social e também lhe permitiam sair da marginalidade social a que estava aprisionado. Dessa maneira, a ascensão social representava para o negro, ideologicamente, um instrumento de redenção tanto socioeconômica quanto política. Era a ascensão social que possibilitava tornar o negro um cidadão respeitável e só assim poder participar da comunidade nacional. É por isso que Souza (1983, p. 21) destaca que como naquela sociedade, Brasil do século XIX, “o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os ‘serviços-de-branco’, ser bem tratado era ser tratado como branco”. Toda a força do negro foi concentrada e convertida nessa disposição em tentar ser como o branco, ainda que isso lhe custasse deixar de ser negro, foi a ascensão social a “porta” que o negro encontrou para tornar-se gente.

Nesse cenário, a democracia racial era muito defendida, pois impulsionava o preconceito e mantinha a hegemonia branca nas relações inter-raciais. Uma espécie de reação ao processo de democracia racial que inferiorizava o negro ocorria de maneira a conduzi-lo a avaliações autodepreciativas. Por isso, ao negro foi imposta a necessidade de dar “provas ultraconvincentes de sua capacidade de ser, de pensar e de agir como equivalente moral do branco” (SOUZA, 1983, p. 23). O que resume a história da ascensão social do negro brasileiro, segundo a autora, é o processo de submissão ideológicas de um estoque racial em relação ao outro, resultando em uma identidade renunciada e forçada a apagar-se.

Souza (1983) utiliza o conceito do “mito negro” para designar as contradições que existem em torno das relações sociais em que o negro se empenha. De acordo com a autora, o mito é uma fala, um discurso, seja verbal, seja visual,

[...] que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômico-político-ideológicas e psíquicas. (SOUZA, 1983, p. 25)

Vemos que o mito é um produto resultante de determinação tanto econômicas e políticas quanto ideológicas. É contraditório e convergente, pois ao mesmo tempo que o mito expressa uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação, ele também oculta esses processos. E, como produto psíquico, o mito é resultado do funcionamento de um psiquismo em que predomina a ordem do imaginário. Conforme defende a autora, o mito negro configura-se de forma tridimensionalmente organizada: os componentes que entram no jogo desse mito; o poder que esse mito tem de estruturar um espaço (expectativas e exigências delegadas ao negro); e o desafio que se coloca aos negros que recusam o destino da submissão.

Uma das suas características constitutivas é o rompimento. O mito negro rompe com a identificação e impõe uma marca, a marca do insólito, do diferente. É a partir do mito negro que o sujeito negro pensa que é diferente, inferior e subalterno ao branco. Assim, tanto para afirmar-se quanto para negar-se “o negro toma o branco como marco referencial. A espontaneidade lhe é um direito negado” (SOUZA, 1983, p.27). É muito importante atentarmos para essa questão da marca da diferença, pois conforme afirma a autora, tal marca não incide apenas no comportamento externo do sujeito negro, mas ela é capaz de introjetar-se no universo psíquico do sujeito negro. Isso ocorre quando, ao conviver com outro negro, tal sujeito vivendo no jugo desse mito irá reproduzir o ritual de separação, ou seja, existe uma mudança no comportamento quando esse sujeito está frente ao branco outro quando frente a outro negro.

O mito negro vai reproduzir figuras representativas de um negro que é irracional, feio, ruim, sujo, sensitivo, superpotente e exótico na tentativa de, ideologicamente, “afirmar a linearidade da ‘natureza negra’ enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações” (SOUZA, 1983, p.27-28). Cabe ressaltar que é a autoridade da estética branca que define o que é o belo e qual é a sua contraparte. O lugar de tomada de decisões é ocupado hegemonicamente por brancos. E o que o branco disse foi que o sujo está

associado à cor negra. Assim, Souza (1983, p. 30) afirma que o negro passou a acreditar no mito e “passou a ver-se com os olhos e falar a linguagem do dominador”.

De forma a complementar sua discussão, Souza (1983, p.32) se dispõe a discutir sobre forças estruturantes do psiquismo, o Narcisismo e o Ideal do Ego, são eles que desempenham um papel basilar na construção do negro enquanto sujeito, uma vez que esse sujeito é “sujeitado, identificado e assimilado ao branco”. Segundo a autora, o ser humano precisa de um modelo a partir do qual ele possa se construir, um modelo que recupere o narcisismo original perdido. Esse modelo é o Ideal do Ego, que tem domínio simbólico, pois refere-se à instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à Lei e à Ordem. Souza (1983) defende que o Ideal do Ego é o lugar do discurso. É “a estrutura mediante a qual se produz a conexão da normatividade libidinal com a cultura” (SOUZA, 1983, p.34). Conforme nos mostra a autora, no sistema psíquico, realizar o Ideal do Ego é uma exigência imposta pelo Superego ao Ego, já que a harmonia interna do sujeito é dada pelo nível de aproximação entre o Ego atual e o Ideal do Ego.

Sendo assim, trazemos uma explicação sobre cada uma dessas categorias do universo da psicologia. Conforme explica Lima (2011, p.281) o Ego se desenvolve “a partir da diferenciação das capacidades psíquicas em contato com a realidade exterior. Sua atividade é, em parte, consciente (percepção e processos intelectuais) e, em parte, pré-consciente e também inconsciente”. O Ego se rege pelo princípio da realidade que, por sua vez, é responsável por realizar o “ajustamento” ao contexto das interações. Além disso, essa autora explica que o Ego sofre estímulos tanto da mente quanto da exterioridade. Assim, ele desempenha a função de controle entre as exigências das pulsões, ora interiores, ora exteriores. É o Ego que decide se as pulsões vão ou não serem satisfeitas, atua como mediador entre o Ideal de Ego e o mundo exterior e, ainda, com o Superego, “com as memórias de todo tipo e com as necessidades físicas do corpo” (LIMA, 2011, p.281).

Um ponto importante para destacarmos é que o ego detém um tipo de pensamento que é verbal, que se caracteriza com a lógica e com a objetividade. De maneira bastante dinâmica, o Ego constantemente pressionado pelos desejos emitidos pelo Ideal de Ego, pela repressão do Superego e pelas ameaças do mundo exterior. Percebemos que o ego convive cotidianamente na tentativa de conciliar todas essas pulsões. Lima (2011, p.281) explica que para “Freud, estamos divididos entre o princípio do prazer (que não conhece limites) e o princípio de realidade (que nos impõe limites)”. Assim, em relação à exterioridade, o ego é capaz de armazenar as experiências que acumula a partir de cada estímulo na memória. É capaz, ainda,

de desenvolver maneiras de “produzir modificações convenientes no mundo externo em seu próprio benefício” (LIMA, 2011, p.281).

Já o Ideal de Ego pode ser entendido como um conjunto de conteúdos inconscientes e de natureza pulsional que constrói o polo “psicobiológico da personalidade”¹⁹. De acordo com essa autora, podemos perceber o Ideal de Ego como uma reserva de desejos e impulsos de origem genética que objetivam a preservação e a propagação da vida. O Ideal de Ego coincide com o inconsciente, enquanto instância psíquica. Isso nos permite afirmar que as pulsões do Ideal de Ego são inconscientes, “por um lado hereditários e inatos e, por outro lado, adquiridos e recalçados” (LIMA, 2011, p.281). Segundo a autora, para Freud o Ideal de Ego consiste na fonte de energia psíquica que impulsiona o Ego e Superego. Além disso, Ideal de Ego interage com a exterioridade, uma vez que se rege pelo princípio do prazer e funciona de maneira a descarregar as tensões biológicas a partir de estímulos instintivos.

O Superego, por fim, se desenvolve a partir do Ego, em um movimento de latência que se situa entre a fase infantil e o início da fase adolescente de cada sujeito. Nesse período a personalidade moral e social é formada e o Superego atua como um sensor deliberando as ações positivas e as negativas. Lima (2011, p.281) defende que Freud evidenciou que a consciência moral e constituição de ideias são as funções do Superego e, assim, percebemos que:

Classicamente, o superego constitui-se por interiorização das exigências e das interdições parentais. Num primeiro momento, o superego é representado pela autoridade parental que molda o desenvolvimento infantil, alternando as provas de amor com as punições, geradoras de angústia. Num segundo tempo, quando a criança renuncia à satisfação edípica, as proibições externas são internalizadas. Esse é o momento em que o superego vem substituir a instância parental por intermédio de uma identificação da criança com os pais. Freud salientou que o superego não se constrói segundo o modelo dos pais, mas segundo o que é constituído pelo superego deles. O superego estabelece a censura dos impulsos que a sociedade e a cultura proíbem ao id, impedindo o indivíduo de satisfazer plenamente seus instintos e desejos. É o órgão psíquico da repressão, particularmente a repressão sexual.

Sendo assim, retomando à nossa discussão, vale ressaltarmos que no caso do negro atingido pelos processos ideológicos mencionados anteriormente, o seu Ideal de Ego é branco. Como o sujeito vive imerso em uma ideologia que lhe é imposta pelo branco, ele é obrigado a engajar-se na luta para realizar este modelo. É no contexto familiar o lugar primário onde ocorre a ação constituinte do Ideal do Ego e consecutivamente depois a escola, o trabalho, os espaços de lazer e cotidianos, ocasiões que reforçam o significado e o modelo ideal para o sujeito.

¹⁹ (LIMA, 2011, p.281)

Nos recortes das entrevistas realizadas pela autora que compõem toda a obra, vemos que a autodesvalorização perpassa as experiências vividas pelas pessoas que foram entrevistados por Souza (1983, p. 41), já que nos mostra que elas se demonstram “humilhados, intimidados e decepcionados consigo próprios por não responderem às expectativas que se impõem a si mesmos, por não possuírem um Ideal realizável pelo Ego”. Ao eleger o branco como Ideal do Ego, o negro engendra em si mesmo uma ferida narcísica que é dilacerante. Como condição de cura, é demandado do negro a construção de outro Ideal do Ego, construído através da militância política, que é, segundo a autora, lugar privilegiado de construção transformadora da História.

É interessante atentarmos para o fato de que nessa obra a autora reúne dez casos, ou seja, dez histórias de vidas de negros que compartilham da experiência do processo de ascensão social em uma sociedade multirracial, racista e de hegemonia branca. Além disso, a autora nos faz recordar que, paradoxalmente a essas características da sociedade brasileira, deparamo-nos cotidianamente com a materialização da ideologia da democracia racial que defende uma igualdade que sabemos não existir.

De acordo com Souza (1983), o foco que se teve na história de Luíza se deu pela riqueza ilustrativa em sua narrativa. O eixo central da análise organizou-se em torno do Complexo de Édipo que, segundo a autora, não se reduz à situação real, mas é interessante perceber que, nas pesquisas de Souza (1983), o Complexo de Édipo é visto em suas relações com o processo de produção ideológica, no que tange a seu agenciamento psíquico.

A hipótese sustentada pela autora é relevante, pois ela demonstra em suas análises que o negro tem dificuldade de conquistar uma identidade egossintônica, proveniente dos movimentos de formação de seu Ego, que lhe permitiria se integrar com seu grupo de origem e que o instrumentalizaria para a conquista da ascensão social. Sendo assim, em uma sociedade de classes, como o Brasil, em que os lugares de poder e de tomada de decisão são ocupados majoritariamente por brancos, “o negro que pretende ascender lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos” (SOUZA, 1983, p.73). Isso ocorre porque o negro (in)conscientemente valida, ao decorrer da sua vida, mais precisamente no processo de formação do Édipo, a tentativa de ultrapassar os obstáculos advindos do fato de ter nascido negro. Resulta dessa validação uma identidade que é contraditória, uma identidade que convive no conflito com sua historicidade, pois o negro se vê obrigado a negar o passado, no que se refere à sua tradição e cultura, porque são as características que o afastam do “padrão” e ainda precisa negar o presente, no que tange à experiência da discriminação racial.

Tais aspectos constroem o “cenário” que inaugura o processo de ascensão social do negro brasileiro. É a partir da articulação entre a Teoria do Materialismo Histórico, ou seja, a Teoria da Ideologia com a Psicanálise que Souza (1983) realiza os movimentos de análise que propõe em suas pesquisas sobre esse tema.

Os esforços para cumprir o desejo do outro, o desejo de tornar branco o negro, esforços para alcançar o inalcançável, são as alternativas genéricas dispostas ao negro brasileiro e que, neste trabalho, buscamos evidenciar como esses esforços se materializam nos discursos que se reproduzem na sociedade e se constituem como formas de violência. Violência que perpassa o espaço discursivo, mas que, como Souza (1983) defende, é um processo que toca a psique negra de todo o negro que decide, à revelia da estrutura social, ascender-se socialmente, buscar ocupar um lugar para chamar de seu.

Apesar de constatar ser uma tradição na história do negro brasileiro em ascensão social ter essa identidade tensionada por afetos que impedem a construção de um Ideal do Ego alcançável e dentro de uma estrutura afetiva e positiva, Souza (1983) afirma ser importante a construção de uma nova identidade do negro. Identidade que lhe dê feição própria e que seja fundada a partir de seus interesses. É assim que essa nova identidade possibilitará uma transformação da/na História, transformação essa que precisa perpassar desde o individual até o coletivo, desde o social até o psicológico. Ambos são eixos prejudicados por uma estrutura racista e violenta. Abordaremos mais detidamente a respeito do discurso racista e suas implicações no capítulo a seguir.

5 RACISMO ESTRUTURAL: DO EMBATE SOCIAL À REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA

A partir das discussões que demonstram as dificuldades enfrentadas pelo sujeito negro na sociedade brasileira, entendemos a necessidade de uma reflexão mais aprofundada acerca do racismo que estrutura as relações que se desencadeiam na sociedade reproduzindo os conflitos e impulsionando a violência contra os negros.

Sílvio Almeida, em seu livro “Racismo Estrutural”, traça discussões a partir da Teoria Social. Conforme o autor, para se compreender a sociedade contemporânea é preciso considerar os termos “raça” e “racismo” nas relações que se encaminham entre os sujeitos. De acordo com Almeida (2018, p15) “o racismo é sempre estrutural”, ao passo que “é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. Com essa afirmação, o autor busca evidenciar que é o racismo o responsável por fornecer “o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (ALMEIDA, 2018, p.16). É importante ressaltar a preocupação do autor de mostrar em seu texto que as expressões do racismo provêm de relações profundas que partem de fatores econômicos e políticos. Sendo assim, a discussão proposta por Almeida (2018) é necessária e urgente.

Na reflexão proposta acerca do termo “raça”, Almeida (2018) defende que esse termo não é fixo, pois por trás do termo, processam-se conflitos, decisões e poderes. Essa instabilidade entre os sentidos do termo “raça” torna-o um conceito dependente das relações históricas que se desencadeiam no decorrer dos tempos. Almeida (2018) afirma que foram as circunstâncias históricas presentes no século XVI que colaboraram para o surgimento de um sentido mais específico para o termo “raça”. Dessa maneira, a partir do contexto de expansão do comércio burguês e da cultura renascentista que, de acordo com esse autor, formou-se o ideário do homem universal. O europeu era o que ocupava esse lugar e, assim, “todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus (...) [eram reconhecidos como] variações menos evoluídas” (ALMEIDA, 2018, p.20).

Com isso, surgiu na sociedade as formas de comparação entre os que estavam mais próximos e os que estavam mais distantes do ideário cultivado nesse período histórico. A categorização se dividia em o civilizado de um lado e o selvagem de outro. Almeida (2018) explica que foi assim que o conceito de raça ficou mais relevante, principalmente, para que os processos de colonialismo e para que a escravidão pudesse continuar avançando. A classificação dos seres humanos colaborava para legitimar o poder de uma classe em detrimento

de outra e, assim, a destruição de povos era legitimada pela classificação de “selvagens” que recebiam.

Almeida (2018, p.23) afirma que, no século XIX, as indagações sobre as diferenças humanas deram lugar para as contribuições das diversas áreas do conhecimento, em que a “biologia e a física serviram como modelos explicativos da diversidade humana”, a fim de explicar as diferenças que se estendem entre as características morais, psicológicas e intelectuais. Assim, conforme o tom de pele se distanciava do tom branco, maior era a associação aos comportamentos imorais, violentos, lascivos e também era sinônimo de falta de inteligência. Surgiu desse entendimento a propagação do alerta da mistura de raças como prejuízo e atraso social. A diferença, a separação e a inferioridade crescem e se infiltram na sociedade moderna a partir desse período histórico.

Com o início do século XX, Almeida (2018, p.24) mostra que a antropologia se esforçou em evidenciar “a autonomia das culturas e a inexistência de determinações biológicas ou culturais capazes de hierarquizar a moral, a cultura, a religião e os sistemas políticos”. Entendemos, dessa maneira, que raça se constitui como um elemento “essencialmente político”. O espaço discursivo e todos os sentidos que foram evocados e que emergiram durante todo esse processo histórico de definição do termo “raça” revela que a memória é capaz de resgatar muitas dessas construções discursivas racistas que inferiorizaram os povos não brancos. Para Almeida (2018, p.24), a noção de raça “ainda é um fato político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

É preciso compreender, conforme explica Almeida (2018, p.25), que o racismo se difere do preconceito racial – “juízo baseado em estereótipos” – e da discriminação racial – “tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”. A diferenciação ocorre, pois, o racismo se materializa de forma sistêmica. O racismo é “um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2018, p.26). Para o autor, o racismo pode ser classificado a partir de três concepções: a individualista, considerando a relação estabelecida com a subjetividade, a institucional, considerando a relação estabelecida com o Estado e a estrutural, considerando a relação estabelecida com a economia.

A concepção individualista, conforme explica Almeida (2018), entende o racismo como uma forma de patologia e sinônimo da irracionalidade. De acordo com essa perspectiva, não existiria uma sociedade considerada racista, mas sim indivíduos racistas. Almeida (2018, p.28) aponta que essa concepção é frágil e limitada, pois gera uma “obsessão pela legalidade”.

A concepção institucional considera que o racismo não se resume a comportamentos individuais, sendo, dessa forma, resultado das relações que se empreendem a partir do funcionamento das instituições sociais. De acordo com Almeida (2018), cada instituição se orienta visando uma série de comportamentos previsíveis em relação a ação social que promove. Por isso, o autor defende que as instituições têm a capacidade de moldar “o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências” (ALMEIDA, 2018, p.30). É importante ressaltarmos que, ao mesmo tempo em que as instituições moldam os comportamentos humanos, também “são atravessadas por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle” (ALMEIDA, 2018, p.30) dentro do seu espaço. Tal aspecto colabora para afirmar a existência do racismo institucional, ao passo que, segundo Almeida (2018, p.30), cada instituição se utiliza de seus mecanismos “para impor seus interesses políticos e econômicos”, causando a desigualdade racial.

Conforme defende Almeida (2018), o racismo é dominação e ocorre com o estabelecimento de parâmetros que buscam a hegemonia racial do grupo que ocupa as posições de poder dentro de cada instituição. Assim, de forma direta e também indireta vão sendo trabalhadas regras e padrões que cristalizam o posicionamento dentro desses espaços. Essas regras se baseiam no caráter racial e dificultam a ascensão dos negros, ao mesmo tempo em que silencia o debate acerca de questões que tangem a desigualdade sofrida pelo povo negro nas instituições sociais. Almeida (2018, p.34) colabora para a nossa percepção de que “o racismo é um dos modos pelo qual o Estado e as demais instituições estendem o seu poder por toda a sociedade”. Dessa forma, o racismo institucional contribui para a reprodução dos sentidos evocados pelo colonialismo, ao passo que as relações de dominador e dominado continuam presentes, mas agora a partir da categoria da raça.

O autor considera que a ação de cada indivíduo é orientada através dos elementos que compõem a estrutura social de uma sociedade. O racismo, por sua vez, para além da patologia e do desarranjo social, é estrutural, pois é preciso considerar a “reprodução sistêmica de práticas racistas (...) na organização política, econômica e jurídica da sociedade” (ALMEIDA, 2018, p.39). Entretanto, ele adverte que o termo “estrutural” não pode ser entendido como uma rigidez, já que o racismo não é “uma condição incontornável”. (ALMEIDA, 2018, p.35). Isso reforça a compreensão da necessidade de incorporação de políticas antirracistas e não invalida a responsabilização individual frente à reprodução racista.

O racismo, conforme nos mostra Almeida (2018, p.35), “se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” e, assim, o reconhecemos a partir de seu

aspecto histórico, social e político. Sua presença se marca na sociedade a partir de conflitos e antagonismos. Enquanto processo político, Almeida (2018, p.41) aponta para o “processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade”, ou seja, existe a imposição de desvantagens sociais a membros de grupos minoritários. E, enquanto processo histórico, o racismo está relacionado “às peculiaridades de cada formação social” (ALMEIDA, 2018, p.42). Podemos perceber que as manifestações do racismo ocorrem de forma circunstancial e específica, ajustadas às transformações sociais que vão surgindo no decorrer dos tempos. É através do processo histórico que as características biológicas e culturais significam. Por isso, é importante entender que esse aspecto afeta diretamente na formação de hierarquias raciais, uma vez que são formadas a partir das classificações sociais que se formam historicamente. Tanto os processos políticos, quanto os processos históricos contribuem para o exercício do poder: a reprodução da cultura da classe que se impõe como dominante.

A manifestação estrutural do racismo se desdobra em quatro elementos, sendo eles: a ideologia, a política, o direito e a economia. E, apesar da complexidade que envolve a reprodução do racismo na sociedade, o autor propõe uma reflexão importante a partir de cada um desses elementos. Almeida (2018, p.48) parte da afirmação de que as “pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificados e, conseqüentemente, mal remunerados”. O motivo que explica essa desigualdade racial é que a inferiorização do negro ocorre ao passo que se instaura um processo de constituição de subjetividades a fim de “produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação ‘racional’ para a desigualdade racial” (ALMEIDA, 2018, p.49).

Almeida (2019, p.50) defende que “o racismo como ideologia molda o inconsciente”. Dessa forma, é o racismo que propõe a percepção sobre raça nas interações empreendidas entre os sujeitos na sociedade. Para o autor, o “racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2018, p.51). Isso nos leva a entender que a ideologia “é, antes de tudo, uma prática” (ALMEIDA, 2018, p.52). Assim, ao mesmo tempo que temos a representação do negro como um criminoso, temos também um sistema judiciário seletivo que sustenta, por sua vez, essa representação. Da mesma forma, ocorre com as mulheres negras que são representadas como incapazes a partir do sistema econômico, político e jurídico que possibilita a imposição dessa subalternidade.

Os negros, segundo Almeida (2018, p.53), também “podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas”. Isso ocorre a partir da submissão às pressões que se formam na estrutura social racista, promovendo a internalização

da “ideia de uma sociedade dividida entre negros e brancos, em que brancos mandam e negros obedecem” (ALMEIDA, 2018, p.53). O autor defende que é somente com o exercício da reflexão crítica que o sujeito consegue entender a sua relação com o mundo, a sua posição na sociedade.

Para além disso, Almeida (2018) aponta para o fato de que as técnicas de exploração econômica colaboram para a evolução da violência e da opressão contra os negros, ao passo que o próprio sistema capitalista passa a colaborar para o fortalecimento das reproduções racistas. Nesse sentido, o autor cita Fanon²⁰, explicando que a “perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo, das formas de racismo”. O movimento que ocorre, então, de acordo com Almeida (2018), é o de “domesticação” das culturas e dos corpos. É devido à incerteza que reveste essa domesticação proveniente do racismo que as interações sociais podem “a qualquer momento, descambar para a violência explícita, a tortura e o extermínio” dos negros (ALMEIDA, 2018, p.56). O racismo colabora, então, para o controle social dos corpos. Almeida (2018, p.56) afirma que esse processo de domesticação trabalha no seguinte viés: ao “invés de destruir a cultura é mais inteligente determinar qual o seu valor e seu significado”. Por isso, os corpos negros recebem rótulo de exotismo, tornam-se mercadoria e tema do cinema e da música, por exemplo, mas como forma de apropriação a fim de manter o controle do que é reproduzido. Assim, a violência e a desigualdade ficam maquiadas com propósito de silenciar as lutas antirracistas.

Almeida (2018, p.58) defende o ponto de vista de que não há “uma essência branca impressa na alma de indivíduos de pele clara que os levaria a arquitetar sistemas de dominação racial”. Segundo o autor, essa é uma maneira simplista de entender a reprodução do racismo, pois é necessária a compreensão de qual circunstância a dominação racial ocorre. Em relação à supremacia branca, o autor afirma que a branquitude é uma posição ocupada por sujeitos que desfrutam dela por privilégios em relação “ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantém e são preservados na contemporaneidade”²¹. Por isso, entendemos que a supremacia branca, ou seja, a dominação racial não é uma dominação apenas pela força bruta, mas também pela ação da ideologia, que Almeida (2018, p.58) denomina de “consensos ideológicos”.

Dessa forma, o autor afirma que existe uma construção social que possibilita ao branco exercer a dominação sobre o negro. Essa construção social compartilha do silêncio, da omissão

²⁰ FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Lisboa, Portuga: Livraria Sá da Costa, 1980, p.36 citado por ALMEIDA, 2018, p.56

²¹ (SCHUCMAN, Lia Vainer. 2015 citado por ALMEIDA, 2018, p. 58)

e da desigualdade racial, privilegiando o branco. Almeida (2018, p.60) defende que assim “como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele, que fazem de alguém negro”. Cabe atentarmos para o fato de que o branco tende a postura de oposição em relação aos movimentos de integração social dos negros e isso ocorre de forma “consciente ou inconscientemente exercendo-o [o poder] em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeito específicos e locais de desigualdades raciais”²².

Existe ainda outra questão que colabora para o crescimento da desigualdade racial: o discurso da meritocracia. Por se manifestar a partir de mecanismos institucionais, principalmente nos processos seletivos de universidades e concursos públicos, percebemos que existe um perfil racial que se destaca nessas ocasiões. Ao associar competência e mérito à raça branca, cria-se um imaginário social que tenta padronizar esse perfil como o melhor. E, assim, o discurso da meritocracia se reproduz entre os padrões culturais e estéticos e até mesmo entre o próprio sistema carcerário, resultando em um “controle racial da pobreza” (ALMEIDA, 2018, p.63), reforçando a dominação da classe dominante, branca e racista. É por isso que, no Brasil, a negação do racismo e o levante da bandeira da democracia racial são tão fortes, “sustentam-se pelo discurso da meritocracia” (ALMEIDA, 2018, p.63). De acordo com o autor, os sujeitos que reproduzem o discurso da meritocracia estão conformados ideologicamente com a desigualdade racial.

Sendo assim, precisamos perceber que o Estado tem ligação direta com a reprodução do racismo. Segundo Almeida (2018, p.74), em “uma sociedade dividida em classes e grupos sociais, o Estado aparece como a unidade possível, em uma vinculação que se vale de mecanismos repressivos e material-ideológicos”. A violência física também ganha espaço nesse contexto de contradições e conflitos. É por isso que o discurso ideológico da meritocracia se reproduz, focando no sucesso individual e no racismo, de forma a “naturalizar” a desigualdade, conforme explica o autor.

Para além disso, Almeida (2018) discute acerca do processo de formação das hierarquias sociais, mostrando que as categorias de raça e de gênero é que são as responsáveis por sustentar essa reprodução das diferenças entre a sociedade. Isso reflete na distribuição dos corpos na sociedade, uma vez que o racismo dita uma “ordem disciplinar”²³, criando um padrão de vida social aceitável e formando papéis cristalizados no interior das instituições sociais. A representatividade das minorias, por sua vez, pode “propiciar a abertura de um espaço político

²² (SCHUCMAN, Lia Vainer. 2015 citado por ALMEIDA, 2018 p. 59)

²³ (GILROY, Paul. 2012 citado por ALMEIDA, 2018, p. 78)

para que as reivindicações possam ser repercutidas” e, ainda, “desmantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade” (ALMEIDA, 2019, p.84). Enquanto a representatividade se move em um plano institucional, o racismo se reproduz no plano estrutural. Por isso, “a representatividade exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder” (ALMEIDA, 2019, p. 86).

Almeida (2019, p.88) dialoga com Foucault²⁴ ao afirmar que o racismo é o “mecanismo fundamental do poder do Estado”. Dessa forma, o racismo tem duas funções que se ligam ao poder exercido pelo Estado: a divisão biológica dos sujeitos que vivem em sociedade, formando, assim, as hierarquias que demarcam a superioridade e a inferioridade e as classificações de raças; o estabelecimento de uma relação positiva em relação à morte do outro, uma vez que a morte de um sujeito negro simboliza o desimpedimento do desenvolvimento da espécie, reforçando o ideário de “raça ruim”. Por isso, o racismo se torna a tecnologia que possibilita o exercício do poder e soberania do Estado.

Os movimentos sociais que ocorrem no decorrer dos anos no Brasil impulsionaram, de acordo com Almeida (2019), a construção dos direitos fundamentais previstos na Constituição de 1988 assim como nas leis antirracistas e de cotas raciais nas universidades e no serviço público. Mas o autor reforça que o destino das políticas de combate ao racismo encontra-se atrelado aos rumos políticos e econômicos da sociedade.

Observando as relações entre raça e economia, Almeida (2019) destaca que a desigualdade evidenciada na sociedade pode ser expressa por meio de dados estatísticos, mas a sua explicação ocorre quando conseguimos compreender a sociedade e os conflitos que ocorrem em seu interior. A raça é um determinante da desigualdade econômica vivenciada em sociedades racistas, dessa forma:

[...] se as pessoas negras são discriminadas na educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir trabalho. A educação precária também leva à desinformação quanto aos cuidados que se deve ter com a saúde. O resultado é que com menos dinheiro e menos informação (...) a população negra terá maiores dificuldades não apenas para conseguir trabalho, mas para nele se manter. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas, tais como a esdrúxula ideia de que negros tem pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito fechado em que a discriminação gera ainda mais discriminação” (MYRDAL, 1994 citado por ALMEIDA, 2019, p.123).

²⁴ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2010. P.68-69

Podemos perceber, como no recorte acima, que os sujeitos negros enfrentam maiores dificuldades desde a sua inserção na educação e conseqüentemente poderão ter possibilidades reduzidas no mercado de trabalho. Então, percebemos que essa forma cíclica da discriminação revela o caráter estrutura do racismo, ao passo que demonstra, sobretudo, a reprodução discursiva do racismo a partir da retomada de uma memória discursiva que cristalizou um padrão e uma posição social “garantida” ao negro. Por isso reconhecemos a ação do discurso racista na reprodução da discriminação do negro, impedindo um movimento pleno de integração social.

A dificuldade enfrentada pelo negro é potencializada quando observamos as estratégias do sistema capitalista. Almeida (2019, p.131) defende que a troca mercantil, processo pelo qual as mercadorias e os serviços são comercializados por meio de relações de troca, “não é um dado natural, mas uma construção histórica”, ou seja, existe intervenção estatal. E, para além disso, no capitalismo, “os indivíduos precisam ser formados, subjetivamente constituídos, para reproduzir em seus atos concretos as relações sociais, cuja forma básica é a troca mercantil” (ALMEIDA, 2019, p.132). Esse processo resulta na necessidade de o indivíduo naturalizar a sua condição social, bem como seu pertencimento a uma determinada classe e grupo. Conforme explica o autor, é nesse reconhecimento da condição social que são incorporados os preconceitos e a discriminação que ocorre não de forma espontânea, mas por meio dos meios de comunicação de massa e os sistemas de educação “que funcionam justamente produzindo subjetividades culturalmente adaptadas em seu interior” (ALMEIDA, 2019, p. 132). Isso é o que justifica o fato de negros e mulheres serem remunerados com os piores salários ainda ser considerado um aspecto cultural.

Conforme Paixão²⁵, no Brasil a discriminação atua, no plano econômico, diferenciando as probabilidades de acesso aos ativos econômicos e mecanismos que favorecem à mobilidade social ascendente, tais como: emprego, crédito, propriedades, educação formal, acesso às universidades e qualificação profissional. No plano dos direitos sociais, a discriminação atua dificultando o acesso à justiça e à proteção policial contra a violência. E, no plano legal, a discriminação é expressa institucionalmente, ao passo que se integra às leis. O racismo, dessa maneira, se manifesta tanto de forma objetiva, estabelecendo privilégios para o grupo social dominante, quanto de forma subjetiva, legitimando a desigualdade e a alienação para a estabilidade do sistema capitalista. O racismo, conclui Almeida (2018, p.135):

²⁵ (PAIXÃO, Marcelo et al., 2011 citado por Almeida, 2018, p.133)

[...] faz com que a pobreza seja ideologicamente incorporada quase que como um (*sic*) condição ‘biológica’ de negros e indígenas, naturalizando a inserção no mercado de trabalho de grande parte das pessoas identificadas como estes grupos sociais com salários menores e condições de trabalho precárias.

Assim, o autor caracteriza de superexploração as ações do racismo que compartilha da expansão colonial e da vivência dos processos de acumulação primitiva de capital que cooperam para o sistema capitalista. A superexploração ocorre quando o pagamento de remuneração é abaixo do valor necessário para repor a força gasta no trabalho. A superexploração ocorre quando o(a) trabalhador(a) não consegue sustentar a família com o salário, mesmo trabalhando um número de horas excessivas. A pobreza, dessa forma, concentra-se nessa classe que é inferiorizada.

Almeida (2018), citando Marx, destaca ainda uma característica importante para a compreensão da influência do capitalismo no modo de vida da sociedade com implicações individuais e coletivas. As relações de produção capitalista se desdobram em duas formas: uma delas acontece quando o trabalhador faz do ambiente da fábrica a sua própria oficina e tem determinada autonomia no processo das técnicas que desenvolve, esse processo é denominado de subsunção formal. A outra forma, denominada subsunção real, corresponde ao controle total da produção pelo capital e, nesse caso, o trabalhador perde a pessoalidade e a individualidade no processo produtivo por conta da automação e da tecnologia. Essa forma torna os trabalhadores facilmente substituíveis porque o trabalho passa a não depender de suas técnicas. Sendo assim, a subsunção real “implica uma transformação da individualidade humana que se estende desde a educação da força de trabalho até a formação de uma ideologia dominante suscetível de ser adotada pelos próprios dominados” (BALIBAR, 2011 citado por ALMEIDA, 2018, p.137).

O capitalismo torna a sociedade vulnerável a um discurso dominante que comercializa conflitos entre os trabalhadores, ao passo que “dividem espaço e concorrem entre si trabalhadores assalariados bem pagos, mal pagos, muitíssimo mal pagos, escravizados, grandes, médios e pequenos empresários” (ALMEIDA, 2018, p. 138). De acordo com o autor, da mesma forma que o capitalismo promove essa confusão e que gera a escravidão domesticada, o racismo “não é um fenômeno uniforme e que pode ser entendido de maneira puramente conceitual e lógica” (ALMEIDA, 2018, p. 138). Por isso, a discussão sobre o racismo é extensa, visto a sua complexidade e “as circunstâncias específicas da formação social de cada Estado” (ALMEIDA, 2018, p. 138). O racismo constrói os seus sentidos em relação com a história.

Vale ressaltarmos que o racismo não afeta a sociedade em suas relações exteriores apenas, mas afeta principalmente a sua configuração interna, ao passo que, como Almeida

(2018, p.140) afirma, estipula “padrões hierárquicos, naturalizando formas históricas de dominação e justificando a intervenção estatal sobre grupos sociais discriminados”. No Brasil, é a ideologia da democracia racial que promove essas ações, pois reforça constantemente que a miscigenação é uma característica da identidade nacional. Tal reforço é muito presente de forma que:

[...] a ideologia da democracia racial se instalou de maneira muito forte no imaginário social brasileiro, de tal modo a ser incorporada como um dos aspectos centrais da interpretação do Brasil, das mais diversas formas e pelas mais distintas correntes políticas (ALMEIDA, 2018, p. 140)

A democracia racial é complexa porque envolve a construção da identidade brasileira e, ainda, como aponta o autor, coincide com a adaptação da sociedade brasileira com o sistema capitalista. Então, é por isso que a reprodução do racismo é latente, já que a ideologia da democracia racial “produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro” (ALMEIDA, 2018, p.141).

Portanto, o racismo não é estranho à formação social do capitalismo, “mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas” (ALMEIDA, 2018, p.141). O que existe é uma espécie de jogo que combina o uso da força de trabalho e a reprodução da ideologia com intuito de “realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato” (ALMEIDA, 2018, p.142). E o racismo torna-se peça fundamental nesse jogo cobrindo a discriminação e o preconceito racial com as “cortinas” da democracia racial que impõe o efeito de normalidade frente a inferiorização dos negros na sociedade brasileira. É, pois, por isso, que o autor defende que o racismo retira do trabalhador:

[...] qualquer relevância enquanto indivíduo. (...) A forma com que o trabalhador será tratado, o que é justo ou não, e até onde pode ir com suas reivindicações, vai depender única e exclusivamente das determinações da produção capitalista e da replicação da forma-valor. Assim é que o racismo se conecta a subsunção real do trabalho ao capital, vez que a identidade será definida segundo os padrões do funcionamento da produção capitalista. (ALMEIDA, 2018, p.142)

Não podemos desconsiderar o passado de escravidão do Brasil. A relação entre escravidão e racismo consiste em entender as marcas deixadas pelo colonialismo. Mas devido a sua forte ligação com o capitalismo, o racismo é “uma excelente tecnologia de controle social” (ALMEIDA, 2018, p. 144). Por isso a divisão de classes e de grupos é uma realidade no capitalismo fortalecida pelo racismo.

Observando, então, as condições estruturais do capitalismo, Almeida (2018), citando Althusser (2015), defende que raça e classe são categorias socialmente sobredeterminadas, ao passo que são os sujeitos que estão na base da pirâmide social é que desempenham funções essenciais, mas não são remunerados conforme as tarefas que executam. Um exemplo elencado pelo autor é a situação das mulheres negras que recebem os salários mais baixos mesmo exercendo funções essenciais, tais como babás e empregadas domésticas. Dessa forma, precisamos considerar que os movimentos de integração do negro na sociedade desconsideraram as desigualdades sociais, econômica e étnicas que se envolvem nesse processo. E, assim, o negro

[...] foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultura e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultura, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas oprimidas, exploradas e subalternizadas (MOURA, 2014 citado por ALMEIDA, 2018, p.146).

Dessa forma, entendemos que o racismo ainda é um fator de divisão da sociedade, ao passo que aprisiona os negros em posições de submissão sócio-econômico-político e racial, somando-se ao sistema capitalista que reforça ainda mais a subalternidade imposta aos negros. A raça funciona como um marcador de controle social.

Entretanto, Almeida (2018) faz um apontamento importante que nos traz mais um elemento para a nossa reflexão. Pautando-se nas contribuições de Hall (1978), o autor explica que a reivindicação da identidade das minorias, realizada nos movimentos antirracistas, foi “capturada” pelos racistas de forma que tal reivindicação foi desconectada das questões estruturais e traçaram posicionamentos tratando a raça sem a classe. Nesse viés, a questão racial é vista como moralismo e não como luta social. Frente a essas questões de desigualdade racial e social, o autor afirma que o processo de industrialização que ocorreu no Brasil não foi capaz de promover uma verdadeira distribuição de renda. Conforme Almeida (2018, p.150-151), o país “não experimentou o desenvolvimento ao longo de sua história, mas somente o crescimento econômico [...] [resultando na] ocultação dos conflitos sociais, inclusive os de natureza racial”. Por isso, entendemos que o racismo não pode ser evitado com a modernização, pois, muito pelo contrário, a própria modernização reforça a reprodução do racismo. No Brasil, o desenvolvimento capitalista impulsiona o levante da bandeira da democracia racial como forma de controle social, já que, assim, nega-se o racismo e desviam-se as responsabilidades políticas sobre o movimento de integração do negro na sociedade brasileira. É o silenciamento das lutas

antirracistas, reproduzindo um posicionamento acrítico frente a discussão sobre raça e desigualdade social.

Em suma, entendemos que a participação do Estado é indispensável para a reprodução do racismo, pois, como processo de discriminação, precisa das condições sócio-políticas, colaborando para a naturalização da desigualdade racial, social, política e econômica imposta ao negro. Almeida (2018, p.161) conclui que, do ponto de vista ideológico, torna-se necessária a reprodução do discurso ideológico do empreendedorismo, da meritocracia, da liberdade econômica a fim de naturalizar “a figura do inimigo, do bandido que ameaça a integração social, distraindo a sociedade que, amedrontada pelos programas policiais e pelo noticiário, aceita a intervenção repressiva do Estado em nome da segurança”. Os negros como não são integrados ao mercado “serão vitimados por fome, epidemias ou pela eliminação física promovida direta ou indiretamente (...) pelo Estado” (ALMEIDA, 2018, p.162). A estrutura do racismo prega a normalidade das desigualdades, por isso se reproduz de forma complexa e difusa. Por isso, no tópico a seguir, reunimos um breve levantamento de contribuições e algumas das pesquisas já realizadas acerca do tema que envolve a questão racial e o ambiente acadêmico. Assim, podemos observar a importância e necessidade de aprofundamentos de reflexões sobre os efeitos do racismo na vida dos sujeitos negros, principalmente, quando decidem ascender-se socialmente.

5.1 Racismo no espaço acadêmico

Dessa forma, como podemos perceber, o racismo se instaurou de forma profunda e complexa na sociedade brasileira. No ambiente acadêmico, o discurso racista se reproduz na medida em que os sujeitos pautam seus posicionamentos na hierarquia racial construída pela ideologia racista. Desde as atividades da graduação até a pós-graduação, existem relatos da reprodução do discurso racista que silenciam, afastam e negam a presença e a participação ativa e autônoma dos negros na rotina acadêmica. O silêncio, a diferença e a exclusão marcam as relações empreendidas entre os discentes brancos e não brancos.

Embora exista a lei de cotas que possibilita diminuir, em partes, a distância estabelecida pela estrutura racista que constitui a sociedade brasileira, dentro do espaço acadêmico, a competição racial ainda é uma realidade por vezes velada e outras vezes de forma mais explícita, mas ambas são tratadas de forma isoladas e acabam não se tornando pauta de discussão e debate social.

Alguns trabalhos já apresentam discussões acerca da questão racial no espaço acadêmico a partir de diversas áreas do conhecimento. Entre eles está o trabalho de Viana (2021)²⁶ que realiza a análise de trabalhos de conclusão de curso na área de Serviço Social discutindo sobre os limites e as dificuldades que se apresentam diante das discussões a respeito do tema racial. Após verificar que a quantidade de trabalhos nesse tema é limitada, Viana (2021, p.92) conclui que “existem inúmeras lacunas sobre debates racializados no processo de formação que impacta no âmbito da intervenção e também atuação profissional” do agente social. A principal justificativa apontada pela autora consiste na própria constituição da grade curricular do curso de Serviço Social nas universidades analisadas em sua pesquisa. Por ser um profissional que trabalha diretamente com a sociedade, atendendo as mais diferentes demandas, a autora mostra que existe essa lacuna no processo de formação desses profissionais, uma vez que a grade curricular do curso não oferta disciplinas obrigatórias sobre o tema racial, restando somente o espaço das disciplinas eletivas para essa discussão que, por sua vez, faz parte do cotidiano social brasileiro.

Viana (2021, p.93) aponta para “o silêncio na formação profissional, que visivelmente é percebido pelas diretrizes curriculares”, comprovando, dessa forma, a necessidade da “construção efetiva do debate acerca da questão étnico-racial” (VIANA, 2021, p.94). A falta do debate e do espaço de reflexão sobre os fatores que posicionam os sujeitos na sociedade brasileira tanto social quanto racialmente, contribui para o reforço de imagens cristalizadas sobre raça e distribuição social e ainda contribui também para a reprodução do discurso racista, visto que a ausência do debate fortalece a ideologia dominante. Sendo assim, percebemos que a formação do agente social é um dos exemplos do que acontece nos processos de formação acadêmica das mais variadas profissões. Após análises, Viana (2021, p.96) afirma que “existe racismo institucional dentro das instituições e que um dos fatores que contribui para isso é o racismo estrutural”. E, assim, a autora reconhece que “estudar as relações étnico raciais é um caminho que possibilita analisar de forma mais profunda o imbricamento da estrutura racista-capitalista presente na sociedade” (VIANA, 2021, p.97).

Outro trabalho que também se dedica nessa discussão é o de Valério e col. (2021) que traça uma análise sobre os impactos do racismo na participação social de estudantes negras na universidade. Os pesquisadores analisaram dados colhidos a partir de entrevista com seis discentes negras de cursos na área da saúde. E, assim, buscaram analisar as dificuldades relacionadas ao acesso e à permanência na universidade, as expressões do racismo no cotidiano

²⁶ Racismo no mundo acadêmico: é um tema para se discutir na universidade? (UFOP, 2021)

universitário e as possíveis estratégias de enfrentamento ao racismo compartilhadas pelas discentes.

Valério e col. (2021, p.16) atestam que, embora a última década seja marcada pelo “aumento significativo na presença e visibilidade de mulheres negras em espaços que, por muito tempo, foram tidos como inalcançáveis [...], [a Universidade ainda se mantém como uma] instituição elitista e segregadora”. Sendo assim, essa pesquisa demonstrou que “todas as estudantes [entrevistadas] vivenciaram ou presenciaram alguma situação de preconceito ou discriminação no âmbito universitário, somadas ao sexismo e classicismo” (VALÉRIO, 2021, p.16).

O principal impacto sofrido pelas discentes negras é o de ter que potencializar os esforços para cumprir as exigências que lhes são impostas devido às barreiras discursivas que se formam em relação à presença e permanência delas no espaço acadêmico, ao passo que se exigem “dessas estudantes esforços múltiplos, na condição de mulheres negras, para saírem da invisibilidade social em que foram colocadas” (VALÉRIO, 2021, p.16).

E, como forma de enfrentamento, Valério e col. (2021, p.13) reafirmam a importância da construção de “uma identidade centrada em valores positivos, reorganizando [dessa forma, a] condição de mulher negra na sociedade”. Esse modo de enfrentamento proporciona ao negro a oportunidade de adquirir a consciência de seu pertencimento à cultura negra e dos efeitos do racismo em sua vida, até mesmo em sua formação acadêmica, uma vez que “o silenciamento reforça a ideia de não pertencimento das mulheres negras no ambiente acadêmico” (VALÉRIO, 2021, p.110).

Já no trabalho intitulado “Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário”, os autores Figueiredo e Grosfoguel (2009), da área da Sociologia, refletem sobre alguns dos efeitos que a iniciativa de cotas raciais dentro da universidade promove em relação ao ingresso e permanência dos discentes negros. Segundo a pesquisa dos autores, a “pirâmide social, como é descrita a estrutura da sociedade brasileira, expressa muito bem a manutenção das hierarquias raciais existentes desde o período escravista no sistema de seleção dentro da academia”²⁷. Por isso, podemos compreender que desde a colonização os negros “mantiveram-se nas posições mais baixas e mais exploradas da sociedade”²⁸. Ainda existem debates em relação a necessidade ou não das cotas nos processos seletivos entre as universidades do país. Após pesquisa, os autores concluem que:

²⁷ Figueiredo e Grosfoguel, 2009, p. 224

²⁸ Figueiredo e Grosfoguel, 2009, p. 224

(...) a reação negativa de intelectuais e acadêmicos brancos e mestiços claros, de esquerda e de direita, com relação às políticas de cotas: todos parecem preocupados com a possibilidade de criarmos um Brasil racializado, destruindo, assim, o nosso tão caro discurso da mestiçagem (FIGUEIREDO e GROSGOUEL, 2009, p. 225)

Assim, percebemos que a preocupação, conforme destacada pelos autores, de perder o título de “Brasil mestiço” é efeito que parte da reprodução do discurso da classe dominante, uma vez que a ideia de mestiçagem colabora para concentração de poder nessa mesma classe, branca e racista. A preocupação com as cotas é uma fragilidade branca, como veremos nas discussões propostas mais adiante. Sendo assim, Figueiredo e Grosfoguel (2009, p.225) também afirmam que “evocar o discurso da mestiçagem tem sido uma estratégia utilizada pelos autores brancos entre si”.

Como resultado desse processo intitulado de “racismo à brasileira”, os autores defendem que nos “exemplos de prática sistemática da exclusão de professores negros das universidades públicas brasileiras, há uma enorme dificuldade de entender tal atuação como reflexo, como prática resultante de uma cultura racista” (FIGUEIREDO e GROSGOUEL, 2009, p. 231). Tal fato revela a complexidade que envolve a reprodução do discurso racista dentro do ambiente acadêmico, pois apesar de profundo ele se reproduz de forma bastante sutil.

Bujato e Souza (2020, p.221) em seu trabalho desenvolvido na área de Administração, intitulado “O contexto universitário enquanto mundo de trabalho segundo docentes negros: diferentes expressões de racismo e como elas acontecem”, partem da afirmação do IPEA²⁹ (2017) de que “há uma discrepância que coloca homens brancos no topo da pirâmide e mulheres negras em sua base”. A pesquisa realizada pelos autores buscou compreender, a partir da vivência de docentes negros, como ocorrem os comportamentos racistas e as suas diferentes expressões no contexto universitário.

Na discussão acerca das relações que se estabelecem com a mulher negra no mercado de trabalho, Beatriz Nascimento (2021) afirma que a situação vivenciada pela mulher negra aponta para fatores sócio-históricos que sustentam a construção da sociedade brasileira. Segundo a autora, a larga hierarquia que se estendeu durante a colonização serviu para construir papéis sociais diversos, mas que funcionam conforme a estrutura racista que rege a sociedade brasileira. Os senhores das terras, os homens brancos, ocuparam o polo da hierarquia que obtém o poder econômico e político. Inversamente, o outro polo foi ocupado pelos escravos que detinham de força de trabalho. A mulher branca ocupava o papel de esposa e de mãe. E a mulher

²⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

negra passou a ocupar o papel de produtora e reprodutora. Existem, dessa forma, “diferenças de papéis atribuídos aos diversos grupos da sociedade” (NASCIMENTO, B., 2021, p.48).

Como sabemos que o critério racial é um dos mecanismos de organização social, entendemos que a população negra foi destinada à ocupação de lugares marginais por não satisfazer o padrão consumido pela classe dominante, o tom de pele claro e traços europeus. Foi a discriminação, maquiada de democracia social, o motor dessa desigualdade social. A mulher negra, por sua vez, recebe uma carga dupla, pois a herança escravocrata a posiciona como trabalhadora tanto pela posição social, quanto pela posição racial. Então, se “a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, isso se deve tanto ao fato de ela ser uma mulher de raça negra quanto a terem sido escravos seus antepassados” (NASCIMENTO, B., 2021, p.49).

Esses dados são comprovados conforme pesquisas realizadas pelo IPEA (2011):

Figura 2 – Renda média da população, segundo sexo e raça/cor. Brasil, 2009



Fonte: Retrato das desigualdades de gênero e raça – 4ª edição

Como aponta a autora, a educação consiste no fator que possibilita a ascensão social, mas é a mulher branca que tem maior acesso ao ensino superior no Brasil³⁰. A mulher negra, sem as mesmas condições sociais que a branca, não teve acesso suficiente a educação e acaba não assumindo cargos mais elevados entre a sociedade.

Além disso, a autora aponta que o “fato mesmo de ser mulher atrai para ela um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização” (NASCIMENTO, B., 2021, p.50). Ideologicamente e historicamente, a mulher negra carrega um estereótipo ilustrando sua capacidade sexual em destaque das demais mulheres, o que a insere no auge da exploração sexual.

Após a pesquisa, Bujato e Souza (2020, p.221) concluíram que as “desigualdades estruturais e institucionais no mundo do trabalho se relacionam a corpos físicos”, pois os autores reconhecem as relações que se estabeleceram na sociedade brasileira desde a colonização como responsáveis pelo processo de reprodução de posições subalternas destinadas aos negros.

No contexto da universidade, esses autores constatam que essa diferença de possibilidades e de oportunidades não é diferente do que ocorre na sociedade, já que “apenas 1% dos docentes das universidades públicas do país é negro”³¹. Presente no espaço acadêmico, o corpo negro é visto como “fora do lugar” e o discurso que se reproduz a partir disso é o discurso racista que busca limitar, rotular como incapaz e até negar o sujeito negro de participar desse espaço. Sendo assim, as expressões de racismo que ocorrem dentro do espaço acadêmico se constroem a partir de um discurso deslegitimador do papel que negro exerce nesse espaço, como apontam os autores.

Sampaio, Miranda e Junho (2020) também discutem sobre o tema racial dentro do espaço acadêmico e propõem a pesquisa a partir da corrente teórica da Análise Crítica do Discurso. O trabalho cujo título é: “ ‘Estuda e Entra’: Uma Análise dos Discursos Contrários às Cotas Raciais em Universidades”, busca analisar a reprodução dos discursos contrários às ações que compõem a política de cotas em relação ao ingresso de discentes negros no espaço acadêmico.

Após análises, os autores concluíram que os discursos que se reproduzem a respeito da política de cotas carregam e discursivizam a divisão de espaços e lugares entre os negros e os brancos, de forma a impulsionar “a manutenção de classes dominantes para manutenção das classes oprimidas, ou seja, o negro deve permanecer na condição de subordinado” (SAMPAIO;

³⁰ Fonte: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>> Acesso em: 09 out 2022

³¹ Bujato e Souza (2020, p.221)

MIRANDA; JUNHO 2020, p.156). Dessa maneira, a pesquisa “revela o incômodo que a inserção de negros na universidade (...) pode estar trazendo” (SAMPAIO; MIRANDA; JUNHO 2020, p.157).

Sampaio, Miranda e Junho (2020, p.158) mostram que a revolta contra a política de cotas ocorre a partir da reprodução do discurso racista e do discurso de ódio contra os negros, ao passo que ocorre “uma manifestação violenta sobre o aumento de negros nas universidades”. Devido a todos esses processos de inferiorização dos sujeitos negros, percebemos que o espaço acadêmico não está isento da reprodução das relações de servidão em que ocorrem “a subordinação de negros aos brancos, ou seja, o lugar de negros está circunscrito a espaços, lugares e posições de subalternidade e submissão”.

Os discursos contrários à política de cotas demonstram, sobretudo, a “falta de entendimento sobre as condições específicas da construção social das minorias” (SAMPAIO, MIRANDA e JUNHO, 2020, p.160) por parte dos sujeitos que reproduzem esses discursos, fato que promove o efeito de banalização da existência das cotas e aumento da materialização das diferenças impostas aos negros na sociedade brasileira.

Dessa maneira, após as discussões realizadas acerca do aparato teórico selecionado, dos conceitos e perspectivas de tratamento da questão racial negra brasileira que movem nossas reflexões, apresentaremos a seguir, no próximo capítulo, os aspectos metodológicos que orientam nossa pesquisa e os movimentos de análise pretendidos a partir do corpus selecionado.

6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste estudo envolve uma pesquisa bibliográfica, qualitativa-exploratória pautada no dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso de orientação materialista. A escolha pelo cunho bibliográfico ocorre pela necessidade de reunir as contribuições de estudos que se dedicam a reflexão das questões que envolvem a reprodução discursiva e a temática racial negra. Sendo assim, foram realizadas leituras e reflexões acerca dos textos consultados, evidenciando as discussões que mais colaboram para o desenvolvimento da pesquisa. A escolha pelo cunho qualitativo-exploratório se deu, por sua vez, pela possibilidade de montar um quadro teórico capaz de alcançar os objetivos traçados nos movimentos de análise pretendidos. Por isso, foram possíveis reflexões sobre as relações que se estabelecem entre sujeito-discurso-mundo, bem como analisar os processos discursivos, pautados na ideologia dominante, que se reproduzem afim de promover a (des)construção da identidade negra.

Após o levantamento bibliográfico das obras e discussões acerca dos processos que envolvem a reprodução discursiva, a formação da identidade do negro brasileiro e a materialização do discurso racista no ambiente acadêmico, selecionamos o corpus de análise: relatos de discentes negras. O gênero relato foi escolhido devido a fluidez e singularidade que compõem a sua estrutura. Por ser composto de narrativas de experiências pessoais, o relato permite a expressão de fatos, opiniões, percepções e sentimentos de forma mais autêntica e, por isso, a sua composição torna-se mais subjetiva e pessoal. Esses aspectos são importantes, pois colaboram para a análise dos enunciados contidos em cada relato, visto que, como são textos produzidos por discentes em um espaço diferente do ambiente acadêmico, tende a possibilitar uma expressão mais “livre” e legítima.

Colhidos de um endereço eletrônico, o site onde retiramos os relatos selecionados para análise em nossa pesquisa é intitulado “Blogueiras negras” e se configura como um espaço de escuta, discussão e reflexão acerca das questões que envolvem a inserção e participação negra na sociedade brasileira. Após realizarmos a sondagem dos relatos que se referiam à reprodução do discurso racista no ambiente acadêmico, o critério adotado de seleção do corpus foi o seguinte: observar a expressividade dos textos em relação às ocorrências e à constância dos acontecimentos e fatos narrados, bem como o posicionamento dos sujeitos que narram esses fatos, sua postura crítica em relação ao discurso racista e a inferiorização do negro no ambiente acadêmico. Observadas essas questões, identificamos que os dois relatos selecionados, além de

conter os critérios elencados, reúnem enunciados que promovem movimentos de leitura significativos.

A partir da perspectiva discursiva que a AD nos possibilita trabalhar, podemos traçar reflexões e análises para compreendermos a língua em seu caráter opaco e não transparente. Assim como a AD é uma disciplina de entremeio, conseguimos, por meio de seu aparato teórico, observar a relação entre língua e ideologia, que resulta nos sentidos e nas posições que os sujeitos ocupam nas (re)produções que se engajam cotidianamente. Trabalhar no entremeio é, portanto, analisar como a ideologia age na língua e impacta nos discursos. Essa proposta nos permite olhar para os enunciados e compreendermos que existe uma série de interpretações possíveis e não apenas o sentido “certo”, único. O analista precisa, então, atentar-se para a ação da ideologia na materialidade e compreender a historicidade dos sentidos. É esse movimento de análise que pretendemos fazer.

Conforme apresentado, o objetivo geral do trabalho é refletir e analisar relatos sobre a experiência de discentes negros abordando as dificuldades e empecilhos enfrentados durante todo o processo de formação acadêmica. Os relatos foram publicados em ambiente virtual, o site intitulado “Blogueiras Negras” e para realização das análises optamos pela anonimização dos relatos. Em relação a definição do corpus, foram coletados três relatos e como recorte selecionamos dois desses discursos para realizar uma análise mais aprofundada a partir dos enunciados presentes em cada um deles. A opção pela análise de apenas dois relatos se deve ao fato da amplitude que envolveu os movimentos de leitura e reflexão realizados no decorrer da pesquisa. Ambos os relatos denunciam a presença do discurso racista no ambiente acadêmico, bem como os processos violentos que se desencadeiam nas interações empreendidas entre discentes brancos e não brancos durante as diversas atividades da jornada acadêmica.

Assim, as discussões reunidas nos capítulos anteriores contribuirão para as leituras e reflexões propostas nos movimentos de análise que faremos a seguir.

7 O NEGRO NA UNIVERSIDADE: RELATOS QUE DENUNCIAM A REPRODUÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO

Conforme as discussões propostas, realizaremos movimentos de leitura e análise dos discursos que perpassam os relatos que foram publicados por duas discentes de Universidades diferentes em forma de relatos acerca de suas vivências no ambiente acadêmico.

7.1 Racismo acadêmico: o relato de uma quase sobrevivente

Texto 1 – Racismo acadêmico: o relato de uma quase sobrevivente ³²

5 de novembro de 2022

Alerta de gatilho – O texto a seguir trata de como o racismo acadêmico afeta nossos corpos e nossas mentes, nos levando a pensamentos que causam ainda mais sofrimento. Caso sinta necessidade procure apoio antes e depois de prosseguir com a leitura.

Esses dias têm sido caóticos, pois a minha existência pretativista está em ameaça. Cheguei a pensar em suicídio como a única saída para os efeitos mentais e físicos que o racismo acadêmico me causa diariamente. Sou doutoranda de uma universidade de certo prestígio e sou orientada por uma mulher negra. Ambas somos sobreviventes, cada uma com as suas sequelas invisíveis, vem existindo no espaço acadêmico.

De início, vale a pena ressaltar que eu tinha o sonho de que uma das etapas de minha formação fosse com uma professora negra. Contudo, ingênua, eu não tinha dimensão de que a maioria das professoras negras são mulheres traumatizadas pela violência constante no espaço acadêmico, a qual vem de toda parte, principalmente de colegas de trabalho. Disseram-me que para sobreviver nesse espaço é necessário atuar: fingir simpatia, fingir aceitação, fingir subalternidade, por exemplo. A fim de não ser mutilado, ser aceito, uma demonstração de que é tolerante ao poder da branquitude nesse espaço.

Tristemente, percebi que uma traumatizada pode traumatizar ainda mais outra mulher negra nesse contexto. Inquieta, recuso-me a aceitar isso como algo natural. Mulheres negras, por mais pesadas que sejam suas dores não seja a dor de outras como nós em nenhuma condição. Na ânsia de proteger os que estão chegando, talvez, nós, mulheres negras, traumatizadas hiperprotegemos e para isso usamos da insensibilidade e dos padrões comportamentais dos brancos a qual fomos exposta sem misericórdia.

Um ciclo se repete, só porque ainda não foi possível nos curarmos disso tudo. A minha orientadora me machucou profundamente acreditando que isso seria para o meu bem, tenho consciência que a intenção tenha sido boa, mas dói mais quanto corpos iguais a mim me ferem. Senti um misto de

³² Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/racismo-academico-o-relato-de-uma-quase-sobrevivente-2/>

tristeza, compreensão e raiva, era preciso entender a boa ação subentendida naquela violência toda vinda de um corpo igual ao meu, mas como isso doía. Ela me mostrou que com ela o meu trajeto de formação acadêmica, enquanto doutoranda, seria difícil, sem ela, seria pior ainda.

Pensei em me deixar submeter as sequelas simbólicas que o racismo acadêmico deixou no discurso e nos gestos dela, todavia, vi que isso seria assinar o meu próprio atestado de óbito enquanto eu fingia estar feliz para que ela não percebesse nenhuma insatisfação e não me jogasse na jaula com os leões brancos que a marcaram quase fatalmente.

Por isso, tomei a decisão de morrer, não agora, e calma! Não da forma como pensam ser. Eu vou morrer por dentro até que minha casca sucumba em algum momento sem deixar danos aos que me amam. Antes de morrer, eu preciso escrever, para ver se eu adio o meu fim. Ser anulada enquanto exerce um ato intelectual e reflexivo, é ser escravizada, é um tipo de inferno em que os brancos estão sorrindo enquanto eu choro ao acordar e ao dormir. Não é difícil lidar com traumas do racismo acadêmico, porém, é necessário entender que ou nós nos quilombamos, por meio de diálogos e tolerância, ou nós nos tornamos peças fundamentais do epistemicídio, matando intelectuais negros(as) antes mesmo deles serem ouvidos e vistos pelo mundo.

A análise a seguir refere-se ao primeiro texto que compõe o nosso corpus, cujo título é "Racismo acadêmico: o relato de uma quase sobrevivente". Trata-se de um texto publicado no site *Blogueiras Negras*. Apesar do anonimato, é possível depreender que se trata do desabafo de uma mulher negra que, no momento da escrita, estava cursando doutorado em uma universidade no país.

A autora inicia o relato chamando a atenção do(a) leitor(a) sobre a seriedade do tema que aborda em seu texto e, por isso, ela afirma a necessidade de colocar um alerta de gatilho. Esse alerta visa colocar o leitor em um estado de maior atenção às informações que seguem. Ao iniciar seu texto, a autora trata da dificuldade que tem enfrentado em seu cotidiano e afirma que sua "existência pretativista está em ameaça". Tal afirmação nos permite lançar alguns questionamentos a respeito desse modo de existência referenciado pela autora, um modo "pretativista". O substantivo "pretativista" é formado por duas palavras, "preta" e "ativista" que caracterizam a autora em relação a sua raça e posição social. Ser pretativista, na perspectiva assumida pela autora, é assumir as discussões acerca da cor preta como pauta de ativismo social. Ao se assumir como pretativista, a autora, no relato, nos leva a refletir sobre os fatores que formam a ameaça sofrida pelo negro no interior do ambiente acadêmico. E, assim, podemos começar a refletir sobre os fatores que a levam a afirmar que a sua existência está em ameaça. Que tipo de ameaça uma pretativista poderia sofrer? Quais são os fatores que contribuiriam para a ocorrência e a disseminação dessa ameaça?

Conforme defende Amorim (2016), na prática discursiva conseguimos refletir acerca de como o sujeito realiza, a partir dos posicionamentos discursivos que empreende, o movimento de representação de si e do outro. Então, logo de início, a blogueira assume uma posição de luta

evidenciado a situação-problema que sofre e se colocando em posição ativa contra a reprodução do discurso racista, por isso ela se define como pretativista.

O discurso racista busca impor a inferiorização do negro no interior da sociedade brasileira, então o negro sofre grande repressão em relação às suas tentativas de se ascender socialmente. Uma das imagens que é compartilhada por parte da população brasileira é a imagem do negro ocupando lugares de trabalho manual e que cristalizam, por sua vez, um posicionamento de submissão e servidão, colocando diretamente o branco como extremo oposto – dominação e independência – nessa representação.

O negro que decide ir na contramão dos ditames da ideologia dominante sofre ameaças de aniquilação frequentes, embora muito silenciosas. Essas ameaças materializam o ódio contra o povo negro, disseminado desde a colonização brasileira. A aniquilação, como discutiremos mais adiante, é um processo discursivo complexo, pois atinge desde o corpo até a mente negra. É um processo que ocorre na sutileza da materialização discursiva, mas que impulsiona diversos e profundos sentidos que promovem a (des)construção da identidade negra, fragilizando e ferindo os negros. A manutenção da superioridade branca é o grande motor que fortalece a ilusão dos movimentos de leitura entre os sujeitos que pensam estar no controle da ação da interpretação nas interações empreendidas, quando o que ocorre é que estão sendo “guiados” conforme o assujeitamento pelo qual passaram. Por isso, os discursos de incômodo em relação à presença do negro ainda fazem parte do cotidiano da população brasileira.

Em seguida, a autora traz uma afirmação que aponta para uma resposta dos questionamentos lançados, quando diz que:

Excerto – 01

Cheguei a pensar em suicídio como a única saída para os efeitos mentais e físicos que o racismo acadêmico me causa diariamente.

Nesse ponto, podemos afirmar que a autora é vítima do racismo acadêmico e ainda revela que sofre tanto consequências físicas quanto mentais em decorrência dessa violência com a qual convive. Assim, podemos refletir sobre o que surgiu como alternativa ao sofrimento enfrentado pela autora: o suicídio. Conforme as discussões apresentadas, cabe ressaltar as contribuições de Souza (1983) quando a autora explica sobre os efeitos do racismo sofridos pelos negros que podem levá-los a querer a própria anulação.

O texto prossegue e a blogueira escreve que sua orientadora no programa de doutorado é uma mulher negra e que ambas são sobreviventes, “cada uma com as suas sequelas invisíveis, vem

existindo no espaço acadêmico”. Assim, é possível refletirmos acerca da construção “sequelas invisíveis” que evoca os sentidos do processo de silenciamento discursivo. A invisibilidade é uma forma de silenciamento. O fato de que as sequelas sejam invisíveis para a sociedade não impede que os sentidos sejam impulsionados, uma vez que, como Orlandi (2007a) defende, o silêncio é fundante, perpassa o discurso e promove efeitos de sentidos diversos.

Conforme relato da blogueira, o fato de ela e sua orientadora serem mulheres negras é a razão de existirem os movimentos de repressão, de tentativa de afastamento e de negação da presença delas no espaço acadêmico. Isso é o que nos permite entender a escolha da blogueira em dizer que elas apenas “existem” nesse espaço. Como sabemos que o ambiente acadêmico é um espaço proveniente de produção e de autonomia no desenvolvimento das pesquisas em cada campo do saber, esse relato de uma mulher negra doutoranda nos aponta para a reprodução do discurso racista ao passo que evidencia a materialização da ideologia que promove a separação das raças no Brasil e ainda a supervalorização da cor e da cultura branca.

De acordo com Nascimento (2003), tal ideologia pode ser denominada como supremacismo branco e tem a capacidade de interpelar a classe que, desde a colonização brasileira, domina e tentar padronizar a distribuição racial e social da sociedade, disseminando o discurso de que os traços e a identidade negra são inferiores. Assim, podemos afirmar que essa blogueira se constitui como um sujeito que ascendeu socialmente, pois conseguiu a oportunidade de acessar o ambiente acadêmico e que, por isso, sofreu a pressão social que impõe a reprodução discursiva da inferioridade do negro na sociedade brasileira. Por isso, ela demonstra ter conhecimento das suas feridas emocionais e físicas, mas que são silenciadas pela sociedade, especificamente pela classe social dominante, branca e racista, conforme afirma Souza (1983).

Os traços da invisibilidade que revestem os atos racistas perpassam também o ambiente acadêmico. E pela quantidade e frequência dos episódios que se acumulam desde a inserção do sujeito negro na sociedade, refletimos acerca do estímulo que esses episódios promovem, ao passo que colaboram para a constituição de um movimento de resistência em relação à presença do negro no ambiente acadêmico. Por isso, elas são sobreviventes, pois, diante dos movimentos racistas que promovem e impulsionam ações violentas das mais variadas formas contra os sujeitos negros, aqueles que permanecem, de certo modo, são sobreviventes.

A blogueira afirma que tanto ela quanto sua orientadora estão “existindo no espaço acadêmico”, construção que nos impulsiona a reflexão sobre a construção feita pela blogueira de os negros serem sobreviventes no espaço acadêmico, pois a seleção do verbo “existir” promove o efeito de que o espaço acadêmico não permite que a blogueira e sua orientada possam criar e produzir, movimentar o fazer científico, como se elas fossem, de forma institucional, limitadas dentro do espaço

acadêmico ou, ainda, promove o efeito de ser a única condição que o negro detém para estar nesse espaço: submetendo-se as exigências que se desdobram a partir da “tutela” do branco que é o sujeito que reproduz o papel de supervisionar, ditar e permitir quais oportunidades o negro pode ou não acessar no espaço acadêmico.

Assim, é importante refletirmos sobre o ambiente acadêmico, como se constitui e quais são as relações que se estabelecem nele entre os sujeitos participantes. Observando o espaço discursivo e conforme as contribuições de Foucault (2008), sabemos que a instituição social tem papel ativo na estruturação dos dizeres. Sendo assim, como o espaço acadêmico vem sendo representado como lugar de prestígio e até mesmo de status social, cabe refletirmos acerca dos dizeres que discursivizam a vivência nesse espaço, dizeres que se reproduzem dentro e fora desse ambiente. Por isso, reconhecemos a necessidade de reflexão acerca da reprodução do discurso racista no ambiente acadêmico, visto que as próprias escolhas de cada enunciado que emerge em cada interação empreendida revelam as relações que se estabelecem entre os sujeitos.

A partir dos relatos que denunciam o discurso racista no ambiente acadêmico, cabe buscarmos entender como/em que medida a ideologia trabalha consciente e inconscientemente no imaginário dos sujeitos interpelados, moldando suas intenções e ações. E, como sabemos que as relações estabelecidas entre as instituições sociais, os processos econômicos-sociais juntamente com as formas de comportamento de cada sujeito são os mecanismos que formam a complexidade que abrange todo o campo discursivo, vale atentarmos para o formato que esses textos chegam aos leitores, pois o gênero relato, geralmente, costuma narrar e expor um acontecimento marcante para o sujeito narrador. Pela denúncia que a blogueira faz, de que existe a reprodução do discurso racista de maneira forte e marcante no ambiente acadêmico, podemos refletir que esse relato passa a se constituir como um espaço de partilha e de busca por uma escuta, uma vez que no espaço social e discursivo da universidade essa abertura não existe de forma abrangente e acolhedora.

Conforme explica Foucault (2008), as relações discursivas não determinam a língua, mas o próprio discurso enquanto prática e, por isso, cabe nosso olhar atento para a ocorrência da reprodução do discurso racista dentro do ambiente acadêmico, já que materializa a inferiorização e separação dos alunos e alunas negras, causando a dificuldade de desenvolverem as atividades que envolvem o fazer científico. Dessa forma, o relato da blogueira contém os registros da percepção consciente acerca da ocorrência do discurso racista no ambiente acadêmico, a partir das interações que empreende com colegas, professores e comunidade acadêmica.

Excerto – 02

(...) eu tinha sonho de que uma das etapas de minha formação fosse com uma professora negra

No recorte acima, compreendemos que para a autora do relato desenvolver sua pesquisa sob a orientação de uma professora negra se configurava como fator positivo para sua formação e carreira, pois a professora era uma referência para ela. A construção “eu tinha um sonho” aponta para a forma como os sujeitos negros encaram a falta de referências nas variadas posições sociais que integram a nossa sociedade. Por isso, a blogueira se refere como um sonho o fato de ter como orientadora uma professora negra, pois evidencia a distância e a dificuldade de conseguir esse feito. E, assim, refletimos acerca de como se discursiviza a presença de um negro no espaço acadêmico ocupando posições de liderança, seja nos cargos de chefia, seja como docente (professor-pesquisador) e como a existência dessa posição assumida por um sujeito negro é interpretada por outros sujeitos negros. De acordo com as leituras e discussões anteriores, podemos afirmar que o negro brasileiro nasce, cresce e se desenvolve quase sem referências de protagonismo. Então, ter um negro protagonizando no fazer científico dentro do espaço acadêmico ainda promove o efeito de espanto e soma para a ideia de raridade.

Para a doutoranda, ter uma professora que conheça os efeitos do racismo e que compartilhe as sequelas deixadas por ele significa criar um elo entre elas. Mas essa expectativa é quebrada, pois ela revela ter descoberto que:

Excerto – 03

(...) a maioria das professoras doutoras negras são mulheres traumatizadas pela violência constante no espaço acadêmico

De acordo com Souza (1983, p.18), o negro que ascende socialmente “paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade”. Esse relato é uma comprovação desse aspecto defendido por Souza (1983), já que a blogueira esperava encontrar um posicionamento de referência e de luta na convivência com a professora e não foi isso que ela presenciou. O trauma ocorre, conforme afirma a blogueira, pela ação da violência que é constante no espaço acadêmico. Nesse ponto, analisamos que, discursivamente, o sujeito blogueira evidencia estar no momento de consciência do processo pelo qual passou até o momento de escrita do relato, ou seja, os apontamentos realizados pela blogueira demonstram um nível considerável de reflexão acerca de sua presença e

atuação no ambiente acadêmico. Com esse relato, conseguimos evidenciar que o ambiente escolar propicia condições de produção do discurso racista.

O trauma decorrente do racismo que as professoras negras sofrem advém “principalmente de colegas de trabalho”, como relata a blogueira. Isso nos mostra que o espaço acadêmico é um espaço que se mostra propício para a reprodução do discurso racista. Trata-se de um discurso que se reveste da competitividade advinda do sistema econômico capitalista que emite elementos basilares para as interações empreendidas na sociedade brasileira. Nesse sentido, vale recordarmos as contribuições de Fernandes (2008) acerca dos movimentos de integração da população negra à sociedade brasileira. Conforme explica esse autor, além de toda exploração e prejuízo que a população negra deteve, o cenário ficou ainda mais difícil com o advento da estrutura social ao capitalismo, uma vez que a modernidade acaba promovendo o problema social do racismo por conta da competitividade e individualismo materializados por meio do discurso que esse sistema dissemina.

E o fato de o discurso racista ser reproduzido pelos colegas de trabalho revela a sutilidade e ao mesmo tempo a profundidade da dimensão discursiva do racismo, pois mesmo compartilhando o ambiente da universidade, que é conhecido como um ambiente que deveria prezar pela diversidade, o discurso racista ainda consegue interpelar sujeitos e reproduzir o reforço da separação e desigualdade entre pessoas negras e não negras. Com a afirmação da blogueira de que o ambiente acadêmico é um local propício para a reprodução do discurso racista, podemos afirmar que nele impera a ideologia do supremacismo branco.

De acordo com Nascimento (2003), o racismo se vincula intimamente a essa ideologia, pois é a partir do repúdio do critério biológico negro que se operam as relações sociais. Dessa forma, segundo essa ideologia, ser branco é ser superior, uma vez que a ideologia do supremacismo branco sustenta o ideal do embranquecimento. Sendo assim, os colegas de trabalho que compartilham o espaço acadêmico com a professora negra, uma vez interpelados pela ideologia do supremacismo branco, irão materializar discursos que promovem a desqualificação da pesquisa, atividades de docência e de todo o trabalho promovido e proposto pela professora na área que lhe compete. Essa desqualificação, por sua vez, pode não aparecer de forma explícita, pois, como a doutoranda afirma em seu relato, existe um processo de trauma que advém de sequelas invisíveis. Assim, a sutileza que reveste a reprodução do discurso racista, principalmente, pois a ideologia do supremacismo branco trabalha impondo discursos que se vinculam à ideia de democracia racial que muito mais afasta do que promove a conscientização social e, ainda, dificulta a luta antirracista.

Conforme defende Nascimento (2003), esse processo de elevação da figura e da cultura do branco ocorre, principalmente, no inconsciente de forma que cotidianamente os sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco adquiram, sem estranhamentos, os “princípios” racistas que

são fundamentados a partir da noção biológica de raça, uma vez que estão em conformidade com a ideologia da democracia racial.

Dessa forma, nos cabe refletir sobre a afirmação da blogueira quando diz:

Excerto – 04

Disseram-me que para sobreviver nesse espaço é necessário atuar: fingir simpatia, fingir aceitação, fingir subalternidade, por exemplo. A fim de não ser mutilado, ser aceito, uma demonstração de que é tolerante ao poder da branquitude nesse espaço.

O conjunto das ações recomendadas à blogueira configura-se como materialização do discurso racista, já que a ação de “fingir” supõe o conhecimento e a ciência do posicionamento que deveria ser adotado, mas ao fingir, o sujeito busca afastar os efeitos de sentido que emergem da cena enunciativa e tenta manipular um posicionamento que é ditado pela ideologia a qual ele se encontra assujeitado e busca a aderência de outros sujeitos aos sentidos que são impostos. Conforme relata a blogueira, esse fingimento é a “fim de não ser mutilado, ser aceito [sic]”. Por isso, precisamos analisar em que medida o discurso racista adentra o espaço acadêmico e promove a reprodução do silenciamento discursivo. O espaço acadêmico é majoritariamente preenchido por estudiosos brancos e, como a ideologia do supremacismo branco interpela a classe média-alta branca da sociedade brasileira, é esse grupo social que mais reproduz o discurso racista e que também promove a materialização de ações de opressão e tentativas constantes de anulação da presença do negro em posições de protagonismo, configurando-se, dessa forma, em ações racistas.

De acordo com Fanon (2008), a colonização foi um processo de subordinação material do povo negro em que, para participar das interações que, com o tempo, passaram a ser permitidas, o negro precisava colocar-se em posição de espelho em relação ao branco. Quanto mais o negro se distanciava do posicionamento e do padrão branco, mais o negro era inferiorizado. Ser negro significava ser incapaz e, para interagir socialmente, o negro precisava lutar para ser aceito pelo branco. E, como resultado dessa dominação, surge um processo denominado por esse autor como mito negro. Assim, essas recomendações que são impostas à doutoranda se configuram como as exigências provenientes desse processo do mito negro, pois enquanto o branco desfruta da aceitação e da liberdade de expressão, do negro exige-se que ele seja bom. Existe essa preocupação, essa espécie de filtro que controla as ações que o negro pode ou não realizar no espaço que convive, que no caso é o ambiente acadêmico.

O próprio processo de anular-se, como na recomendação que a doutoranda recebe, se constitui como um processo de silenciamento discursivo em que ela precisa se limitar e até mesmo anular a

sua identidade para ser aceita. Quando ela entra nesse processo, passa a existir sobre as prerrogativas brancas, fato que ganha uma proporção ainda maior quando recordamos uma informação que a blogueira afirma no início de seu texto, qual seja, a de que ela é uma pretativista, de que ela é um sujeito que possui um nível de reflexão acerca da situação do negro na sociedade brasileira. Então, o silenciamento discursivo que sofre busca tentar apagar essa voz e a representatividade que ela procura.

Ainda, é preciso destacar que a construção inicial “Disseram-me”, no plural, já demarca que não foi uma nem foram poucas as recomendações para que a doutoranda tivesse que se moldar e, de certa forma, se equipar emocionalmente para conseguir interagir nesse espaço. Assim, se existe a recomendação é porque existe uma preocupação principiando esse posicionamento assumido por sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco, visto que existe, até mesmo, um incômodo em relação à falha e à falta do cumprimento dessas exigências impostas ao negro acadêmico. Esse processo é muito violento, pois os sujeitos negros não estão somente sendo impedidos de serem “livres”, mas esse moldar-se para ser aceito e sobreviver é uma forma de impedir falar, uma forma de calar.

Portanto, entendemos que, quando o sujeito é impedido de se expressar de acordo com sua identidade e sua cultura, esse sujeito está sendo silenciado, está sendo violentado. É sutil, mas é profundo. É silencioso, mas fala, tem efeito de sentido. Um dos primeiros efeitos é o relatado pela doutoranda, o trauma, um efeito que aprisiona o sujeito em um estado de extrema cautela, mas também de extrema rigidez tanto física, quanto mental, tanto psicológica, quanto discursiva. Como defendem Cano & Silva (2021), por não ser legitimado socialmente, é possível encontrar o discurso racista nas marcas linguístico-discursivas nos discursos, uma vez que elas revelam os conflitos, por isso, essa recomendação feita à discente negra é a materialização desse discurso racista que, de forma velada, traça um posicionamento e uma conduta esperada do negro no espaço acadêmico.

Nesse mesmo recorte, a blogueira demonstra reconhecer a ação da ideologia do supremacismo branco, a qual ela se refere por “poder da branquitude”. Sendo assim, esse aspecto indica que a blogueira reconhece no ambiente acadêmico a ação dessa ideologia que sustenta a reprodução do discurso racista e consegue, por isso, afirmar a presença do racismo que afeta e afasta a população negra desse ambiente. Sabemos que essa afetação e esse afastamento não são coincidência, são algumas das “ferramentas” do processo que visa aniquilar a presença da cultura e do povo negro na sociedade brasileira. Uma população afetada fisicamente, psicologicamente e, portanto, discursivamente é mais maleável, mas fácil de subjugar.

A partir das contribuições dos autores que discutem essas relações, podemos afirmar que o processo de dominação dos afrodescendentes desde a colonização brasileira movimenta a imposição

de enunciados que realocam, a todo o momento, o negro para a posição basilar da sociedade. A base da pirâmide social que se forma pela classe baixa e majoritariamente negra enfrenta, para além dessas desigualdades, os movimentos de (des)construção de sua identidade que marginaliza e impõe padrões inalcançáveis para a cultura e para o corpo negro. Mesmo com a ocorrência dos movimentos de luta social por direitos de acesso a espaços e posições, os discursos que se vinculam à ideologia do supremacismo branco, conforme Nascimento (2003), impõem formas de interpretar que desautorizam e desqualificam a luta dos negros. Nesses movimentos, além de serem desautorizados, são impostos reforços que se materializam em relação à configuração social possível de acordo com essa ideologia que dita a posição e a classe que estaria destinada à população negra, inferior e menos privilegiada, respectivamente.

Dessa maneira, a blogueira revela:

Excerto – 05

Tristemente, percebi que uma traumatizada pode traumatizar ainda mais outra mulher negra nesse contexto

Essa revelação nos mostra o caráter profundo, mas, ao mesmo tempo, velado do racismo, pois para entender que sua professora era traumatizada, a doutoranda teve que sentir e passar pelo processo de traumatização. E, conforme relata, uma mulher negra consegue traumatizar outra mulher negra em uma proporção ainda maior. De acordo com esse processo relatado pela doutoranda, podemos identificar que a sua professora orientadora, mulher negra que já convive no espaço acadêmico há mais tempo que a doutoranda, revela reproduzir as opressões que sofreu e sofre do próprio espaço em que trabalha. Isso nos permite apontar que muito provavelmente/possivelmente a professora encontra-se emergida por essas violências, visto que em algum momento de sua trajetória acadêmica a professora começou a compartilhar e a reproduzir as opressões e injunções do discurso racista. Nesse sentido, vale refletirmos sobre as condições de produção do discurso, visto que são as condições dadas que impulsionam a reprodução dos enunciados em cada interação. Como as relações de dominação sobre o negro estão presentes no espaço acadêmico, podemos afirmar que existem as condições de produção que permitem a reprodução do discurso racista.

Em seu relato, a blogueira segue afirmando que se recusa a aceitar esse ciclo de traumas como “algo natural” e ainda afirma que isso deixa “inquieta”. Tal posicionamento da blogueira pode ser percebido como uma ação que não se veicula à ideologia do supremacismo branco, fato que justifica, dessa forma, sua inquietação e discordância com a violência que se reproduz no espaço acadêmico.

Conforme afirma a blogueira, existe um movimento de ânsia para buscar proteger as alunas e alunos negros que chegam até o espaço acadêmico, mas esse movimento é exagerado, no olhar da doutoranda, pois se reveste “da insensibilidade e dos padrões comportamentais dos brancos”. Assim, entendemos que ocorre uma hiperproteção que implica na reprodução de ações referentes ao padrão comportamental de sujeitos assujeitados à ideologia da classe dominante, branca e racista, como defende Souza (1983).

De acordo com Althusser (1970), a sociedade funciona por meio da ideologia que é responsável pela reprodução das condições de produção. Assim, ressaltamos que essa reprodução é um movimento de submissão às regras da classe dominante. Sendo assim, essa hiperproteção identificada pela doutoranda ganha uma expressividade maior ao passo que observamos os efeitos de sentido que ecoam do movimento que o branco realiza em relação ao negro. Ainda, afirmarmos a reprodução de uma hierarquia. É o branco que dita o padrão e o negro precisa acompanhar, caso contrário é eliminado, pois o negro só é permitido atuar desde que se submeta às regras de convivência pré-estabelecidas e compartilhadas consciente e inconscientemente entre a sociedade brasileira.

Ao se referir a esse movimento de proteção que se confunde e se alterna com o de opressão, a blogueira revela que os negros e negras que adentram o ambiente acadêmico são expostos a esse movimento instável e opressor “sem misericórdia”. Tal construção, reproduzida pela blogueira, nos permite refletir sobre as formas de violência que perpassam o ambiente acadêmico em relação à presença e atuação do negro. Nesse sentido, vale recordarmos o que Hall (2013) adverte em relação à sociedade moderna atual, já que a globalização subverte os modelos culturais e, como a cultura dos afrodescendentes possui um passado histórico de escravidão, torna-se vulnerável ao movimento de assalto cultural defendido por esse autor. Dessa forma, a violência é um dos pilares desse assalto ao passo que sustenta e ajuda a disseminar o discurso racista que, por sua vez, cumpre seu papel de reforço e de inferiorização do povo negro brasileiro.

Em seguida, a blogueira afirma que esse processo que ela vivencia na academia é um ciclo e para ela tal ciclo continua a se repetir “porque ainda não foi possível nos curarmos disso tudo”. Sendo assim, ao observarmos o termo “ciclo”, selecionado pela blogueira, ressaltamos a necessidade de reflexão sobre quais são os efeitos de sentidos que emergem desse termo nesse contexto. Até o momento no texto, a blogueira afirma que existem processos que traumatizam os negros que frequentam o espaço acadêmico.

Conforme afirma Nascimento (2003), é por meio da ideologia do supremacismo branco que são impostas exigências severas aos negros como forma de promover a permissão de acesso a lugares e posições na sociedade brasileira. Para conseguir chegar a esses lugares, o negro precisa se subjugar à dependência das validações realizadas pelo branco. Esse processo de supremacismo branco

reproduz, dessa forma, a estrutura piramidal na sociedade brasileira, em que a classe média-alta se forma massivamente por brancos ocupantes dos mais altos cargos e posições sociais, enquanto os negros tendem a permanecer na base, realizando as atividades mais manuais e braçais e, por falta de oportunidade e espaço, têm menos qualificação profissional, fato que os levam a obter menor poder aquisitivo.

Nesse sentido, a ocorrência do termo “ciclo” no relato precisa ser analisada. Em primeiro lugar, essa ocorrência evidencia o olhar apurado dessa blogueira em relação a sua vivência cotidiana, porque apesar de estar imersa no ambiente acadêmico, consegue identificar que os traumas sofridos por estudantes negros e promovidos pelo ambiente acadêmico ocorrem de maneira cíclica. Em segundo lugar, vale refletirmos que o movimento cíclico promove um estado de manutenção, de repetição. Portanto, precisa ser analisado já que entendemos que é o discurso racista o causador dos traumas sofridos pelos negros no ambiente acadêmico. O ciclo de traumas, ou seja, de reprodução do discurso racista pode ser entendido pelo movimento de cópia, de tradução e de comentários que ocorre no espaço discursivo e que ecoa nos dizeres de sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco. Sendo assim, reiteramos a manutenção, a repetição e proliferação dos sentidos que essa ideologia produz acerca dos negros.

Dessa forma, a blogueira segue relatando sobre esse processo traumático quando diz: “A minha orientadora me machucou profundamente acreditando que isso seria para o meu bem”. O pronome demonstrativo “isso”, nesse caso, se refere ao movimento de hiperproteção que se reveste a partir do discurso racista, na reprodução dos padrões brancos. É importante ressaltarmos que a blogueira demonstrou ter sentido um grande impacto por ter sido “barrada” por sua orientadora, que é uma mulher negra e também uma referência para a doutoranda. O machucado profundo ao qual a blogueira se refere advém da violência racista que atua desde física até psicologicamente no sujeito alvo, o sujeito negro.

Assim, ressaltamos a presença do mito negro que, segundo Fanon (2008) e Souza (1983), é responsável por enclausurar o negro na posição de liberto, uma vez que o negro precisa assumir o papel do disciplinado, devendo se submeter às expectativas que lhe são impostas. Nesse caso, as expectativas advêm e se discursivizam a partir da ideologia pertencente à classe dominante, ou seja, a ideologia do supremacismo branco. Existe essa barreira no ambiente acadêmico que a orientadora, afetada por essa ideologia, contribui para a reprodução da submissão do negro, pois o mito negro projeta o modo de inserção da população negra no sistema ocupacional das cidades brasileiras. Assim, entendemos que o negro, no interior da academia, tem os limites que o condiciona até onde falar, até onde produzir. Esse limite que também é resultado do processo do silenciamento discursivo aplicado no discurso da negritude, ou seja, o discurso que o negro tem sobre si e que o negro busca compartilhar

com a sociedade, é um limite que “encaixa” com a lógica do racismo, do discurso racista que visa limitar os espaços que o negro ocupa e impedir que esse sujeito alcance lugares de representatividade.

Embora seja possível afirmar que a professora orientadora demonstra ser vítima das reproduções racistas e se torna impossibilitada de lutar contra a opressão, mesmo assim, não podemos deixar de analisar o seu posicionamento nas interações que empreende no espaço acadêmico. Por isso, a professora acaba reproduzindo o discurso racista, visto que a blogueira afirma que o conjunto de ações reproduzidas pela professora e que se configurava como uma violência (pois a traumatizava), era visto pela professora como algo para o “bem” da doutoranda. A professora orientadora ocupa, desse modo, o papel do opressor nesse movimento cíclico em que o sujeito que é afetado hoje é quem afetará outras pessoas posteriormente. Tal fato revela que o discurso racista tem a capacidade de levar o negro a cobrir-se de máscaras brancas na tentativa de suplantar as diferenças que os afastam do padrão branco e da possibilidade de aceitação nos meios sociais que convivem. Assim, esse relato da blogueira nos ajuda a refletir acerca da ânsia, consciente e inconscientemente, que o negro passa a ter por se cobrir de máscaras brancas.

Fanon (2008) entende tal aspecto como um processo de alienação, pois possui as máscaras brancas, ou seja, viver sobre as expectativas brancas, nesse processo, permitiria ao negro ter uma condição mais “humana”, seria uma forma de negar a sua “animalização”, a sua “sujeira”, a sua incapacidade e imperfeição. Essas características, pregadas pela ideologia do supremacismo branco, é incorporada no discurso cotidiano e materializada de diversas formas no imaginário social. Quando o negro busca a máscara branca, ele está de certa forma concordando, consciente e inconscientemente, com essa visão que se cristalizou/fomentou desde a colonização. Dessa forma, entendemos que o negro está para a negação, assim como o branco está para a permissão. O comportamento assumido pela professora orientadora aponta para uma sujeição às imposições de uma sociedade branca na medida em que ela adentra no movimento cíclico da reprodução dos padrões impostos aos negros e reproduz a repressão à sua orientanda, a blogueira que escreve esse relato.

Em sequência, a blogueira afirma:

Excerto – 06

(...) tenho consciência que a intenção tenha sido boa, mas dói mais quanto corpos iguais a mim me ferem.

Esse recorte nos chama a atenção em dois aspectos. O primeiro é que, ao dizer sobre a consciência que tem da boa intenção de sua orientadora, a blogueira revela sua tentativa de buscar amenizar o posicionamento exercido pela professora, já que a blogueira demonstra que sente um

impacto maior quando a violência vem de uma pessoa negra. O segundo aspecto é a relação que o corpo tem com a violência relatada. O corpo negro é historicamente marcado pela violência e, de acordo com o relato da doutoranda, ser violentada por um corpo negro, igual ao dela, eleva o nível de violência. Dessa forma, podemos reforçar a afirmação de que o discurso se materializa nos corpos. Assim, recordamos a contribuição de Gilroy (2012), quando o autor defende que o discurso racista instaura um processo em que a sociedade negra se mantém demarcada de forma antagônica por meio de um “simbolismo de cores”, tornando-se a representação da classe dominada, ao passo que os sujeitos brancos representam a classe dominante.

Mbembe (2014) também discute acerca dessa relação, defendendo que a classe dominante desfruta da representatividade de poder porque promoveu, ao longo da história, a representação discursiva do negro na figura do escravo em contraponto com a imagem de força compartilhada pelo branco. O corpo, a linguagem e a cultura branca são representadas como superiores e, nesse recorte analisado, o enunciado reproduzido pela blogueira conduz ao efeito de sentido de que a orientadora, na relação que estabelece com a sua orientanda, passa a ocupar esse lugar do dominador. Por isso, a blogueira reconhece que o posicionamento assumido por sua orientadora é a reprodução discursiva do racismo.

É, pois, por isso, que a blogueira afirma:

Excerto – 07

Senti um misto de tristeza, compreensão e raiva, era preciso entender a boa ação subentendida naquela violência toda vinda de um corpo igual ao meu, mas como isso doía.

A professora orientadora, ocupando o papel de opressora no relacionamento com sua orientanda, promove a reprodução do discurso racista na medida em que reproduz as exigências impostas aos negros que decidem ocupar espaços e posições que são legitimadas socialmente para os brancos. E, assim, refletimos sobre a violência simbólica que se reveste na reprodução do discurso racista e coloca o sujeito violentado em uma situação de dependência do opressor, já que o processo da violência se torna a única forma de receber a autorização para acessar os lugares e posições sociais.

Conforme contribuições de Bourdieu (1989), entendemos que o poder simbólico é invisível e se tratando da reprodução do discurso racista, o exercício desse poder se reforça e se expande com maior intensidade, visto que os dizeres que se filiam à essa ordem discursiva são os “instrumentos” de imposição ou de legitimação da dominação. O posicionamento dessa orientadora revela o exercício do poder simbólico, uma vez que busca limitar a atuação da blogueira se constituindo, dessa forma, em um posicionamento violento e racista. Por isso, a

professora orientadora se posiciona de forma a evidenciar seu papel na formação da doutoranda que afirma que seu:

Excerto – 08

(...) trajeto de formação acadêmica, enquanto doutoranda, seria difícil, sem ela, seria pior ainda.

Esse recorte evidencia a violência e a dependência com a qual o sujeito precisa conviver para sobreviver na sociedade e, no espaço acadêmico, não é diferente, como podemos observar no relato analisado. Recordamos, dessa forma, a contribuição de Almeida (2018) quando o autor explica que o racismo é estrutural por ser um elemento que integra a organização da sociedade, tanto econômica quanto política. Sendo assim, essa dependência imposta à discente no ambiente acadêmico é resultado da ação do discurso racista que se reproduz nesse espaço. Essa situação de dependência também ocorre na sociedade brasileira como um todo, ou seja, o discurso racista, por exercer esse controle econômico e político, aplica a materialização discursiva que busca impor a ordem hierárquica racial em que os brancos dominam e os negros atendem às demandas estabelecidas e impostas a eles.

Como Almeida (2018) recorda, é essa organização econômica e política da sociedade a partir do discurso racista que torna frequentes e intensas as formas de comparação entre os sujeitos na sociedade. Já que o discurso racista remete à estrutura hierárquica piramidal da sociedade vigente no período da colonização, os brancos ainda recebem a categorização superior, ao passo que são representados como os melhores em relação aos negros. Todo esse processo de classificação aponta para o exercício das relações de força e poder. Como a classe dominante é branca e racista, os sujeitos negros ainda continuam a sofrer com a imposição dessa dependência que se torna, por sua vez, uma violência simbólica sobre a sociedade negra.

No recorte a seguir, observamos o caráter sutil, mas muito profundo do discurso racista que materializa e impõe a inferioridade e a impossibilidade aos negros:

Excerto – 09

Pensei em me deixar submeter as sequelas simbólicas que o racismo acadêmico deixou no discurso e nos gestos dela, todavia, vi que isso seria assinar o meu próprio atestado de óbito enquanto eu fingia estar feliz para que ela não percebesse nenhuma insatisfação [*sic*] e não me jogasse na jaula com os leões [*sic*] brancos que a marcaram quase fatalmente.

Dessa maneira, precisamos refletir sobre “as sequelas simbólicas” que o racismo acadêmico impunha nas ações realizadas pela professora que, conforme a blogueira, foram essas sequelas que

materializaram a separação e a negação experienciadas por ela nesse ambiente. Assim, compreendemos que essas sequelas são vinculadas à reprodução do discurso do supremacismo branco. E, mesmo sendo negra, a professora orientadora, move a materialização do discurso racista na reprodução dos dizeres e posicionamentos que assume em seu relacionamento com sua orientanda. Ao final do texto, a blogueira escreve:

Excerto – 10

(...) tomei a decisão de morrer (...) por dentro até que minha casca sucumba em algum momento sem deixar danos aos que me amam

Nesse recorte, podemos refletir acerca do uso do verbo “morrer” utilizado pela blogueira, ao passo que aponta para o aniquilamento de todos os vestígios e marcas deixadas pelo discurso racista. O ato de escrever no blog, configura-se, dessa maneira, como um momento de partilha e de tentativa de resgate da identidade que foi, ao longo de sua história, desconstruída. O espaço acadêmico, conforme relato da blogueira, atenuou o processo de trauma que ela vivenciava na sociedade e é, por isso, que a doutoranda afirma que “ser anulada enquanto exerce um ato intelectual e reflexivo, é ser escravizada [sic]”. Eis a reprodução do sistema escravocrata na estrutura discursiva. Esse enunciado reproduzido pela blogueira nos mostra que o discurso racista se reproduz até mesmo no espaço acadêmico. E, apesar de ser velado, sua profundidade é comparada com a escravidão. Assim, a doutoranda conclui que:

Excerto – 11

Não é difícil lidar com traumas do racismo acadêmico, porém, é necessário entender que ou nós nos quilombamos, por meio do diálogo e tolerância, ou nós nos tornamos peças fundamentais do epistemicídio, matando intelectuais negros(as) antes mesmo deles serem ouvidos e vistos pelo mundo.

Dessa maneira, a partir da análise, podemos afirmar que o discurso é a instância em que se reproduz o racismo e suas violências e, ao mesmo tempo, é o lugar de diálogo. Esse relato da blogueira evidencia esse aspecto do discurso como lugar de partilha, lugar em que negros e negras podem colocar sua voz em exercício de luta contra a desconstrução de suas identidades. Luta em busca do acesso aos lugares e posições que lhes são ora limitados, ora negados.

Assim, reiteramos que discurso, ao mesmo tempo que é o espaço onde se reproduz o racismo e suas violências, é também o lugar de diálogo. Precisa ser o lugar de partilha e o lugar em que negros

e negras possam colocar sua voz em exercício de luta contra a desconstrução de suas identidades. Luta em busca do acesso aos lugares e posições que lhes são ora limitados, ora negados.

Dessa forma, após análise desse relato foi possível refletir que o discurso racista quando reproduzido no ambiente acadêmico potencializa ainda mais as tensões sofridas pelos negros de forma que as imposições dos padrões brancos se reproduzem como uma ameaça ao ser, ao pensar e ao agir dos sujeitos negros que ingressam na jornada acadêmica. A partir dos posicionamentos discursivos impostos pela ideologia do supremacismo branco, as representações reproduzidas pelos sujeitos interpelados por essa ideologia reforçam a inferiorização do negro, impondo o silenciamento discursivo do negro enquanto sujeito sócio-histórico.

7.2 O ambiente acadêmico nos mira na cabeça

Texto 2 – O ambiente acadêmico nos mira na cabeça ³³

24 nov 2017

A “intelectualidade” branca me aborrece. Pessoas brancas não sabem dialogar conosco sem desqualificar o nosso conhecimento teórico, ainda tem a mania infame de dizer as mesmas coisas que dizemos e dizer que não foi daquele jeito que havíamos enunciado. Isto compõe uma das dimensões do epistemicídio. Acredito que ainda há no âmbito da intelectualidade brasileira certa dificuldade de aceitar a intelectualidade vinda de pessoas negras. Pensar e dizer o que se pensa sobre os conhecimentos dentro da academia compõe a rotina de pesquisadores negrxs que assumem uma luta antirracismo dentro das Universidades.

Um contra argumento teórico de um/uma pesquisador(a) negro(a) nunca será visto como um exercício de intelectualidade, e sim como um desrespeito a mente ‘brilhante’ de pesquisadores brancos. Em meus diálogos com pesquisadores (as) brancos(as) observo uma série de coisas, dentre elas a exaustão de explicação que é exigido de nós, pesquisadores e pesquisadoras negrxs, quando eu percebi que eu havia assimilado como natural esta postura exaustiva de explicitação de coisas que entre interlocutores brancos não era exigido tamanho esforço, atinei que era mais um mecanismo do racismo dentro do ambiente acadêmico.

Não que pesquisadoras e pesquisadores negrxs não devam ser questionados, mas não deve ser desigual o modo como somos questionados, a desconfiança epistêmica a qual somos submetidos provem do racismo mais do que do interesse na construção do pensamento influenciador da nossa esfera discursiva de teorias. Outra coisa, xs pesquisadorxs brancxs subestimam descaradamente a inteligência do pesquisador e pesquisadora negrxs, já presenciei posturas como estas em eventos acadêmicos e em sala de aula, quando se trata de pesquisadorxs em formação. A realidade racial nunca possuiu um

³³ Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/o-ambiente-academico-nos-mira-na-cabeca/>

estágio de sutileza, mas atualmente encontra-se em um estágio cínico e até mesmo dissimulado. Quantos estudantes negrxs você já viu sendo prejudicado por manifestar um conhecimento maior que um pesquisador ou um professor branco?

O ambiente acadêmico já acostumou com a invisibilidade epistemológica da intelectualidade negra, basta observarmos as ementas curriculares dos cursos, principalmente de humanas, dentro das Universidades. O universo da Universidade é o universo da branquitude e isto é preocupante. Fico a pensar se a referência epistêmica não fosse as teorias francesas e sim as teorias africanas, como que seriam as nossas Universidades? Desculpem isto foi um sonho que eu tive enquanto escrevia.

Enquanto mulher negra presente no âmbito das relações acadêmicas da pós- graduação percebo que é visível o desconforto diante do meu discurso coerente acerca das teorias da intelectualidade branca. E ainda se eu me posiciono contra uma teoria fazendo apontamentos no próprio texto, recebo o discurso de autoridade “é assim por que eu sou phd nisto ou aquilo” ou “ fiz doutorado em Austin”, nunca ouvi Harvard. Professores e professoras branxcs, não é que a vocês pesquisadorxs negrxs devam pedir alguma permissão, mas, deixem-nos pensar, e não sejam agentes do epistemicídio. Não é normal que o Lattes seja um privilégio branco e que os eventos sejam em sua grande maioria tão excludentes e racistas. Parem de mirar a sua branquitude em nossas cabeças. Respeitem-nos, com ou sem Lattes. Beijos verdes.

Em continuidade a nossa proposta, trazemos a análise do segundo texto selecionado, intitulado “O ambiente acadêmico nos mira na cabeça”, que também foi publicado no site Blogueiras Negras. Pela leitura, descobrimos que ele foi escrito por uma mulher negra acadêmica que apresenta seu olhar acerca dos movimentos que envolvem o ambiente acadêmico brasileiro.

Logo no início, a blogueira escreve: “A ‘intelectualidade’ branca me aborrece”. Em relação ao que é dito, precisamos ressaltar que um dos primeiros efeitos de sentido que se constrói na leitura desse enunciado é o sentido do desabafo. Pela escolha que a blogueira utiliza, de escrever de forma mais direta e objetiva, evidencia-se a necessidade e até mesmo a urgência dessa expressão que parece “explodir” já na primeira linha do texto. Ao observarmos essa construção realizada pela blogueira, afirmamos a necessidade de refletirmos sobre as escolhas que promoveram essa ocorrência.

Em primeiro lugar, não podemos deixar de observar que a palavra “intelectualidade” aparece entre as aspas. Dentre os usos que esse recurso linguístico nos permite realizar, nessa ocorrência, no uso que a blogueira faz das aspas, pode ser lido como um intuito de promover no leitor o efeito de incredulidade, ou seja, promover um efeito inverso do sentido que a palavra aciona costumeiramente, que seria o sentido de qualidade. Com o uso das aspas, “intelectualidade” perde seu efeito positivo e assume um caráter de afastamento, de dúvida.

Em segundo lugar, cabe atentarmos para o fato de que o enunciado traz uma informação para o leitor, que algo aborrece a blogueira. Como vimos anteriormente, a palavra “intelectualidade” é colocada em uma posição de dúvida e podemos afirmar que a blogueira se refere ao posicionamento superior assumido pela classe branca no espaço acadêmico, ou seja, o destaque colocado na palavra “intelectualidade” já aponta para uma situação problema. A discente apresenta, dessa forma, um olhar crítico em relação ao desenvolvimento intelectual da classe branca no espaço acadêmico.

E, assim, precisamos refletir acerca da escolha do verbo “aborrecer” utilizado nessa construção. Como a blogueira apresenta um posicionamento de crítica e levando em consideração todas as leituras realizadas a respeito da inserção social do negro na sociedade brasileira, podemos afirmar que esse aborrecimento aponta para o processo de agenciamento psíquico identificado por Souza (1983) em seus estudos, de forma que a partir da identificação do discurso racista no ambiente acadêmico, a blogueira, que já convive com a imposição de um padrão incompatível, recorre a esse posicionamento que é resultado dessa tensão: entre o que é imposto a ela e o que ela deseja. Tensão entre o ideal branco e a sua estrutura psíquica, que conforme explica Souza (1983), é sufocada pelo padrão sócio-histórico-político imposto e, na tentativa de se ascender socialmente, esse conflito se expande e promove reproduções discursivas de baixo autoestima e angústia devido à falta de aceitação, a reprodução do discurso racista, de ódio e suas violências.

Isso se confirma de duas formas: por esse enunciado introduzir o texto de forma explosiva e chamativa, funcionando como um grito de desabafo, e, ainda, pelo conjunto de apontamentos que compõem esse relato escrito pela blogueira. Analisaremos esses apontamentos a seguir. A primeira justificativa apresentada pela blogueira é a seguinte:

Excerto – 12

Pessoas brancas não sabem dialogar conosco sem desqualificar o nosso conhecimento teórico, ainda tem a mania infame de dizer as mesmas coisas que dizemos e dizer que não foi daquele jeito que havíamos enunciado

Dessa forma, uma das causas desse aborrecimento da blogueira é por não ter os seus conhecimentos e a sua produção acadêmica validados no ambiente acadêmico. Como observamos, pelo recorte acima, a blogueira identifica que os argumentos movidos por ela, no fazer científico que empreende, são desqualificados pelos sujeitos brancos que compartilham as discussões e atividades no espaço acadêmico.

Os dizeres da blogueira no diálogo com os colegas é fruto de um processo de silenciamento discursivo que envolve a nossa sociedade, uma vez que a ação de desqualificar funciona como uma

forma de impossibilitar e desmotivar o fazer científico dos sujeitos negros. Essa desqualificação atinge até a reflexão realizada por esses sujeitos no espaço acadêmico, o que afeta e incide sobre a permanência e continuidade dos estudos e pesquisas empreendidas por negros.

Conforme afirma Orlandi (2007a), o processo do silenciamento discursivo impacta na formação da memória discursiva e essa dificuldade enfrentada pelos sujeitos brancos de estabelecer uma interação sadia e produtiva com os sujeitos negros dentro do espaço acadêmico, como relata a blogueira, é resultado da historicidade que reveste os discursos que posicionam o negro na sociedade brasileira. A ação de desqualificar e de questionar o conhecimento teórico desenvolvido por alunos negros no espaço acadêmico vem sendo sustentada por essa memória que se constitui por dizeres que sustentam o discurso racista. E, mesmo com o levante da bandeira de democracia racial, que é muito mais uma estratégia de manutenção do sistema econômico brasileiro capitalista e racista, sabemos que as políticas públicas ainda sofrem de defasagens no tratamento das ações que possibilitam desde a entrada até a permanência dos sujeitos negros no espaço acadêmico. Como ainda existem barreiras econômicas, sociais e raciais que dificultam e por vezes até impedem que o negro chegue ao espaço acadêmico, quando o negro consegue acessar esse espaço, logo em seus primeiros passos, ele já é alertado, confrontado e barrado.

Assim, entendemos que a memória que discursiviza o negro como um ser inferior, impossibilitado e incapaz de agir por sua própria responsabilidade, ainda vem sendo acessada, recuperando, consciente e/ou inconscientemente, a imagem de um negro que precisa ser submisso e, principalmente, a imagem de um negro que precisa atender às expectativas brancas. A memória discursiva, dessa forma, trabalha uma imposição sob o negro brasileiro: ser o que o branco espera dele e só acessar os lugares que lhes são permitidos.

Quando a blogueira afirma que os brancos costumam construir o argumento da mesma forma que os negros construíram, mas quando é o sujeito branco enunciando, os efeitos de sentidos são diferentes, pois o mesmo argumento enunciado pelo sujeito negro é anulado. É importante ressaltarmos que esse aspecto não tende a ser percebido por sujeitos que estão assujeitados pela ideologia do supremacismo branco, visto que, quando o negro argumenta, ocorre uma interdição. Essa interdição não pode ser percebida facilmente pelos sujeitos assujeitados por essa ideologia porque, quando eles estão na interação com sujeitos negros, estabelecerem justamente esse grau de “superioridade”, de controle e de domínio sobre os sujeitos negros. Sendo assim, podemos afirmar que essa é uma ocorrência do racismo sutil, silencioso, mas muito certo ao alvo: discentes negros.

Em seguida, no seu texto, a blogueira afirma que esse afastamento e essa negação realizada pelos brancos consiste em “uma das dimensões do epistemicídio”. Nesse sentido, vale destacarmos que a blogueira apresenta a consciência dos movimentos violentos que o discurso racista materializa

cotidianamente na sociedade brasileira. Entendemos que o epistemicídio contempla tanto o físico quanto o mental e, por isso, ressaltamos a importância da discussão acerca dos processos discursivos de (des)construção da identidade do negro brasileiro, pois as tentativas de exploração e de aniquilação sofridas pelos afrodescendentes advêm e se atualizam pautando-se em uma memória discursiva que é compartilhada entre os sujeitos que são assujeitados pela ideologia que impõe a inferiorização do negro. Por isso, a blogueira afirma que acredita “que ainda há no âmbito da intelectualidade brasileira certa dificuldade de aceitar a intelectualidade vinda de pessoas negras”. É essa dificuldade que comprova a presença da ideologia do supremacismo branco no ambiente acadêmico, como relata a blogueira.

De acordo com Nascimento (2003), os processos de (des)construção da identidade do negro pautam-se na bandeira da democracia racial na tentativa de manutenção da estrutura social, que se perpetua desde a Abolição em que se propaga a ideia de equidade racial. Entretanto, ao mesmo tempo, existe um movimento de desmonte da cultura negra na medida em que o negro é forçado a aceitar o posicionamento que se espera dele: o papel de submisso e figurante, necessário para a estruturação da pirâmide social que sustenta a sociedade brasileira.

Um negro que consegue conectar-se com sua identidade não aceita a posição e os lugares que a maioria da sociedade, assujeitada pela ideologia do supremacismo branco, espera encontrá-lo. Assim, como a blogueira relata, uma das dimensões do movimento de epistemicídio sofrido pelo povo negro é essa desqualificação do conhecimento teórico, dos argumentos e da abordagem defendida pelos negros na Universidade. Isso comprova a ocorrência do sortilégio da cor, conforme defende Nascimento (2003), pois existe uma separação, uma diferença de tratamento no fazer científico e no convívio entre os colegas no espaço acadêmico.

Essa diferença revela a hierarquização que se estabelece no espaço acadêmico. É uma hierarquização que se pauta no tom de pele dos discentes e, como Nascimento (2003, p.46) intitula, uma “verdadeira pigmentocracia” que propõe a valorização dos dizeres reproduzidos pelos sujeitos brancos e propõe a limitação e o esquivo daquilo que o negro reproduz a partir do conhecimento teórico que busca desenvolver. Entendemos, dessa forma, que a voz do negro é diminuída no espaço acadêmico. E, ainda, conseguimos entender o porquê dessa limitação, pois a reprodução discursiva de um negro consciente de seu processo sócio-histórico-político de inserção na sociedade consiste em uma reprodução que promove um olhar e um movimento de reflexão que busca questionar conceitos, posições e ideais cristalizados a partir de um olhar pertencente ao discurso do dominador que é um discurso racista.

Nesse sentido, reiteramos que essas posições cristalizadas que se reproduzem a partir de discursos que se filiam à ideologia do supremacismo branco materializam a dominação sob o povo

negro brasileiro e isso comprova o resgate da memória discursiva da colonização. Cristaliza-se a subalternidade do negro em prol da superioridade do branco em todos os espaços de destaque e prestígio. Um dos principais aspectos que Orlandi (2008) aponta para a reflexão acerca do discurso da colonização é pensar o movimento que se estabeleceu de apagamento da história pela noção de cultura. Assim, dentro do espaço acadêmico, o negro também é forçado – como em outros espaços na sociedade – a não se identificar com o seu processo histórico, mas a consumir tudo o que é imposto pela cultura dominante na sociedade brasileira.

A cultura valorizada segue o estilo branco europeu em que a inteligência, a beleza, o conhecimento e as preferências são aquelas que atendem às necessidades e exigências brancas. Esse consumo, por sua vez, engloba os padrões de posicionamento e as formas de reprodução discursiva aceitas pela ideologia dominante suplantando sob o corpo e sob a história negra um padrão a ser seguido e regras a serem cumpridas. Para além da submissão e do autoritarismo em que se revestem os discursos que autorizam e desautorizam a atuação e permanência dos negros na sociedade, ocorre um processo violento e ao mesmo tempo silencioso: a anulação do negro, que passa do coletivo ao individual.

Sem referências históricas, impossibilitado de construir a sua identidade e carregado das imposições que lhes são exigidas, o negro passa a se anular para conseguir a autorização e as permissões para acessar lugares e posições mais elevadas e de protagonismo. É importante ressaltar que os sujeitos que reproduzem esses discursos de dominação sob os negros – os discursos que valorizam a cultura branca e impõem um padrão aceitável ao negro que decide ascender socialmente – realizam a reprodução discursiva tanto consciente quanto inconscientemente, visto que uma vez interpelados pela ideologia do supremacismo branco, passam a considerar como corretos os dizeres veiculados por essa ideologia.

A história sofre o apagamento enviesado a partir da reprodução do discurso da classe dominante que, como Souza (1983) defende, é branca e racista. É, pois, por isso, possível afirmar que a sociedade brasileira atual ainda continua reproduzindo discursivamente a estrutura de dominação sob a população negra. Nesse sentido, vale atentarmos para o fato de que o próprio movimento de escrita e de registro desse relato publicado pela blogueira, uma graduanda negra, consiste em um movimento de luta e de defesa contra a reprodução do discurso racista no ambiente acadêmico. A ideologia do supremacismo branco, presente no espaço acadêmico, reproduz discursivamente reforços para que o negro seja silenciado em suas produções e percepções no fazer científico. Isso é evidenciado na seguinte afirmação:

Excerto – 13

Acredito que ainda há no âmbito da intelectualidade brasileira certa dificuldade de aceitar a intelectualidade vinda de pessoas negras

E, ao passo que ela escreve o relato de suas experiências no ambiente acadêmico, ela também revela sua consciência acerca das tentativas de desmonte da intelectualidade negra. Essa é uma das formas de hierarquização de poder que é sutil, mas que conseguimos percebê-la nessa proposta de análise discursiva.

Dessa forma, cabe atentarmos para o que Althusser (1970) explica acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado na medida em que são eles que promovem a reprodução das condições de produção na sociedade. A ideologia faz com que a repressão e a exploração funcionem harmonicamente graças aos Aparelhos de Estado e a ideologia dominante consegue reproduzir as suas regras na sutileza de sua materialização no cotidiano. Sendo assim, ao observarmos o ambiente acadêmico a partir dos relatos das pesquisadoras negras, dos seus olhares e de suas vivências, conseguimos entender que a hierarquização e a inferiorização do negro dentro do espaço acadêmico provêm de um discurso racista que é compartilhado a partir das relações imaginárias que os sujeitos adquirem no processo de assujeitamento.

É muito sutil e ao mesmo tempo muito violento, pois a ideologia do supremacismo branco impulsiona os sujeitos a reproduzirem a limitação, a diferença e até mesmo a dúvida em relação à presença e ao merecimento de pesquisadores e pesquisadoras negras no ambiente acadêmico. Porém, visto a capacidade de a ideologia conseguir trabalhar a percepção de suas exigências e imposições de forma harmoniosa para o sujeito que a reproduz, como defende Althusser (1970), torna-se muito mais previsível o sujeito “obedecer” a imposição da ideologia e seguir na reprodução constante dos dizeres que são aceitos do que realizar a reflexão acerca do posicionamento assumido em relação à presença do negro na Universidade. É por isso que os negros têm suas ações limitadas e são impedidos de falar e de apresentar seus argumentos, pois quando não assujeitados pela ideologia do supremacismo branco, apresentam um posicionamento de crítica e de reflexão em relação à reprodução de conceitos cristalizados e que remetem à memória discursiva da escravidão do povo negro. A Universidade, Aparelho Ideológico de Estado, acaba não impedindo, dessa forma, a reprodução do discurso racista que se instaura de maneira sutil, mas que impulsiona efeitos de sentidos profundos e que atuam nos movimentos de (des)construção da identidade negra dos discentes que acessam e que participam desse ambiente.

Como sabemos que o processo de interpelação não é visível aos sujeitos, dentro do espaço acadêmico, os sujeitos que são interpelados pela ideologia do supremacismo branco continuam a

reproduzir discursos de inferiorização dos negros e, por isso, tornam-se resistentes a discussões acerca da representatividade e da presença de negros em posições de protagonismo. Entretanto, essa resistência não é explícita, pois é preciso considerar o levante da bandeira de democracia racial, como explica Nascimento (2003), que busca impedir a luta antirracista e, ainda, não podemos deixar de afirmar que esse levante também se configura como estratégia de manutenção da estrutura social que remete à memória discursiva escravocrata. Com vistas, em primeiro lugar, ao apagamento sócio-histórico que a trajetória do povo negro brasileiro sofreu e sofre e, em segundo lugar, ao silenciamento discursivo instaurado desde o período da colonização, cabe salientar que a reprodução do discurso racista tem nesses dois processos o apoio para seu fortalecimento e disseminação na sociedade brasileira.

Dessa forma, entendemos que o negro ainda precisa vencer muitas barreiras para acessar o espaço acadêmico, pois desde a sua chegada ao Brasil, além de ter sido desumanizado pela escravidão e, mesmo após a Abolição, foi e vem sendo desautorizado de exercer atividades intelectuais. O relato da blogueira evidencia que o fato de conseguir adentrar o espaço acadêmico, fazer uma graduação e pós-graduação não é suficiente para vencer as imposições advindas do discurso racista, visto que, no interior do ambiente acadêmico, o discurso racista se reproduz de forma latente. Essas barreiras se constroem física e simbolicamente, ao passo que se sustentam nas relações sociais, políticas e históricas. São essas relações que posicionam os sujeitos no mundo, nas interações que empreendem no cotidiano e que juntamente com a ideologia são definidas e reproduzidas através da materialização discursiva na sociedade.

A estrutura escravocrata permanece rígida, embora esteja “escondida” sob os muitos véus dos discursos vinculados à ideologia do supremacismo branco, que tentam trabalhar a imagem do negro liberto e livre, quando na verdade encaminham/produzem esforços para controlar a construção da identidade negra, causando por sua vez uma desconstrução da identidade através do silenciamento discursivo, do apagamento sócio-histórico de elementos culturais e da imposição de um padrão incompatível com o corpo e a mente negra. Dessa forma, a partir do movimento de leitura do relato da blogueira, podemos ressaltar que a violência que incide sobre o negro é, conforme afirma Souza (1983), constata e cruel, ocorre de forma contínua, impondo, de um lado, os ideais do Ego do sujeito branco e, de outro lado, a anulação do corpo negro.

Segundo Souza (1983), o negro só consegue sair da alienação e da fragilidade que o discurso racista tenta constantemente lhe causar se ele constituir um discurso sobre si, se conseguir se identificar historicamente com a sua raiz, com o seu povo, com a sua história. E, assim, construir a sua identidade pautada não nas exigências que a sociedade impõe para cumprir, mas a partir de suas

próprias necessidades, a partir do seu olhar e das referências que lhe são significativas para sua reprodução discursiva e para sua vida.

Sendo assim, um trecho do relato nos chama a atenção, quando a blogueira afirma que

Excerto – 14

Pensar e dizer o que se pensa sobre os conhecimentos dentro da academia compõe a rotina de pesquisadores negrxs que assumem uma luta antirracismo dentro das Universidades

Nesse sentido, vale ressaltarmos a contribuição de Souza (1983) em relação ao movimento do “tomar-se negro”, pois, segundo a autora, o negro, para se livrar das amarras sociais que o aprisiona, precisa buscar se reconhecer e se reconectar com a sua identidade. E, considerando o movimento de internalização compulsória, defendido por Souza (1983), do ideal de Ego branco pelo sujeito negro, forçando-o a formular um projeto identificatório incompatível com seu corpo e história, observamos que a luta antirracista abarca um movimento de despertar, de reconhecimento da história e de reconexão com a cultura negra. Por isso, a blogueira se refere às ações de pensar e dizer como constituintes da luta antirracista, pois o negro alienado também é silenciado discursivamente.

O pensar e o dizer a partir das perspectivas de cada negro consiste em um movimento contrário ao que a ideologia do supremacismo branco tenta impor nas relações que se empreendem em toda a sociedade e, como analisamos, também dentro do espaço acadêmico. Conforme Amorim (2016) defende, o movimento de interpretação realizado pelo sujeito reconhece um discurso outro e nesse recorte podemos ver que a blogueira se posiciona contra o discurso racista reconhecendo a reprodução dele no ambiente acadêmico.

É, pois, por isso, que a blogueira afirma que um:

Excerto – 15

(...) contra argumento teórico de um/uma pesquisador (a) negro (a) nunca será visto como um exercício de intelectualidade, e sim como um desrespeito a mente ‘brilhante’ de pesquisadores brancos

Compreendemos, dessa forma, conforme relato da blogueira, que existe um movimento de desmonte do fazer científico que é empreendido por sujeitos brancos dentro do espaço acadêmico. Observando esse recorte mais atentamente, podemos analisar que esse movimento de o negro apresentar um contra-argumento em uma discussão e ser anulado é a evidência do processo do silenciamento discursivo, pois além de o negro ter que lutar para adquirir a permissão de permanecer no espaço acadêmico, como vemos nos relatos analisados, o posicionamento que diverge do que o

branco defende não é tolerado. Isso implica em o negro se colocar em duas situações de risco: aceitar a imposição de formas de pensar, reproduzindo os argumentos que são aceitos pela maioria, ou se colocar em posição de reflexão, expondo e defendendo seus argumentos.

As duas situações envolvem a reprodução de um discurso violento contra o negro no espaço acadêmico, porque na primeira situação, o negro precisa negar o seu modo de pensar para se enquadrar no discurso dominante. E, na segunda situação, o negro assume a posição de reflexão, mas precisa lutar contra o discurso que busca aniquilar a sua própria construção de identidade. As tomadas de posição ideológica assumidas pela classe dominante visam a legitimidade de sua dominação e, no espaço acadêmico, isso também ocorre. Nesse recorte analisado do relato da blogueira, observamos que o discente negro é sempre colocado em posição inferior ao discente branco e esse posicionamento, assumido e reproduzido constantemente, configura-se como violência simbólica, conforme defende Bourdieu (1989).

De acordo com Fernandes (2008), devido à forma de inserção da população negra no mercado de trabalho ter sido marcada pelos indícios do processo de escravidão que levou o negro a se posicionar em lugares marginalizados, foi que surgiram as maiores exigências em relação à atuação do negro nesses espaços. Sendo assim, podemos afirmar que a memória discursiva compartilhada pela sociedade brasileira prevê esse movimento de “conferência” exagerada frente às afirmações, aos posicionamentos e às propostas realizadas por sujeitos negros. A blogueira confirma essa ocorrência quando relata que, em seus diálogos com colegas pesquisadores brancos, observava “a exatidão de explicação” que é exigida dos discentes negros.

Existe, ainda, uma desconfiança em relação ao posicionamento do negro e essa desconfiança é a reprodução, de forma velada, do discurso racista no ambiente acadêmico. Podemos observar esse aspecto no recorte do relato a seguir:

Excerto – 16

(...) quando eu percebi que eu havia assimilado como natural esta postura exaustiva de explicitação de coisas que entre interlocutores brancos não era exigido tamanho esforço, atinei que era mais um mecanismo do racismo dentro do ambiente acadêmico.

É importante atentarmos para o fato de que a possibilidade de o negro aceitar atitudes como essa, considerando como algo normal, ocorre de maneira que essa aceitação o leva a concordar inconscientemente com a lógica racista e sutilmente ela passa a não questionar a estrutura da classe dominante. Por isso, Fernandes (2008) afirma que a inserção do negro na sociedade, principalmente nos espaços de trabalho, se deu de forma estratégica com vistas apenas dos interesses e dos valores econômicos, sociais e políticos da classe dominante. Assim, entendemos que, desde então, a voz do

negro foi “freada” a fim de evitar que a reivindicação por direitos e oportunidades ganhasse uma repercussão que dificultaria o supremacismo da cultura branca, aquela que reproduz um discurso de superioridade e de dominação em relação à cultura negra e afrodescendente.

Esse recorte do relato revela a ação do poder simbólico que, como explica Bourdieu (1989, p.14), é capaz “de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”. Nesse sentido, a blogueira reconhece a materialização das relações de força que o discurso racista impõe sobre os discentes negros no ambiente acadêmico. Exigir dos negros e não dos brancos é uma forma de reprodução da violência de forma mascarada.

Dessa forma, é importante recordar o que Fanon (2008) defende em relação ao posicionamento do negro diante das exigências que lhe são impostas cotidianamente. Segundo esse autor, ao tomar o aval do branco como única possibilidade de existência, o negro passa por um processo de alienação em que fica submisso aos ditames impostos pelo branco. E, como Fanon (2008) mostra que essa alienação não é um processo individual do negro, conseguimos identificar a ação da ideologia do supremacismo branco que interpela não somente os sujeitos brancos, mas também sujeitos negros que, segundo Fanon (2008), não têm consciência das condições econômicas, sociais e políticas que os posicionam e os limitam entre os lugares e posições dentro da sociedade.

O relato da blogueira, dessa forma, demonstra a ocorrência desse processo dentro do espaço acadêmico, afetando o posicionamento e o fazer científico empreendido por sujeitos negros nas universidades. Entretanto, é importante destacar que a blogueira defende o ponto de vista de que a estrutura social brasileira é sustentada pelo racismo, uma vez que ela afirma que não deve ser desigual a forma como pessoas negras são questionadas, pois a desconfiança na qual os acadêmicos negros são submetidos “provem do racismo mais do que do interesse na construção do pensamento influenciador”(sic).

O discurso racista no interior do espaço acadêmico provoca, dessa forma, forte repressão dos sujeitos negros. E, como a bandeira da democracia racial é sustentada expressivamente na reprodução desse discurso, o negro que deseja participar do ambiente acadêmico tem somente uma alternativa que lhe é permitida: aceitar as imposições que lhe são feitas. O discurso racista trabalha com a reprodução de dizeres que propagam a ideia de que o negro é livre desde a Abolição e desfruta da igualdade social e, por isso, prega a negação de todo movimento de reflexão contrário a essa ideia, negação de resgate histórico e do posicionamento crítico em relação às estruturas que cristalizaram a inferiorização do negro brasileiro.

Nesse sentido, vale recordar as contribuições de DiAngelo (2018) em relação ao posicionamento assumido por sujeitos brancos em forma de uma “defesa” em situações em que o

assunto raça entra em pauta. Segundo a autora, a discussão sobre raça desencadeia uma reflexão acerca dos privilégios brancos sobre a população negra que é inferiorizada. A esse movimento, a autora denomina como Fragilidade Branca, pois em situações de desconforto sobre o tema racial, os sujeitos passam a se esquivar da situação comunicativa.

É importante ressaltar que entre os movimentos identificados como forma de “defesa” estão, de acordo com DiAngelo (2018), o silêncio e o abandono da situação criadora de estresse. Esse é o posicionamento dos sujeitos que reproduzem a superioridade do branco sobre o negro. A ação de se calar e se retirar da situação de debate consiste em uma forma de violência, pois diminui e até invisibiliza as demandas dos sujeitos negros.

Sendo assim, podemos entender que a desconfiança que marca a relação entre os pesquisadores brancos e negros na academia não se materializa apenas por meio dos questionamentos incessantes, mas também existe um descrédito compartilhado por sujeitos que passam a acreditar que o negro não detém as mesmas capacidades que eles julgam os sujeitos brancos possuírem. E, assim, a blogueira afirma que:

Excerto – 17

(...) subestimam descaradamente a inteligência do pesquisador e pesquisadora negrxs

Essas são as tentativas racistas que visam promover o silenciamento do povo negro, um silenciamento discursivo, pois permeia todas as esferas das interações empreendidas pelos sujeitos no cotidiano. E, assim, podemos afirmar que, mesmo sutil, o discurso racista impera sobre o ambiente acadêmico de forma a limitar o posicionamento do negro dentro desse ambiente. Conforme defendem Cano & Silva (2021), é preciso considerarmos as relações interdiscursivas na reflexão acerca dos sentidos que se formam entre os discursos, por isso, ressaltamos a presença do discurso racista materializado nesse posicionamento denunciado pela blogueira, o posicionamento de descrédito em relação à capacidade do discente negro no ambiente acadêmico.

Além de resultar no silenciamento discursivo, o descrédito reproduzido pelos sujeitos interpelados pela ideologia do supremacismo branco leva a reprodução da violência simbólica contra os negros que frequentam esse ambiente, uma vez que é acrescido da desvalorização das pesquisas desenvolvidas pelos discentes negros. Na reprodução de posicionamentos como esse, denunciado pela blogueira, observamos a sustentação discursiva do ideário racista, promovendo a separação e inferiorização do sujeito negro na sociedade brasileira.

Em seguida, a blogueira afirma que a realidade racial brasileira

Excerto – 18

(...) atualmente encontra-se em um estágio cínico e até mesmo dissimulado

Esse estado cínico e dissimulado sustenta a desaprovação e o desmerecimento que os pesquisadores negros sofrem no espaço acadêmico. Por isso, entendemos que, mesmo com toda a dificuldade enfrentada pelo povo negro de acessar o ensino superior, devido à reprodução do discurso racista que fortalece os aparelhos ideológicos e repressivos de Estado no movimento de limitação e até mesmo proibição do negro em acessar espaços e lugares, quando um estudante negro adentra o espaço acadêmico, não significa que a luta pelos seus direitos termina. Isso, pois, como observamos nos relatos analisados, mesmo após conquistar o direito de pertencer a esse ambiente, o negro ainda precisa estar em alerta, se justificar a todo momento e se esforçar para que seus argumentos sejam considerados e para que a sua produção seja validada. Tudo isso ocorre porque o racismo está presente nesse ambiente e é através da reprodução do discurso racista que o negro vai sendo veladamente inferiorizado, padronizado, alienado e calado.

Todos esses aspectos dialogam com a noção desenvolvida por Almeida (2018) do termo “raça” que segundo o autor ainda é um termo utilizado para naturalizar as desigualdades existentes entre brancos e não brancos. Por isso, podemos refletir acerca da historicidade dos sentidos evocados por esse termo, ao passo que vem sendo empregado para justificar tanto a segregação quanto o genocídio do povo negro. Nesse sentido, vale atentarmos para um aspecto importante. Conforme a blogueira afirma, o ambiente acadêmico se

Excerto – 19

(...) acostumou com a invisibilidade epistemológica da intelectualidade negra

A justificativa que a blogueira traz para essa afirmação é a de que as ementas curriculares dos cursos, principalmente de humanas, trabalham essa invisibilidade do negro. Então, o que ocorre é que, quanto menos se fala sobre a cultura negra, autores negros e suas produções, mais se contribui para a desconstrução da identidade negra. Conforme nos mostra Nascimento (2003), o movimento de desconstrução da identidade negra visa o controle discursivo e a dominação dos elementos que configuram a cultura brasileira, pois quanto menor a reprodução que retoma e representa o protagonismo negro, mais disseminado são os discursos que padronizam as exigências e o consumo cultural que trabalham, ambos, a partir da materialização da ideologia dominante, a superiorização da classe branca.

A raça, dessa maneira, passa a ser um fenômeno de distribuição e de categorização. Segundo Nascimento (2003), raça pode ser entendida como um fenômeno socialmente construído, ou seja, existe uma dominação racial que tem a cor negra como critério de classificação de inferioridade. Assim, entendemos que a discriminação racial se perpetua na medida em que o discurso racista se materializa a partir da ideologia do supremacismo branco.

Sendo assim, ao analisarmos a construção reproduzida pela blogueira, podemos afirmar que o verbo “acostumou” provoca um efeito de sentido que nos permite identificar a violência que reveste essa reprodução. Acostumar significa tornar normal, corriqueiro e comum. A blogueira afirma que o ambiente acadêmico se acostumou com a invisibilidade da intelectualidade negra. E isso nos faz refletir acerca de que essa invisibilização do negro ocorre de forma muito velada dentro do ambiente acadêmico. Esse movimento de invisibilização do negro dentro do ambiente acadêmico segue a proposta reproduzida pelo discurso racista que, por sua vez, impulsiona o processo de dominação sobre o negro.

O ambiente acadêmico acaba fortalecendo o imaginário social compartilhado pela sociedade brasileira de que o padrão consiste na cultura branca e todos os sujeitos que se distanciam dela são, discursivamente, taxados como inferiores. Dessa maneira, é possível afirmarmos que o supremacismo branco causa a desconstrução da identidade do negro brasileiro, visto que nos espaços sociais o negro precisa adequar-se para ser aceito. Essa adequação inclui a submissão às regras de comportamento pré-estabelecidas para interação nos ambientes sociais que é ditada por sujeitos que ocupam posições de protagonismo e liderança tanto física quanto simbolicamente, os sujeitos brancos interpelados pela ideologia do supremacismo branco.

A construção da identidade negra é marcada pelo processo discursivo do silenciamento. Além de ser um apagamento histórico e social e, portanto, discursivo, é sobretudo o reforço da vertente racista, porque com minguadas representações sociais da cultura negra, a população negra fica sem referentes, sem representação, com o registro do seu passado histórico comprometido, a população negra fica fragilizada. Uma vez fragilizada tende a aceitar com maior facilidade e menor resistência as exigências que são impostas e reproduzidas pelo discurso racista, proveniente da classe social dominante, branca e racista. Assim, a blogueira conclui que:

Excerto – 20

O universo da Universidade é o universo da branquitude e isto é preocupante

É uma preocupação compartilhada pela população negra, pelos estudantes negros, pois a etiqueta de “universal” que a Universidade brasileira carrega é enviesada pelo padrão da classe

dominante, um padrão branco e europeizado. Nesse sentido, ao observarmos o recorte acima, recordamos uma contribuição de Gilroy (2012), quando o autor afirma ser necessária a luta para que os negros sejam reconhecidos como agentes, como pessoas capazes. Embora constantes e extensas a materialização da dominação da classe dominante pelas reproduções do discurso racista, reiteramos a necessidade de discussões acerca do combate ao racismo, principalmente, no ambiente acadêmico.

É interessante destacar que, no meio de seu relato, a blogueira reproduz uma construção que muito se assemelha com um desabafo, como podemos ver no seguinte trecho:

Excerto – 21

Fico a pensar se a referência epistêmica não fosse as teorias francesas e sim as teorias africanas, como que seriam as nossas Universidades? Desculpem isto foi um sonho que eu tive enquanto escrevia

Assim, entendemos o quanto é sufocante a pressão exercida pelo discurso racista, pois o sujeito negro se vê na condição de se desculpar por pensar diferente, desculpar-se por querer ser incluído, uma vez que vemos ser esse o posicionamento reproduzido pela blogueira durante a sua narrativa nesse relato. Dessa forma, conseguimos entender a relação textual e discursiva que a blogueira propõe no título de seu relato:

Excerto – 22

O ambiente acadêmico nos ira na cabeça

Nesse sentido, recordamos as contribuições de França (2019) acerca do discurso de ódio contra os negros. O recorte acima revela a intensidade da reprodução do ódio e do racismo no espaço acadêmico e como esse ódio afeta os sujeitos negros que frequentam esse ambiente. Como foi analisado anteriormente, a postura da blogueira demonstra um olhar crítico e atencioso para os acontecimentos e os episódios que constituem a jornada acadêmica levando-a a reconhecer que o tratamento que os negros recebem é inadequado e fere os direitos já conquistados. França (2019) chama a atenção para o aspecto político do ódio, pois são justamente os sujeitos que se posicionam contra a desigualdade racial que são atacados pelo ódio. Por isso, autor afirma que o discurso de ódio que se reproduz na sociedade brasileira vincula-se a nossa história por meio da memória discursiva compartilhada socialmente.

Além de ser um movimento de denúncia das várias formas de epistemicídio contra o negro acadêmico, a blogueira reforça as relações discursivas que se estabelecem entre os argumentos que ela defende e os argumentos defendidos por outros colegas na Universidade. Conforme a blogueira:

Excerto – 23

se eu me posiciono contra uma teoria fazendo apontamentos no próprio texto, recebo o discurso de autoridade “é assim por que eu sou phd nisto ou aquilo” ou “ fiz doutorado em Austin”, nunca ouvi Harvard

A reprodução do discurso racista dentro do espaço acadêmico ocorre de forma bastante silenciosa, de maneira que o levante da bandeira de democracia racial buscar impor a imagem do negro livre e desfrutando de iguais condições de acesso a lugares e posições a fim de desvalidar a luta antirracista. De acordo com França (2019), o processo discursivo do esquecimento contribui para a reprodução do discurso de ódio na sociedade brasileira, pois a reprodução discursiva do ódio se vincula à nossa história. Como esse autor explica, a história de constituição do nosso país é pautada no escravismo, no preconceito e no racismo e, assim, entendemos que o discurso de ódio ainda é veiculado na tentativa de afastar, impedir e até mesmo anular os sujeitos negros na sociedade. Por isso, quando a blogueira afirma que o ambiente acadêmico mira na cabeça do negro podemos afirmar a reprodução da violência racista nesse ambiente.

Esse apontamento da blogueira reforça a necessidade e a importância da construção do discurso de identidade negra, pois a identificação com a cultura negra permite ao negro compreender os fatores sócio-históricos que o posicionam na sociedade. E, uma vez conscientizados, passam a ter um posicionamento de enfrentamento e de luta contra as injustiças bancadas pelo discurso racista.

Por isso, ressaltamos uma das contribuições de Fanon (2008) quando o autor defende que a solução contra o sistema racista perpassa a necessidade de o negro se transformar em um ser de ação. O próprio espaço do dizer, do acontecimento discursivo se torna um potencial para essa transformação, pois, a (re)produção e a (des)construção de enunciados movimentam acontecimentos, que, por sua vez, configuram-se nas ações empreendidas cotidianamente entre os sujeitos e a sociedade. E, conforme Fanon (2008) argumenta, os ambientes racistas pedem esse posicionamento do negro, um posicionamento de ação. O relato da blogueira surge como um impulso para que o negro assuma uma posição de luta no espaço acadêmico que ainda se constitui como um ambiente propício à reprodução da inferiorização e limitação do povo negro.

O relacionamento entre negros e entre negros e brancos ainda é muito conflituoso, característica direta do colonialismo que se reproduz discursivamente no cotidiano brasileiro. Fanon (2008, p.34) nos ajuda a entender que o processo de inferiorização do negro resulta do “sepultamento de sua originalidade cultural” e se atenua com a reprodução da cultura europeizada, consumida pela classe dominante brasileira. Tal fato ocorre porque a cultura negra é rejeitada, negada e silenciada historicamente e o discurso é o espaço em que ocorrem as reproduções desses processos de inferiorização e epistemicídio negro.

E, somado a isso, temos a proposta de Souza (1983) que defende a necessidade de o negro tornar-se negro para vir a ser um ser social, ser histórico, enraizado com sua cultura e povo. Um ser que se considera como pessoa, que entende os processos que buscam a sua “alienação” e que luta contra a reprodução do discurso racista. Esse é o negro liberto. Liberto do padrão inalcançável que o branco o fez acreditar ser possível alcançar. Liberto das necessidades de se justificar incansavelmente por tudo que projeta e empreende. Liberto do tratamento diferenciado e da falta de confiança em suas produções científicas. Liberto da necessidade de pedir autorização e ter que esperar o aceite do branco para acessar lugares e posições sociais. Liberto da intelectualidade tóxica, cínica e racista que finge tapar os olhos frente a importância da voz negra para a construção e compartilhamento dos conhecimentos em todas as áreas do saber científico.

A análise desse relato nos permite refletir, portanto, sobre a importância de o sujeito negro desenvolver o trabalho científico integralmente, pois é a partir das reproduções discursivas realizadas por cada pesquisador negro que se torna possível o aprofundamento nas discussões raciais e todas as questões que perpassam os movimentos sócio-histórico-políticos que posicionam o negro brasileiro na sociedade. O relato da blogueira é uma denúncia contra os movimentos que a ideologia do supremacismo branco impõe sobre o negro. A interpretação que a blogueira desenvolve em seu discurso não advém de acontecimentos alheios, mas de acontecimentos sofridos por ela e que demonstra a violência reproduzida pelo discurso racista no ambiente acadêmico.

Vimos que uma das principais imposições do silenciamento discursivo sobre os sujeitos negros no ambiente acadêmico é devido à negação do desenvolvimento da intelectualidade do negro. Herança da escravidão, a inferiorização do negro ainda permanece sendo reproduzida de forma latente, embora silenciosa. Portanto, ambos os relatos reforçam a necessidade de luta contra a reprodução do discurso racista e suas violências que são constantemente reproduzidas na sociedade brasileira.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os movimentos de leitura e análise realizados no desenvolvimento dessa pesquisa, alguns apontamentos serão traçados a seguir.

Em primeiro lugar, voltando-nos para a questão discursiva, compreendemos que o discurso, como constitutivo das práticas sociais, envolve uma série de relações e processos que o possibilita exercer o controle das formas de reprodução entre as interações empreendidas socialmente. A partir desse controle, ocorre uma seleção entre os dizeres – o que pode e deve ser dito – e os sujeitos – para quem, o porquê e como deve ser dito. Os sentidos que resultam dessas interações discursivas são variados, mas dependem, sobretudo, das formações ideológicas e discursivas que propiciam os “caminhos” que regem os movimentos de interpretação realizados por cada sujeito em cada interação empreendida. Além disso, a memória discursiva também colabora para esse processo de interpretação, ao passo que fornece o “histórico” de sentidos e efeitos de sentidos que nela se encontram armazenados e que são acessados pelos sujeitos nas reproduções discursivas a partir do enlace existente entre a língua e a história.

Para além dos sentidos que são fornecidos pela memória discursiva, existe o processo do silenciamento discursivo que, como vimos, busca suspender, limitar e, até mesmo, anular a reprodução discursiva de determinados sentidos. A principal motivação desse processo ocorre pela determinação política que envolve as reproduções discursivas que ocorrem entre a constituição da língua e de cada sociedade com seus sistemas organizacionais: populacional e de distribuição de renda. Da mesma forma que a memória e o silêncio atuam na reprodução discursiva, discutimos também acerca das condições de produção dos discursos que abarcam desde as características do contexto social de interação, as características simbólicas que formam cada acontecimento discursivo até as representações que cada sujeito promove de si e do outro nas diferentes práticas discursivas em que se envolve. Assim, entendemos que as estruturas da língua possuem uma autonomia relativa, visto que o processo discursivo envolve relações ideológicas de classes.

A ideologia, por sua vez, age no campo discursivo por meio do jogo de força e poder que se estabelece entre língua e sujeito. O movimento de interpelação promove um “ajustamento” das possibilidades de tomadas de posição assumidas por cada sujeito a depender do que é permitido reproduzir de acordo com a ideologia que o assujeita. Tal movimento é

inconsciente e, juntamente, com o processo de interpretação, transmite aos sujeitos a ideia de autonomia nos dizeres e nos posicionamentos que assumem.

Embora a ideia da autonomia nas escolhas e reproduções discursivas seja apenas uma aparência, o desempenho com que os sujeitos se empreendem condiz com as disposições impostas pela ideologia que os interpelam. Dessa forma, percebemos que o discurso envolve as relações sócio-histórico-políticas de uma sociedade e que, por isso, tem a capacidade de afetar as posições e os posicionamentos sociais, bem como os processos de significação realizados pelos sujeitos em cada situação de interação.

A reprodução das relações ideológicas de classes promove reproduções discursivas de forma a instaurar e fortalecer a hierarquização da sociedade. Tal hierarquização é pautada de acordo com os níveis de poder de troca compartilhados entre os grupos sociais. O poder de troca resulta do desempenho realizado pelos sujeitos e pelos grupos sociais a partir do fator socioeconômico no qual pertencem. Por isso, os sujeitos que possuem maior poder aquisitivo desfrutam de posições mais elevadas – ocupando o topo da pirâmide hierárquica – e assumem, dessa forma, as posições e cargos que conferem maior prestígio e retorno econômico.

Entretanto, diante da pesquisa, entendemos que o critério socioeconômico que aloca os grupos sociais dentro dessa hierarquia possui uma lacuna histórico-discursiva que privilegia o grupo social que atualmente compõe a classe detentora do poder dominante: a classe branca. Essa lacuna remete justamente ao período da colonização em que os sujeitos brancos desfrutaram de uma supervalorização trazida pela cultura europeia e, em contrapartida, a colonização com o seu processo de escravização foi, para os negros, como uma sentença que os aprisionou em posições de submissão às demandas da classe dominante.

Conforme discutido no desenvolvimento da pesquisa, entendemos que a escravidão marcou fisicamente e discursivamente os corpos negros, o que acarretou a reprodução massiva do discurso de ódio contra a população negra. A presença do negro no território brasileiro foi acompanhada, ao longo da história, pela reprodução da violência por parte da classe dominante. A partir das discussões realizadas, constatamos que as violências reproduzidas pelo discurso racista se manifestam pelo poder simbólico, uma vez que visam à dominação de uma classe sobre a outra. O sujeito brasileiro, de acordo com Orlandi (2008), convive com uma tensão que impõe a face cultural valorizada desde o período da colonização. Frente à essas confusões, tensões e inversões, o negro brasileiro acaba por sentir esse processo ainda mais latente, uma vez que o preconceito e a discriminação o afastam do acesso a posições e lugares valorizados na sociedade, o que potencializa a dificuldade de ele conseguir construir um discurso sobre si.

A ausência desse processo de identificação causa a submissão ao discurso da classe dominante, ou seja, da classe branca. Causa a aderência/filiação às expectativas outras, ou seja, às expectativas do branco, ao passo que só após a satisfação de expectativas que lhe são impostas, o negro passa a ser considerado/incluído no espaço social. E, também, não podemos deixar de pensar no controle discursivo que promove a manutenção dessa estrutura dominante e racista.

Todavia, para além da raiva, do ódio e do repúdio reproduzido por meio de discursos administrados pela classe dominante contra o sujeito negro brasileiro, percebemos que as relações sócio-histórico-políticas apontam para um movimento muito mais profundo, ao passo que tal movimento se revela por muitas vezes silencioso, embora se encontre emaranhado na estrutura social que constitui a sociedade brasileira. Por isso, refletimos, no decorrer da pesquisa, acerca do discurso racista que se constitui a partir de dizeres e posicionamentos que buscam constantemente materializar a limitação, inferiorização e negação do sujeito negro na sociedade brasileira.

O objetivo geral da pesquisa foi refletir e analisar relatos sobre a experiência de discentes negros abordando as dificuldades e empecilhos enfrentados pelo negro brasileiro no ambiente acadêmico que se relacionam com a ideologia de classes dominantes em um contexto de racismo e suas violências. E, assim, vimos que o discurso racista não é legitimado em sociedades democráticas, mas, a partir de análises, é possível observá-lo nas marcas discursivas reproduzidas entre as instituições presentes na sociedade brasileira e que compõe a rotina cotidiana dos sujeitos que aqui vivem. O silenciamento, a forma velada de reprodução e a estratégia de imposição das regras de aceitação que se revestem no discurso racista reproduzido atualmente são responsáveis por fortalecerem a violência contra os sujeitos negros. Além da violência, instaura-se um padrão de aceitação em que ocorre a supervalorização e reprodução da cultura branca dominante em detrimento da cultura negra tratada como inferior.

Por isso, consideramos e reiteramos a necessidade de discussão acerca dos discursos que apontam para a constituição do sujeito brasileiro enquanto ser social participante do cenário sócio-histórico-político e, portanto, discursivo, de formação da sociedade, tanto em termos culturais como em termos organizacionais. No decorrer da pesquisa, entendemos que o discurso do descobrimento impôs uma tensão que incide sobre a constituição do sujeito brasileiro, ao passo que instaurou, desde a colonização, a necessidade de reproduzir a polaridade existente entre a posição do dominador e a posição do dominado. Foram as condições de produção da colonização que implantaram as formas de convivência entre os sujeitos que, conforme os sentidos foram se reproduzindo, passaram a se posicionarem de acordo com o discurso do descobrimento em que os brancos assumiam as posições superiores e os negros continuaram a

ocupar as posições que lhes eram atribuídas, sendo forçados a posição inferior que lhes eram impostas.

Nesse cenário de imposições e violências contra os sujeitos negros, buscamos contribuições nas discussões acerca de raça, racismo e identidade negra para a compreensão dos processos de incidem sobre a constituição dos sentidos que vêm, constantemente, ao longo da história da sociedade brasileira, buscando a limitação e exclusão dos sujeitos negros da participação social. A partir das reflexões realizadas, entendemos que os processos de dominação e subordinação, que incidem sobre a população negra que também sofreu com o movimento diaspórico, interferem no processo de formação de identidades compartilhado pelos negros. Vimos que uma população sem uma identidade consolidada se torna vulnerável, principalmente, no interior de uma sociedade capitalista e estruturada a partir das relações ideológicas de classes. Isso resulta na exploração da população negra, pois são traçadas exigências para que os negros possam “merecer” ocupar as posições que lhes são permitidas. Dessa forma, a bandeira da democracia racial, fortemente levantada pela classe dominante, funciona como estratégia de manutenção da supremacia desfrutada pela classe dominante, a classe branca.

A exploração da população negra, como Fernandes (2008) explica, não terminou na Abolição, visto que o movimento de integração social do negro brasileiro foi pautado na diferença de tratamento e na falta de oportunidade de qualificação e trabalho. Não houve políticas de “reparo” voltadas à inclusão dos negros a todos os espaços sociais e, para garantir o sustento, a população negra, em grande parte, alocou-se longe dos centros urbanos e passou a exercer o trabalho manual e braçal. Assim, as diferenças sociais entre brancos e negros continuaram e perduram até os dias atuais.

Devido a todos esses elementos que envolvem a reprodução discursiva e as relações que se estabelecem acerca da presença do sujeito negro na sociedade brasileira, selecionamos as discussões que se dedicam à compreensão dos processos de (re)produção do discurso racista no ambiente acadêmico, refletindo acerca das violências que se direcionam aos sujeitos negros que participam desse ambiente. Os dois textos analisados, relatos de discentes negras, revelam a reprodução do discurso racista no ambiente acadêmico de forma ampla, embora silenciosa.

Após lançarmos um olhar atento para a materialidade discursiva dos recortes selecionados, podemos afirmar que, com a forte reprodução do discurso racista, ao adentrar o espaço acadêmico, o negro sofre com a imposição de posicionamentos que são aceitos pelos brancos, as máscaras brancas de que Fanon (2008) trata. Essa imposição, de acordo com os relatos analisados, leva ao silenciamento discursivo do negro no espaço acadêmico, uma vez

que somente os argumentos e pontos de vista dos sujeitos brancos são considerados. O negro é controlado no desenvolvimento de pesquisas e atividades acadêmicas. Por isso, entendemos que o discurso racista impede os sujeitos negros de desenvolverem autenticidade na rotina acadêmica uma vez que a presença deles no espaço acadêmico é marcada pela diferença, limitação e negação.

Ressaltamos, dessa maneira, a importância da construção de um discurso do negro sobre o negro, já que a falta desse discurso é identificada por Souza (1983) como prejudicial à vida do negro, principalmente, no que tange à sua emocionalidade. Como Nascimento (2003) defende, existe um controle do processo de construção da identidade dos negros e afrodescendentes que vivem na sociedade brasileira e tal controle não pode deixar de ser reconhecido como uma forma de dominação, uma vez que fortalece a reprodução do discurso racista. Esse controle do processo de identificação do negro brasileiro também pode ser refletido pela forma que cada indivíduo se interpela em sujeito. Como Pêcheux (1975) assegura, esse movimento revela a identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina. Desse modo, podemos entender que muitos negros são assujeitados pela ideologia do supremacismo branco e é a partir dela que passam a se projetar nas relações interpessoais que empreendem.

Ainda, vimos que o silenciamento discursivo, promovido pelo racismo estrutural, cria uma barreira que tenta impedir a experiência de ser negro em uma sociedade branca. De acordo com Souza (1983), os impactos desse movimento de ser negro em uma sociedade branca, que é também uma sociedade de classe e ideologia dominantes brancas, de estética e comportamentos brancos e, ainda, de exigências e de expectativas brancas, atingem a construção da emocionalidade dos sujeitos negros. Desse modo, tornar-se negro consiste em um ato de luta social. Quando o negro responde positivamente à proposta de ascensão social que lhe é imposta, tem a sua identidade fragmentada e enviesada pela ideologia do supremacismo branco, ao passo que absorve valores, status e prerrogativas brancos. Tornar-se negro é, portanto, assumir um posicionamento de luta contra o sistema racista. Os dois relatos analisados demonstram a não conformação das discentes com o preconceito e com o racismo sofrido pelos negros no ambiente acadêmico. Os recortes apontam para um posicionamento crítico, de tomada de posição contra o racismo, de luta contra a inferiorização do negro no espaço acadêmico.

A luta contra a dominação e submissão imposta aos negros exige a reflexão acerca dos privilégios brancos. Esse movimento revela a violência simbólica que se reveste na necessidade que o negro possui de se sentir parte da sociedade que ele mesmo ajudou construir. Souza (1983) nos mostra que é a partir dessa busca, por parte do negro, que a ascensão social, por meio do

processo ideológico, ganha um sentido de redenção para os negros. Então, conseguimos perceber a ação da ideologia afetando desde o fator econômico, social até o político, introjetando no negro interpelado por essa ideologia do supremacismo branco – como escolhemos denominar a ideologia que busca apagar/anular o negro – a necessidade de ser como aquele sujeito que já é aceito e aparentemente livre, o branco.

Além de estar nessa tentativa de cumprir o desejo do outro, ainda é imposta ao negro a necessidade de se modelar conforme o figurino branco. E, nesse sentido, para além de demarcar um ideal inalcançável, produz no negro uma ferida narcísica por não conseguir cumprir esse ideal. É justamente o convívio cotidiano com essa ferida narcísica que gera uma tensão entre Superego, Ego atual e Ideal do Ego, que clinicamente se torna em sentimento de culpa, inferioridade e depressão. Esses são os afetos e atitudes que definem a identidade do negro brasileiro que se dispõe a ascender socialmente, aprisionando-o em uma tensão constante de desconhecimento e reconhecimento.

São fortes e agressivos os sentidos que envolvem a necessidade de ser aceito que o negro convive cotidianamente. É um processo de aniquilamento que ganha seu ápice na medida em que o negro precisa, para ser aceito, vestir-se com o figurino do branco. Conforme nos mostra Fanon (2008), a cor se tornou o sinal mais visível da raça e, assim, se tornou um critério de julgamento. Dessa forma, querer ser branco é querer ser aceito.

As discussões e reflexões acerca da participação dos sujeitos negros no ambiente acadêmico são urgentes, visto o caráter silencioso e violento da reprodução discursiva do racismo no ambiente acadêmico. Como vimos, a política de cotas não tem sido suficiente para eliminar as desigualdades raciais existentes e as relações conflituosas ainda ocorrem entre as interações sociais. Tal afirmação é respaldada nos estudos de Souza (1983). O reconhecimento das práticas racistas precisa ser mais recorrente e ele parte das propostas de reflexão acerca das imagens, ideais e posicionamentos cristalizados pela ideologia do supremacismo branco, ao longo da história e da constituição da sociedade brasileira.

Além disso, foi possível refletirmos também acerca de que o sujeito branco assume posição superior como forma de dominação e manutenção do poder ideológico e simbólico que detém sobre o sujeito negro. Conforme contribuições de Souza (1983), entendemos que essas dificuldades enfrentadas pelas discentes negras, narradas nos relatos, demonstram que o processo de ascensão social do negro, de acordo com a lógica racista, só é permitido se esse sujeito aceita ser submetido as exigências e expectativas brancas que demarcam, por sua vez, as diferenças que ele tem em relação ao branco a partir de um processo de inferiorização. Devido ao fato de o racismo ser estrutural, o negro que não aceita essas imposições e reconhece

as violências que sofre por conta do privilégio branco, precisa passar pelo processo de “tornar-se negro”, reconhecendo a sua história, sua pele e todas as características que o posiciona discursivamente em um movimento de pertencimento racial. Entretanto, esse processo não é simples, pois o sujeito negro, mesmo vivendo sob tensão, também precisa assumir uma luta contra todo o sistema que estrutura a sociedade brasileira atual, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Isso resulta em um sofrimento psíquico para o sujeito negro.

Portanto, independente da posição de não negra da pesquisadora, o presente estudo evidencia a necessidade da luta social em prol da igualdade racial, pois, conforme defende Gilroy (2021), as discussões sobre raça ainda são difíceis de realizar, porque é uma discussão que recai sobre os privilégios do grupo dos brancos, sujeitos que, historicamente, se acostumaram a possuir esses privilégios e desenvolveram a fragilidade branca, como aponta DiAngelo (2018). O negro precisa ter o seu espaço de trabalho e pesquisa de forma integral no interior do ambiente acadêmico, visto que esse ambiente é propício para que os sujeitos negros possam falar e refletir a partir de suas histórias e experiências e, assim, expandirem as discussões e reflexões acerca de raça e racismo.

Sendo assim, podemos afirmar que, no processo de construção de identidades, o negro brasileiro que ascende socialmente não nega que existe uma identidade negra. Entretanto, o negro não possui uma identidade que o permita afirmar-se como tal. As características compartilhadas pelo povo negro do Brasil, tais como o desenraizamento, a escravidão e a discriminação racial, não constroem uma identidade negra. Conforme nos mostrou Souza (1983), ser negro é reconhecer os processos sócio-históricos-políticos que tentam ora barrá-lo, ora padronizá-lo. Ser negro é assumir um posicionamento que reassegure o respeito às diferenças e o direito a lugares e posições sem a necessidade de negar-se como cultura, como povo e como ser, porque ser negro não é uma condição dada, mas sim um vir a ser. Nos relatos, as discentes demonstram estarem nesse processo de reconhecimento das violências que se impõem aos negros que tentam limitá-los e controlá-los no ambiente acadêmico. Por isso, são discursos que nos impulsionam a realizar movimentos de leitura diversos e reflexões constantes acerca da presença e da participação social do sujeito negro brasileiro e das violências reproduzidas pelo discurso racista. Esperamos que a pesquisa contribua com os movimentos sociais que buscam promover ações contra a reprodução do discurso racista na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1970.

AMORIM, Márcia Fonseca de. **Conflitos ideológicos nas redes sociais: uma reflexão sobre as relações de gênero**. ENELIN 2015: Linguagem, Tecnologia e Espaço Social. Pouso Alegre. p. 473-478, 2016. Disponível em: <http://pos.univas.edu.br/ppgcl/docs/2015/Enelin2015.pdf>. Acesso 16 jun 2023.

AMORIM, Márcia Fonseca de. **O discurso da e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino**. Campinas: UNICAMP, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=494062>. Acesso em: 07 abr 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em: 15 jan 2023.

BUJATO, Isabela Ariane; SILVA, Eloisio M. **O contexto universitário enquanto mundo do trabalho segundo docentes negros: diferentes expressões de racismo e como elas acontecem**. READ. Porto Alegre: Jan-Abr 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/MrpQgCWPyQrvqXFpdWhrfSv/?lang=pt#>. Acesso em : 25 fev 2023.

CANO, Márcio R. O.; SILVA, Luciana S. **O discurso racista na internet: uma análise dos comentários**. p.61-82. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Discurso, cultura e negritude. Editora Edgard Blücher Ltda: 2021. Disponível em: https://www.blucher.com.br/discurso-cultura-e-negritude_9786555501445. Acesso em: 23 fev 2023.

DiANGELO, Robin. **Fragilidade branca**. Dossiê Racismo. Revistas UFRJ. ISSN 2175-8689 – v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22528. Acesso em: 23 nov 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**. Sociedade e Cultura, vol. 12, núm. 2, p. 223-233. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70312344003>. Acesso em: 14 abr 2023.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** (1969) Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. (1996). **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola (coleção Leituras Filosóficas), 2009. 79 p. ISBN 978-85-15-01359-3.

FRANÇA, THIAGO A. **Sentidos e Funcionamentos do Discurso de Ódio em Espaços do Facebook: uma leitura discursiva.** 2019. Disponível em: <
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34039>> Acesso em: 04 jan. 2022.

GADET, F. E HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** – 3º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro como Contracultura da Modernidade. In: **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência.** São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. P.33-100.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovik; Tradução Adelaide La Guardia Resende [et al.]. – 2. Ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. 480 p. (Humanitas)

LIMA, Andréa Pereira. **O modelo estrutural de Freud e o cérebro: uma proposta de integração entre a psicanálise e a neurofisiologia.** Revista Psiq Clín. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/gCtpKfnMrZQLCFqxZwDRS3G/> . Acesso em: 12 set. 2022.

MBEMBE, Achille. **O negro, de branco e o branco, de negro.** p. 84-92. In: Crítica da Razão Negra. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** 3º.ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos.** Organização Alex Ratts. — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7514056/mod_resource/content/1/Beatriz%20Nascimento%20Uma%20histo%CC%81ria%20feita%20por%20ma%CC%83os%20negras-Zahar%20%282021%29.pdf. Acesso em: 26 abr 2023.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da cor: Identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, [1999], 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** – 6. Ed. – Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** – 5. Ed. – Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista: Discurso do Confronto - Velho e Novo Mundo** – 2. Ed. – Campinas, São Paulo. Editora Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi - 7ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, [1975], 2014.

SAMPAIO, Jéssica M.; MIRANDA, Adílio R. A. JUNHO, Flávio T. ‘Estuda e Entra’: Uma Análise dos Discursos Contrários às Cotas Raciais em Universidade. Revista VSA, v.17, n.10. Teresina: 2020. Disponível em:
<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2124>. Acesso em: 09 jun 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira *et al.* **Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional: 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/fbwzQ9vmJtzyhwMmxGgyNwy/#>. Acesso em: 20 mar 2023.

VIANA, Brenda Dálete Silva Morais. **Racismo no mundo acadêmico: é um tema para se discutir na universidade?** UFOP. Mariana: 2021. Disponível em:
https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3539/6/MONOGRAFIA_RacismoMundoAcad%C3%AAmico.pdf. Acesso em: 23 mar 2023.